



IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

2015

SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS DO ESPÍRITO SANTO

PNAD 2014

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

2015

SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS DO ESPÍRITO SANTO

PNAD 2014



Instituto Jones dos Santos Neves

Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo PNAD 2014. Vitória, ES, 2015.

104p. il. Tab.

1.Indicadores Sociais. 2.Demografia. 3.Domicílios. 4.Educação. 5.Mercado de Trabalho. 6.Renda. 7.Pobreza. 8.Espírito Santo (Estado). I.Título.

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Paulo César Hartung Gomes

VICE GOVERNADOR

César Roberto Colnago

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

Regis Mattos Teixeira

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

DIRETORA PRESIDENTE

Andrezza Rosalém Vieira

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ana Carolina Giuberti

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Andréa Figueiredo Nascimento

EQUIPE TÉCNICA

Arranjos Familiares

Cynthia Lopes Pessoa de Miranda

Demografia

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

Distribuição de Renda

Marlon Neves Bertolani

Domicílios

Isabella Batalha Muniz Barbosa

Educação

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

Mercado de Trabalho

Victor Nunes Toscano

Arte Gráfica

João Vitor André

Lastênio João Scopel

Compilação dos dados e automação

Felipe Frechiani de Oliveira

Frederico Guilherme Nogueira

Rafael Correia das Neves

Apresentação

O Instituto Jones dos Santos Neves tem a finalidade precípua de produzir conhecimento social, econômico e territorial sobre o estado do Espírito Santo para subsidiar os gestores públicos na formulação e avaliação de políticas públicas. A Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo, editada anualmente, encontra-se em sua 6ª edição e pretende evidenciar a evolução socioeconômica capixaba no período de 2004 a 2014. São abordados os seguintes temas: arranjos familiares, demografia, domicílios, distribuição de renda, educação e mercado de trabalho. Em cada aspecto dos temas analisados é feita, sempre que possível, uma contextualização do Espírito Santo em relação às transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil e na região Sudeste no período correspondente. Cada tema abordado recebeu a contribuição de especialistas na área, com o intuito de enriquecer e ressaltar com análises, os dados, figuras e gráficos apresentados, fornecendo uma reflexão sobre cada assunto. Os enfoques de gênero, situação de domicílio (urbana ou rural) e cor ou raça foram abordados de forma a permitir melhor compreensão sobre os indicadores, na medida em que as informações estatísticas permitissem. Importa informar que, nesta edição, a PNAD foi consolidada como a fonte exclusiva de dados da Síntese dos Indicadores. Os indicadores e temas que utilizavam outras fontes de dados, presentes nas edições anteriores, foram retirados e serão incorporados em outras publicações que o leitor pode acessar no site do IJSN no endereço www.ijsn.es.gov.br.

Foreword

The Jones dos Santos Neves Institute is primarily designed to produce social, economic and territorial knowledge about the State of Espírito Santo to subsidize policy makers in the formulation and evaluation of public policy. The Synthesis of Social Indicators of the State of Espírito Santo, published annually, is in its 6th edition and aims to highlight the capixaba socioeconomic development from 2004 to 2014. It focuses on the following subjects: demography, households, income distribution, education, labor market and living arrangements. This study also aims to situate the State of Espírito Santo in the context of socio-economic changes occurring in Brazil and in the Southeast region at the same period. Each theme introduced has received the contribution of experts, who enhanced and emphasized this synthesis with analysis, figures and graphs, providing a reflection on each subject. The gender approaches, household situation (urban or rural) and skin color or race were considered to enable better understanding of the indicators as far as the statistical data allow. In this edition, the National Household Survey (PNAD) has been consolidated as the sole source of data in the Synthesis of Social Indicators. Indicators and subjects based on other sources of data, present in previous editions, were removed and will be embedded in other publications that the reader can access at the IJSN site www.ijsn.es.gov.br.



SUMÁRIO

➤ **DEMOGRAFIA** **9**

Evolução anual da população	12
Crescimento populacional	13
Taxa de urbanização	14
Migração	15
Fecundidade	16
Razão de sexo	17
Estrutura etária	18
Idade média	19
Envelhecimento	20
Razão de dependência	21
Razão de dependência jovem	22
Razão de dependência idoso	23

➤ **DOMICÍLIOS** **24**

Total de domicílios	27
Abastecimento de água	28
Acesso à rede coletora de esgoto	29
Esgotamento sanitário adequado	30
Esgotamento sanitário inadequado	31
Coleta de lixo	32
Telefonia fixa	33
Telefonia celular	34
Iluminação elétrica	35
Posse de bens duráveis	36
Domicílios por tipo de ocupação	37
Domicílios adequados	38

➤ **DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** **39**

Renda média domiciliar per capita real	42
Renda média real de todas as fontes	43
Coefficiente de Gini	44
Extremamente pobres	45
Pobres	46
Classe D	47
Classe C	48
Classe AB	49

➤ **EDUCAÇÃO** **50**

Escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais	52
Escolaridade média das pessoas de 25 a 34 anos	53
Escolaridade média segundo faixas de idade	54
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 11 anos de estudo	55
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 15 anos de estudo	56
Taxa de analfabetismo	57
Taxa de analfabetismo funcional	58
Taxa de analfabetismo por classes de rendimentos	59
Frequência escolar segundo faixas de idade	60
Frequência escolar por nível de ensino e rede	61
Taxa de retenção no ensino fundamental e no ensino médio	62
Alocação do tempo dos jovens	63

➤ MERCADO DE TRABALHO 64

População em idade ativa	66
População economicamente ativa	67
População não economicamente ativa	68
Taxa de atividade	69
Taxa de atividade segundo faixas etárias	70
Percentual de crianças ocupadas	71
População ocupada	72
Taxa de ocupação	73
Taxa de ocupação segundo faixas etárias	74
Taxa de desemprego	75
Taxa de desemprego segundo faixas etárias	76
Empregados por setor formal	77
Ocupação por atividade econômica	78
Distribuição da população ocupada segundo escolaridade	79
Ocupados por posição de ocupação	80
Renda média real de todos os trabalhos	81
Cobertura previdenciária	82
Cobertura previdenciária por atividade	83
Pessoas sindicalizadas	84
Pessoas sindicalizadas por atividade	85

➤ ARRANJOS FAMILIARES 86

Arranjos familiares	89
Arranjo familiar típico	90
Arranjo familiar mononuclear	91
Característica das mulheres chefes de família	92
Níveis de instrução segundo arranjos familiares	93

Ocupação segundo arranjos familiares	94
Classes econômicas segundo arranjos familiares	95

APÊNDICE METODOLÓGICO 96

GLOSSÁRIO 98



DEMOGRAFIA

A compreensão dos fenômenos demográficos, a partir do estudo das características populacionais, tanto as estáticas (tamanho e composição) quanto as dinâmicas (fecundidade, mortalidade e migração), é fundamental para o planejamento econômico, social, político e territorial de uma região. A análise da dinâmica demográfica brasileira a partir da segunda metade do século XX, por exemplo, revela importantes transformações que mostram a necessidade de se pensar novos modelos e alternativas frente aos desafios impostos por uma nova estrutura populacional mais envelhecida.

O Brasil encontra-se atualmente em um processo de transição demográfica. Segundo Castiglioni (2009, p. 93)¹, “este processo, que consiste na passagem de uma situação caracterizada por níveis elevados de natalidade e mortalidade a uma situação em que os níveis dos dois componentes de crescimento são baixos, ocorre em todo o mundo: os países de desenvolvimento mais avançado iniciaram a transição há cerca de dois séculos atrás e já completaram o processo, todos os demais países estão passando atualmente pelas fases da transição”. A transição demográfica brasileira teve início na primeira metade do século XX, com a queda da mortalidade, e prosseguiu de forma mais acelerada na segunda metade, com o declínio da natalidade, aproximando-se atualmente de sua etapa final (CASTIGLIONI, 2009, p. 95).

O período de transição demográfica de uma sociedade se caracteriza por mudanças significativas no crescimento e na composição da população, a partir de um processo de envelhecimento que se dá com a redução dos segmentos de crianças e jovens e o aumento dos segmentos de adultos e idosos. O processo de envelhecimento indica que o nível

de vida do brasileiro está se elevando (MOREIRA, 2001; CAMARANO, 2002; WONG, 2001; apud CASTIGLIONI, 2008, p. 5)². No entanto, também é preciso considerar o impacto que esse processo tem na realidade socioeconômica do país, trazendo grandes implicações nas demandas sociais, principalmente no que se refere aos sistemas de saúde e previdência social.

A acelerada queda das taxas de natalidade, em especial na segunda metade do século passado, coloca o país em uma situação na qual grande parcela de sua população se encontra em idade ativa (IBGE, 2013, p. 64³). Essa condição, chamada por muitos autores de bônus demográfico, se dá quando a parcela de pessoas em idade ativa é maior do que a parcela dependente da população (crianças e idosos), o que é uma condição propícia ao desenvolvimento econômico. Dessa forma, “com uma razão de dependência favorável, o Brasil tem condição única na sua história para aproveitar as oportunidades geradas pelo pequeno peso relativo das demandas sociais em relação a jovens e idosos. Neste contexto demográfico, os investimentos em educação e saúde, principalmente, poderão refletir em resultados muito positivos se as devidas políticas foram adotadas” (IBGE, 2013, p. 64)

O Espírito Santo começou mais tarde que o Brasil o seu processo de transição demográfica, no entanto, este processo foi mais acelerado e atualmente está mais avançado que a média do país. Segundo Castiglioni (2009, p. 95), a queda da fecundidade no Espírito Santo ocorreu com atraso em relação ao conjunto do país, porém de forma acelerada. Esse declínio, que era modesto na década de 1960, se acentuou nas décadas de 1970 e 1980 e continuou na década de 1990, porém com

¹ CASTIGLIONI, Aurélia H. Mudanças na Estrutura Demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. Geografares. 2009.

² CASTIGLIONI, Aurélia H. Envelhecimento da população em Vitória, Espírito Santo (Brasil). Trabalho Apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, de 24 a 26 de setembro de 2008. 16 p.

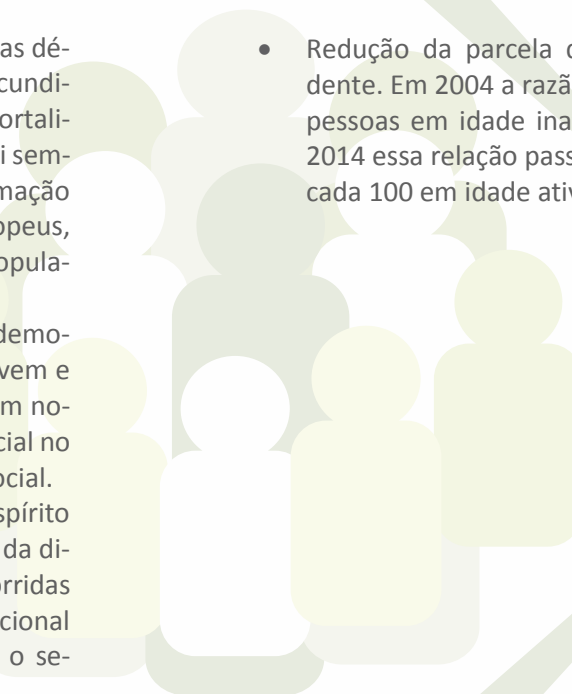
³Brasil em números = Brazil in figures. IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Vol. 21. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 392 p.

um ritmo mais lento (CASTIGLIONI, 2009, p. 95). Assim, nas últimas décadas do século XX, o Espírito Santo já apresentava taxas de fecundidade total mais baixas que o conjunto do país. Com relação à mortalidade, Castiglioni (2009, p. 95) afirma que “a situação do Estado foi sempre melhor que a do conjunto do país, em consequência da formação de sua população composta por descendentes de imigrantes europeus, cuja cultura influiu positivamente nos hábitos e costumes da população”.

A população capixaba vem passando por uma fase da transição demográfica na qual a população deixa de ser predominantemente jovem e passa a se tornar progressivamente envelhecida, repercutindo em novos parâmetros para atendimento às demandas sociais, em especial no que se refere à saúde, à educação, ao emprego e à seguridade social. Esta seção de demografia da Síntese de Indicadores Sociais do Espírito Santo – 2015 tem como objetivo analisar as recentes tendências da dinâmica demográfica do Espírito Santo, a partir das mudanças ocorridas no período entre 2004 e 2014, tendo como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). De forma geral, verifica-se o seguinte contexto demográfico:

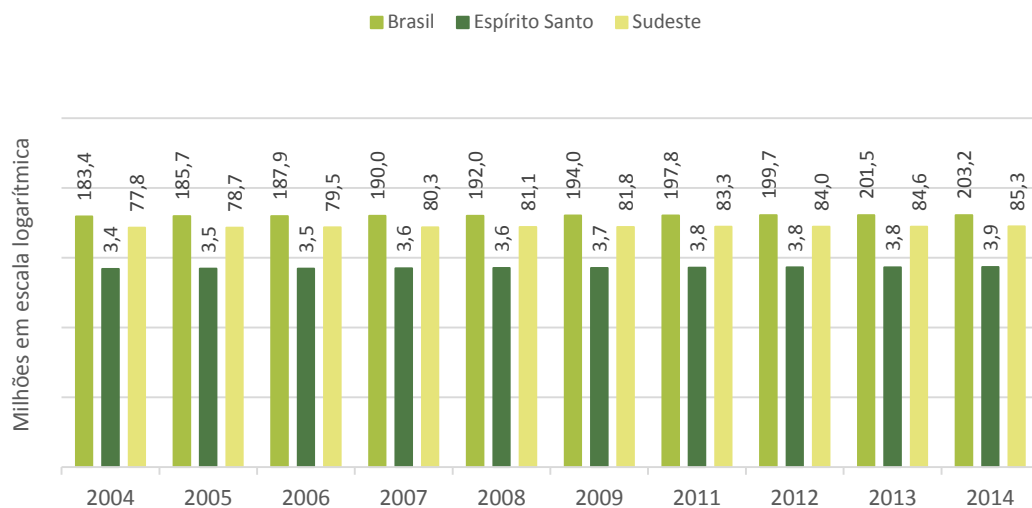
- Leve crescimento populacional (0,5 milhão no período) com superioridade do gênero feminino, preto/pardo e residentes na zona urbana;
- Ritmo decrescente de crescimento populacional. Em 2004, a taxa de expansão da população em relação ao ano anterior foi de 1,5%, patamar que recuou para 1,2% em 2014;
- Migração líquida de 6,2 mil indivíduos no quinquênio 2009-2014 (a menor dos últimos seis quinquênios considerados);
- Mudanças na estrutura etária em decorrência do perfil mais envelhecido da população. Em 2004 a cada 100 jovens na população do estado existiam pouco mais de 34 idosos. Em 2014 essa relação quase dobrou para 63,4 idosos a cada 100 jovens;

- Redução da parcela da população economicamente dependente. Em 2004 a razão de dependência no estado era de 55,4 pessoas em idade inativa para cada 100 em idade ativa. Em 2014 essa relação passou para 53,8 pessoas em idade inativa a cada 100 em idade ativa.





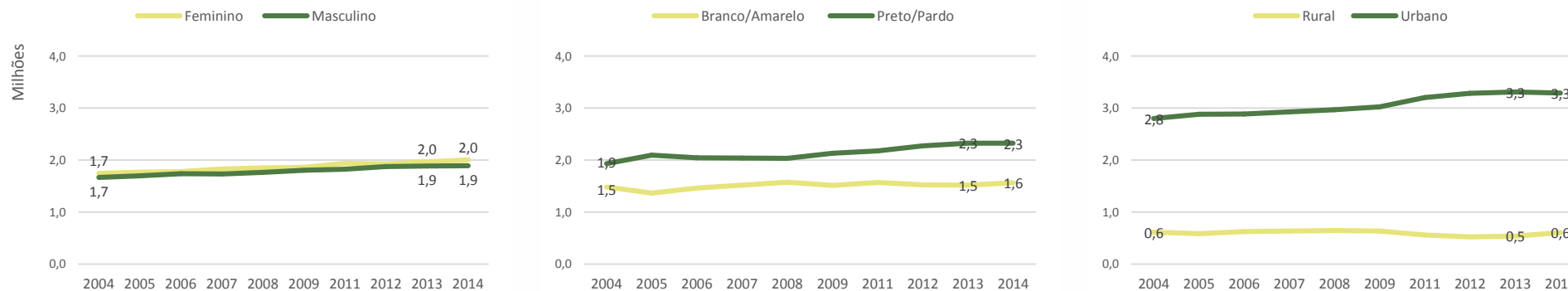
População residente. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) a população do Espírito Santo, em 2014, totalizou 3,9 milhões de habitantes. Este número representa um incremento de aproximadamente 500 mil pessoas vivendo no estado desde o início da série histórica apresentada, 2004, quando a população estimada foi de 3,4 milhões de habitantes. A composição da população por gênero não se alterou significativamente no período 2004 a 2014, sendo que, na média, 51,3% dos habitantes totais são mulheres e 48,7% homens. Em 2014 a população feminina registrada foi de 2 milhões de pessoas, ao passo que a masculina foi de 1,9 milhão. A população de cor ou raça branca/amarela apresentou leve aumento de 2013 para 2014, 0,1 milhão de residentes. As pessoas pertencentes a categoria preto/pardo representaram 59% da população total do estado – 2,3 milhões de habitantes (aumento de 0,4 milhões desde 2004). Em relação à situação do domicílio, destaca-se que a maior parte da população espíritossantense, 3,3 milhões de pessoas, vivem na área urbana, enquanto 0,6 milhões na área rural (aumento de 0,1 milhão em relação a 2013).

População residente por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014

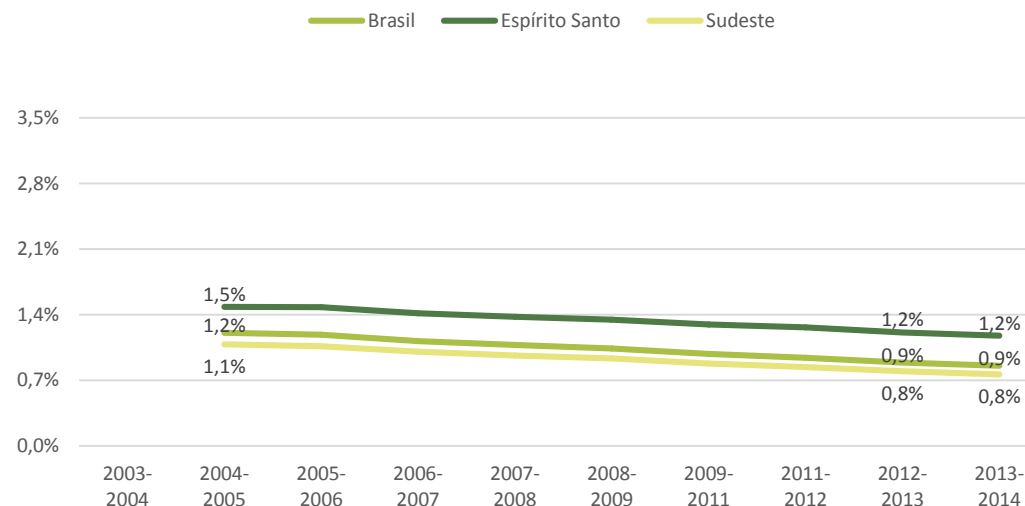


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



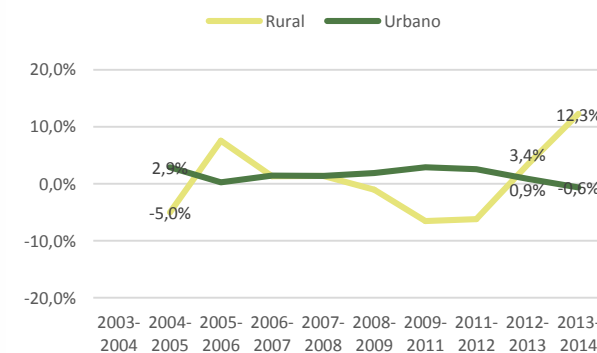
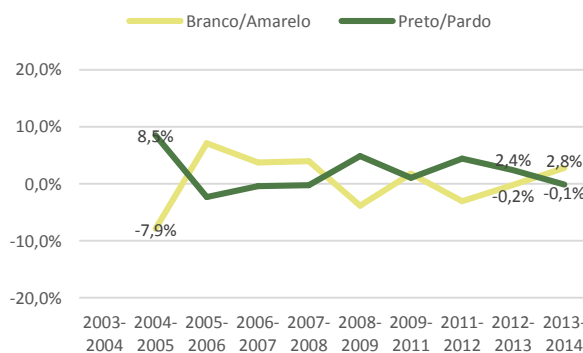
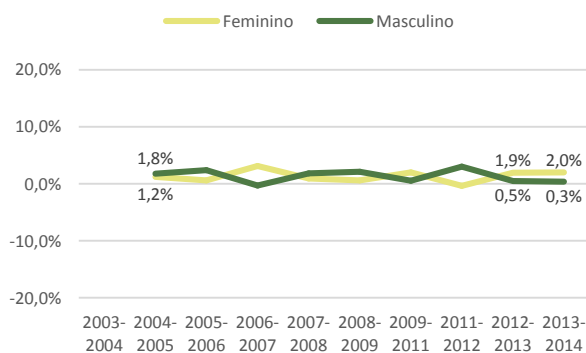
As populações brasileira e capixaba exibiram nos últimos anos uma desaceleração no seu ritmo de crescimento. Durante o período 2004 a 2014 a taxa média de crescimento populacional registrada pelo Brasil ficou abaixo de 1,0% a.a. e no Espírito Santo acima de 1,4% a.a. Confrontando 2014 com o ano imediatamente anterior, a população capixaba aumentou 1,2%, enquanto a taxa de crescimento da população brasileira e do Sudeste foram ainda menores, 0,9% e 0,8%, respectivamente. A população feminina se elevou num ritmo mais acentuado que a masculina (2,0% frente a 0,3%) e foi responsável por mais de 85% do crescimento registrado em 2014. Ressalta-se também o aumento na população pertencente à categoria branco/amarelo, de 2,8%, e na população rural, de 12,3%, após crescimento de 3,4% entre 2013 e 2012.

Taxa anual de crescimento populacional. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

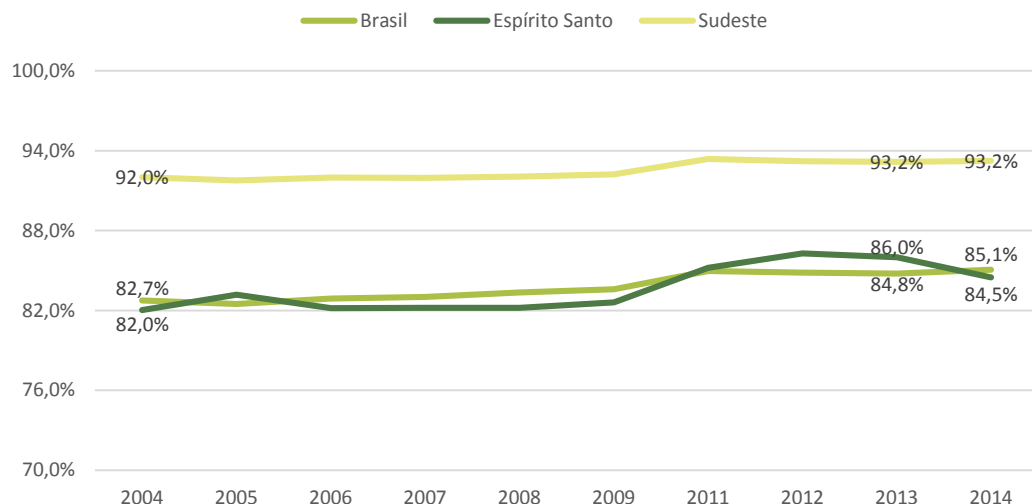
Taxa anual de crescimento populacional por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



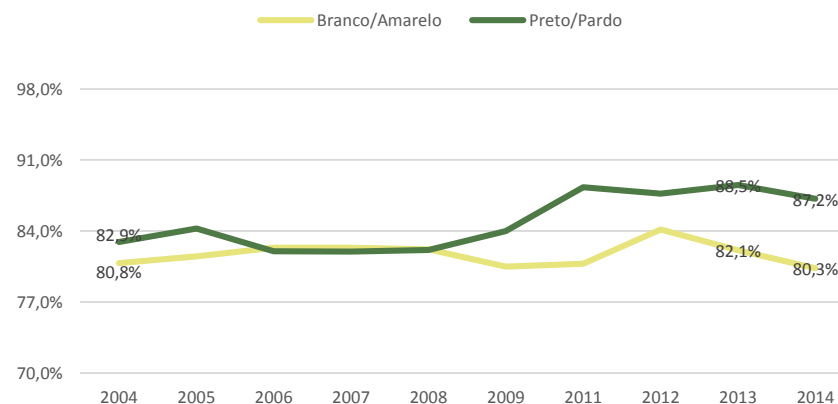
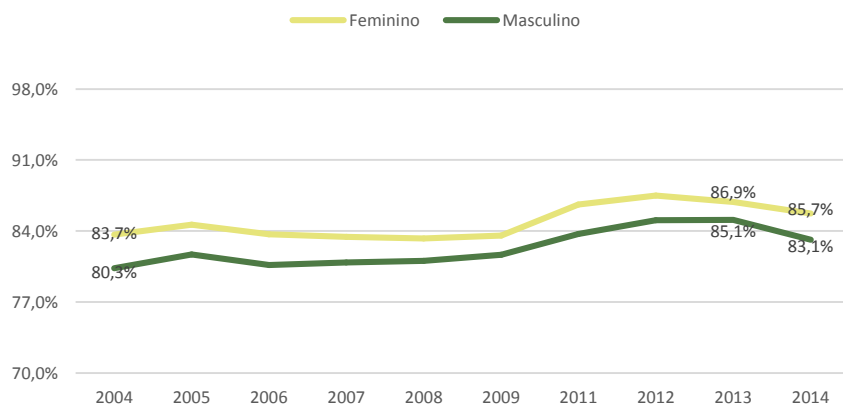
Taxa de urbanização. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

O grau de urbanização reflete o percentual da população que reside em área urbana. Em 2014, 85,1% da população brasileira e 84,5% da capitaneada viviam em áreas urbanas. Desde 2004, verifica-se um aumento no grau de urbanização do Espírito Santo, com acréscimo de 2,5 p.p, refletindo uma urbanização próxima à observada no país e bem inferior à observada no Sudeste (93,2% em 2013 e 2014). No que se refere ao gênero, 85,7% das mulheres e 83,1% dos homens residiam na área urbana, enquanto que na divisão por cor ou raça, a concentração urbana se manifestou de forma mais acentuada no grupo de habitantes que pertence ao grupo preto/pardo (87,2% ante 80,3% dos brancos).

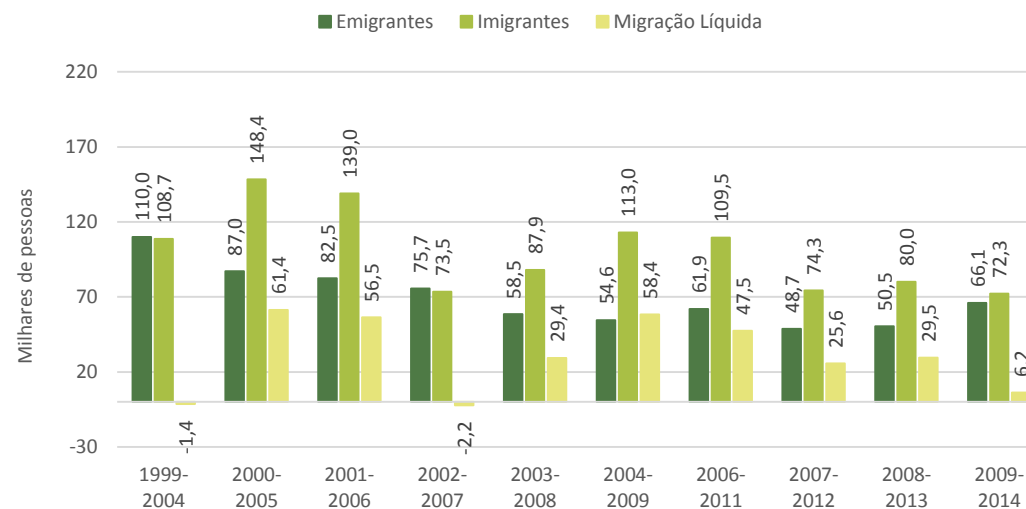
Taxa de urbanização por gênero e cor ou raça. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

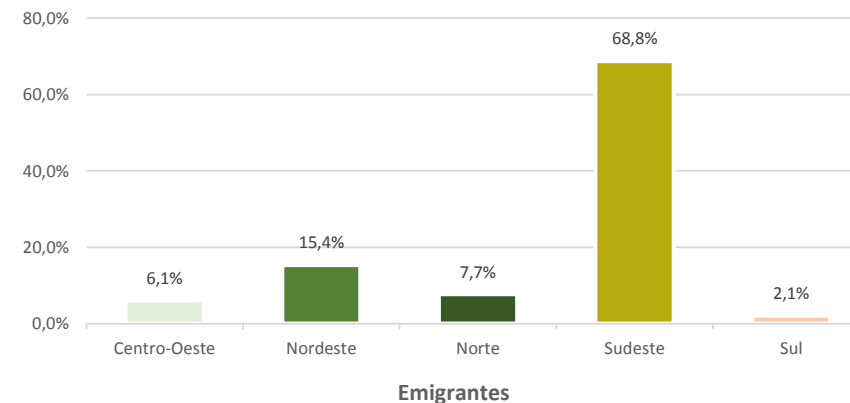
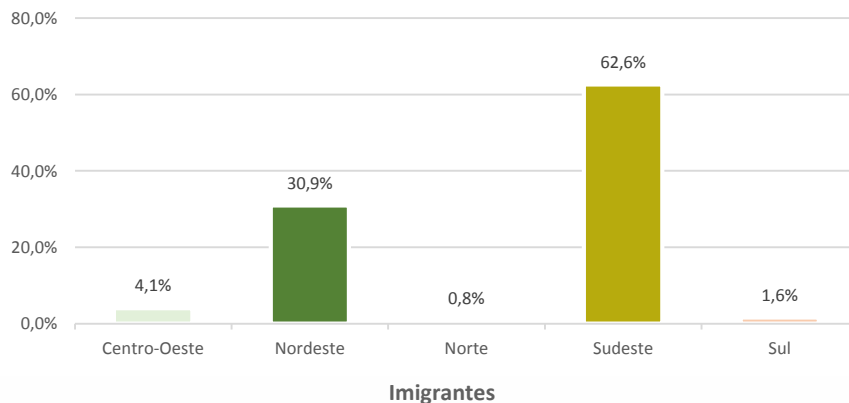
No período de 2009 a 2014 imigraram para o Espírito Santo 72,3 mil pessoas, número inferior ao registrado no quinquênio imediatamente anterior (2008 a 2013) e o menor número desde o quinquênio inicial observado (1999 a 2004). As regiões Sudeste e Nordeste foram responsáveis por mais de 93% das pessoas que fixaram moradia no estado. Por outro lado, 66,1 mil pessoas emigraram para outros estados, sendo que a maior parte (68,8%) teve como destino a região Sudeste e 15,4% o Nordeste. Assim, nos últimos cinco anos, a migração líquida resultou em 6,2 mil novos residentes no estado, o terceiro menor valor desde o quinquênio inicial observado.

Fluxos migratórios. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

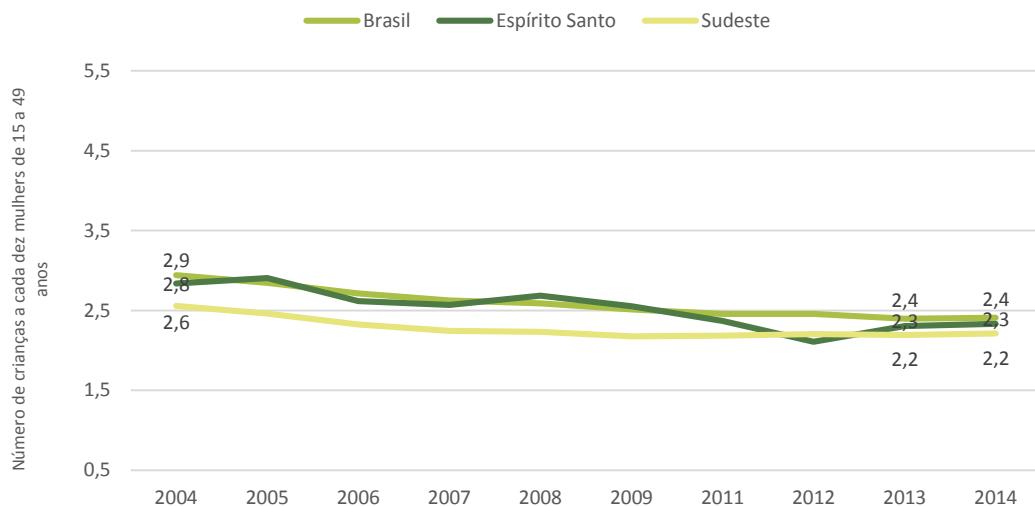
Composição dos fluxos migratórios por região. Espírito Santo, 2009 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



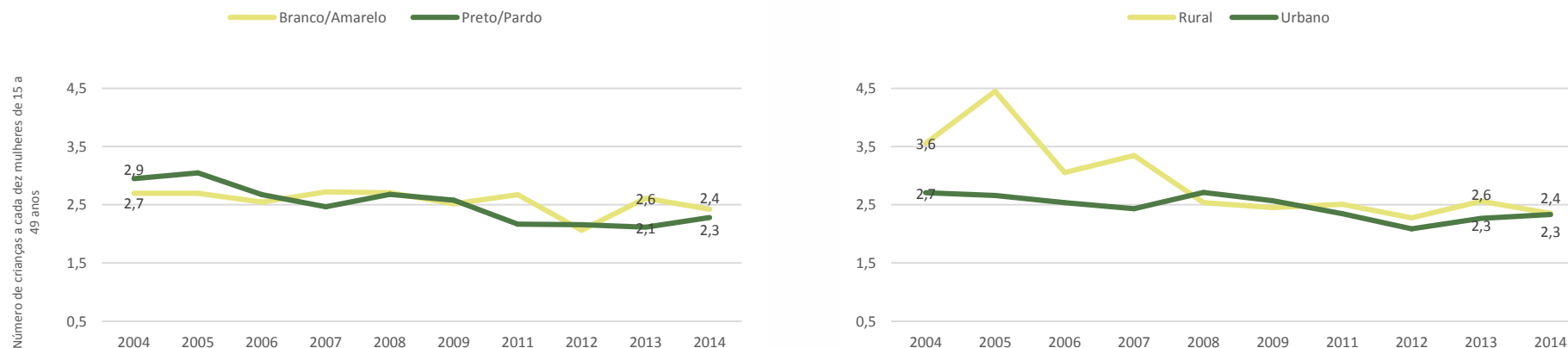
Crianças de 0 a 4 anos a cada dez mulheres de 15 a 49 anos. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Em 2014, o número de crianças de 0 a 4 anos a cada dez mulheres residentes em idade reprodutiva (15 a 49 anos) no Espírito Santo foi de 2,3, quantidade igual à registrada em 2013 e que voltou a crescer após as quedas consecutivas ocorridas desde 2009. No Brasil essa relação foi maior que no estado (2,4), enquanto no Sudeste a relação criança-mulher foi menor, de 2,2. O grupo de mulheres na categoria branco/amarelo em idade reprodutiva do Espírito Santo contabilizou 2,4 crianças a cada 10 mulheres, enquanto preto/pardo 2,3. Nas áreas urbana e rural do estado os indicadores também foram relativamente próximos, ambos com queda desde 2004 (principalmente a zona rural).

Crianças de 0 a 4 anos a cada dez mulheres de 15 a 49 anos por cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014

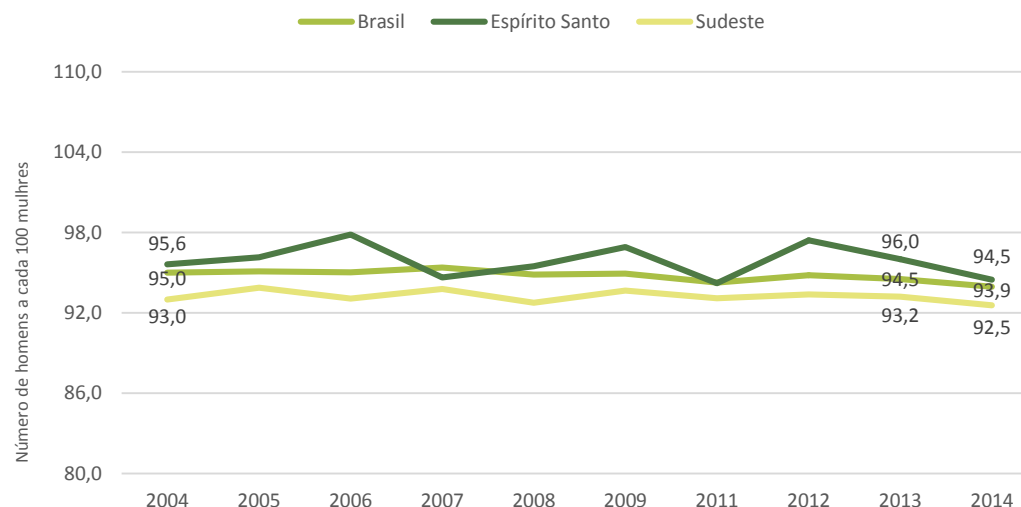


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



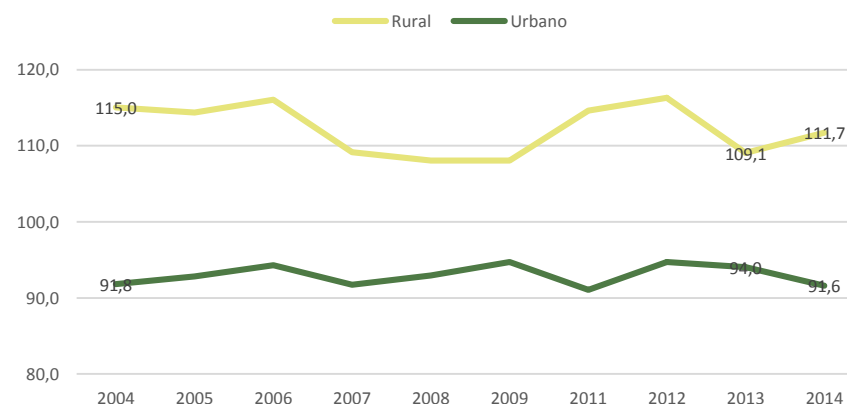
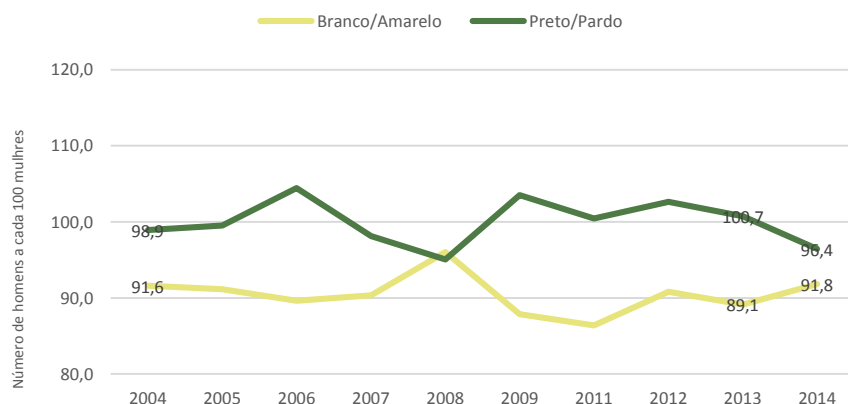
A razão de sexo mostra a quantidade de homens na população a cada 100 mulheres. Através deste indicador é possível perceber que a população feminina predomina tanto no estado, quanto no Sudeste e no Brasil. Ao longo dos últimos anos as razões de sexo se situaram relativamente próximas umas das outras. Em 2014, a cada 100 mulheres residentes existiam 94,5 homens no Espírito Santo, 92,5 no Sudeste e 93,9 no Brasil. Na população autodeclarada branca/amarela do Espírito Santo foram registrados 91,8 homens para cada 100 mulheres, enquanto que na categoria preto/pardo a relação é 96,4 homens para cada 100 mulheres. Também é possível perceber que na área urbana preponderou as mulheres (91,6 homens a cada 100 mulheres), ao passo que na área rural predominou os homens (111,7 homens a cada 100 mulheres).

Razão de Sexo.
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

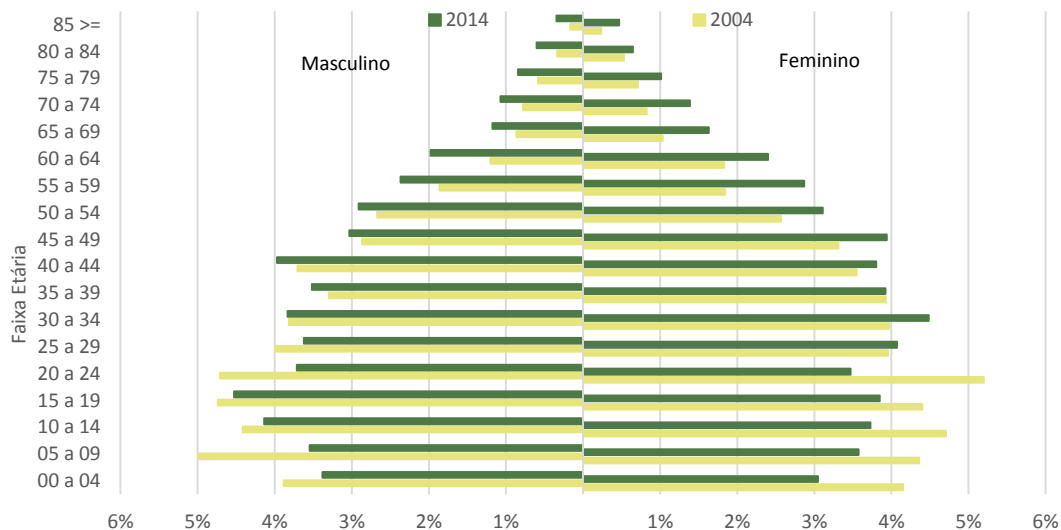
Razão de sexo por cor ou raça e situação do domicílio.
Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



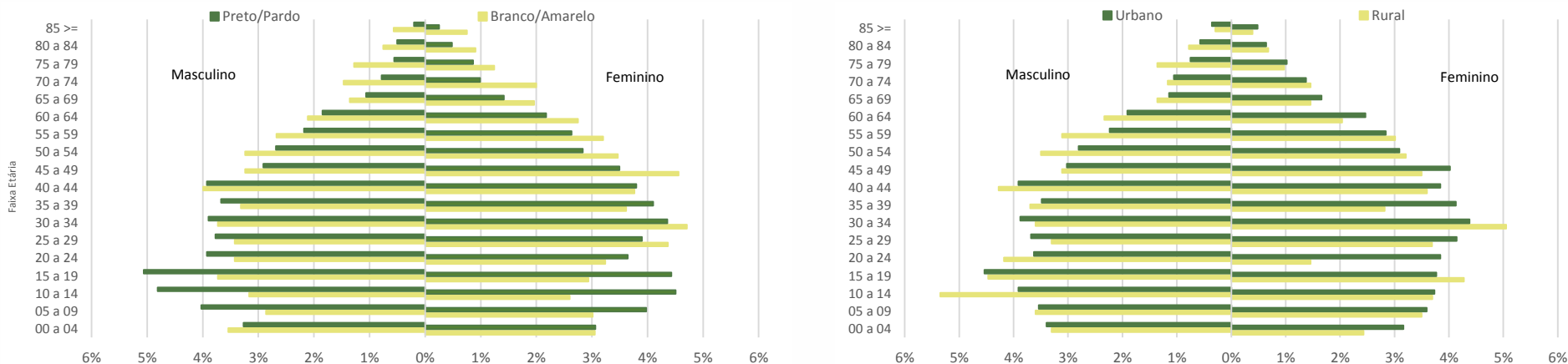
Estrutura etária. Espírito Santo, 2004 e 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A estrutura etária da população capixaba se transformou nos últimos anos, distanciando-se um pouco da forma piramidal tradicional. Em 2014, 15% da população do estado tinha até nove anos de idade, sendo que em 2004 essa participação era de 17,4%. Por outro lado, a população com 60 anos ou mais de idade representou 13,6% dos habitantes totais no último ano, enquanto que em 2004 alcançou 9,5%. Nas faixas etárias mais jovens ocorreu diminuição da participação enquanto nas faixas etárias mais elevadas ocorreu crescimento da participação. A população de cor ou raça preto/pardo mostrou-se mais jovem que a população branca/amarela, enquanto branco/amarelo são maioria ente os mais velhos (principalmente ente as mulheres). Na área rural a faixa de homens de 10 a 14 anos é a que concentrou a maior parcela desta população, 5,4%, ao passo que na área urbana ressalta-se a importância da população feminina na faixa de 30 a 34 anos (4,4%) e idosa (2,8%).

Estrutura etária por cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2014

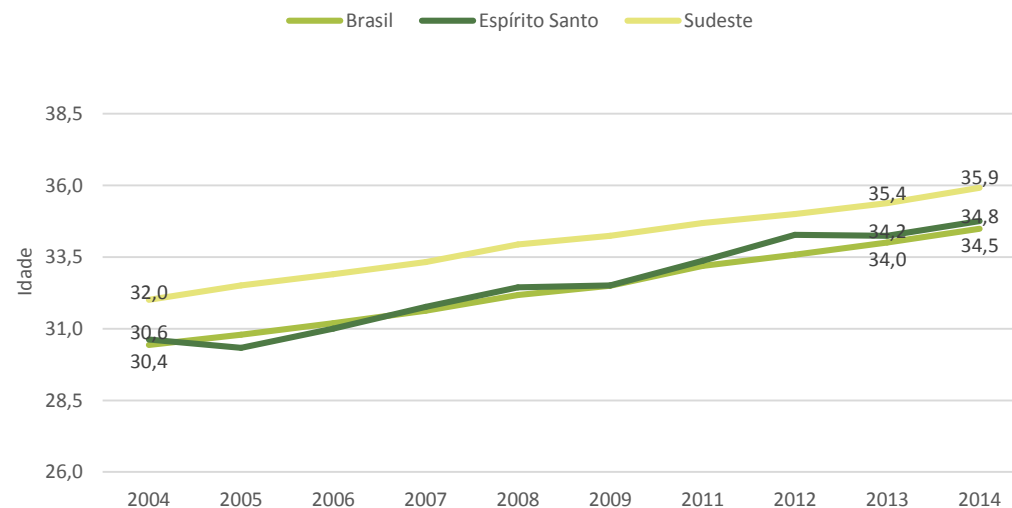


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



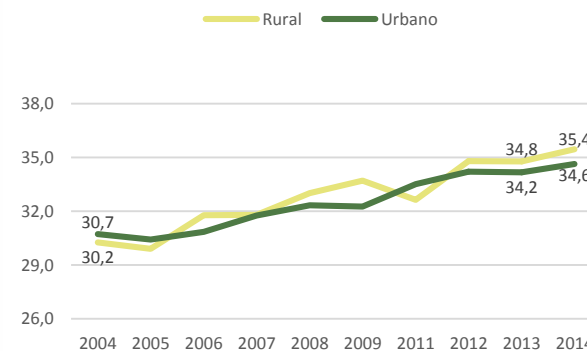
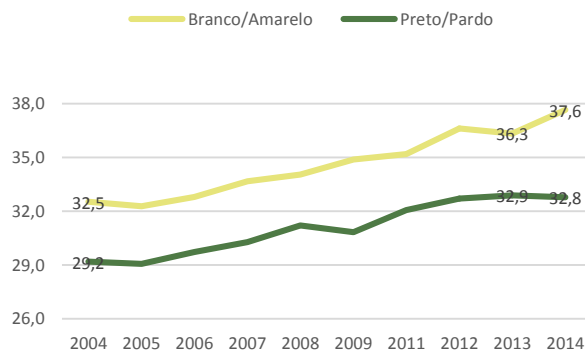
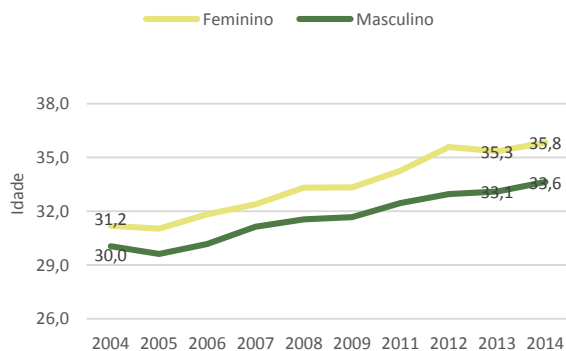
Em 2014 tanto a idade média da população do Sudeste quanto a do Brasil continuaram com a tendência de crescimento registrada nos anos anteriores, alcançando 35,9 anos e 34,5 anos, respectivamente. No Espírito Santo, após leve queda neste indicador em 2013, voltou a subir para 34,8 anos de idade. A idade média das mulheres foi, durante todo o período de análise, superior à idade média dos homens. Em 2014 a diferença alcançou 2,2 pontos percentuais. A idade média da população de cor ou raça branca/amarela, como nos anos anteriores, ficou acima da população preta/parda, 37,6 anos frente a 32,8 anos de idade, enquanto que os habitantes das áreas rural e urbana apresentaram idades médias muito próximas, com leve superioridade para a zona rural.

Idade média da população residente. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

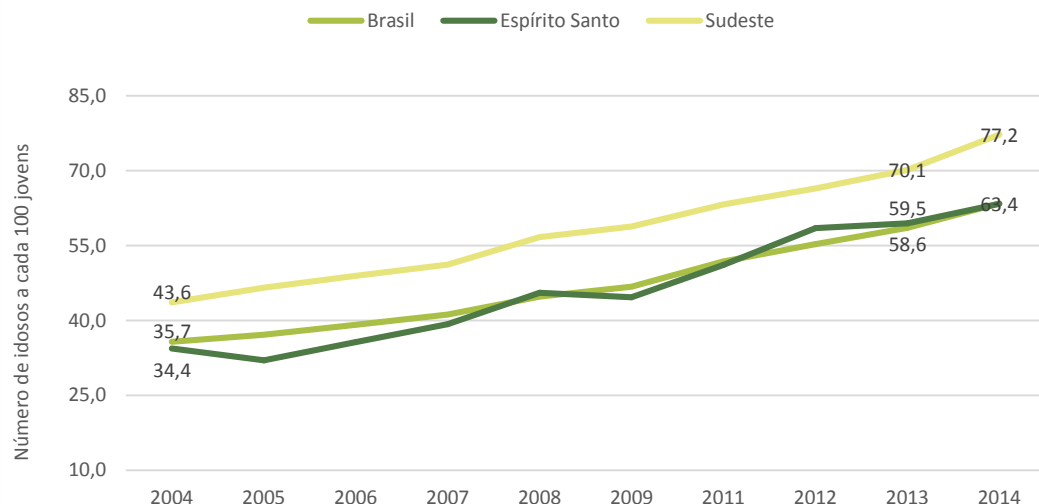
Idade média da população residente por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



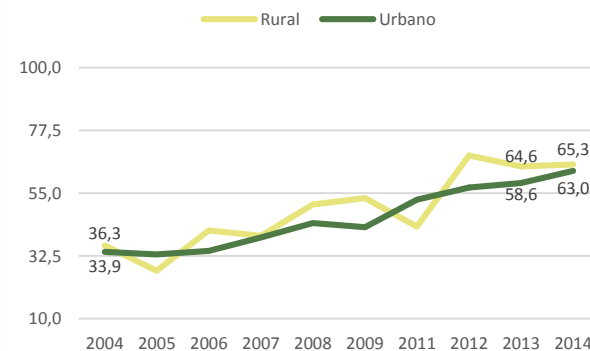
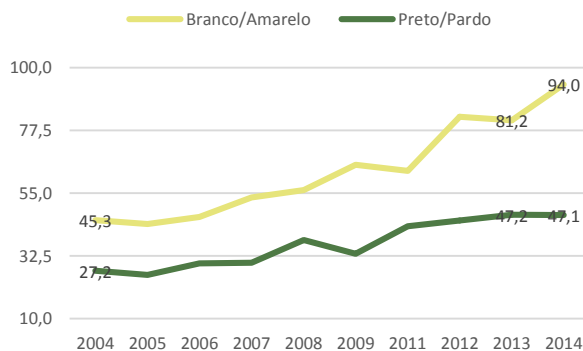
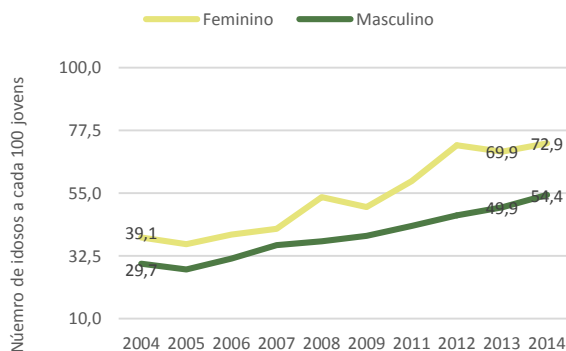
Índice de envelhecimento. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

O índice de envelhecimento mede o número de idosos (60 anos ou mais de idade) a cada 100 jovens (0 a 14 anos de idade) na população. Em 2014, e seguindo a tendência observada nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no Sudeste e no Espírito Santo houve um aumento do peso da população idosa. O indicador apresentado pelo Espírito Santo, de 63,4 idosos para cada 100 jovens, foi igual ao do Brasil, mas inferior ao do Sudeste (77,2), tendo este último crescido 7,1 pontos percentuais em relação a 2013. A população capixaba feminina está mais envelhecida que a masculina e contou, em 2014, com 72,9 idosas para cada 100 mulheres jovens. Também se destaca o índice de envelhecimento da população de cor ou raça branca/amarela (94,0) frente a preto/pardo (47,1). Comparando o indicador da área urbana com a rural, a segunda (65,3) é um pouco mais envelhecida que a primeira (63,0).
Nota: O grupo etário da população idosa foi determinada com base no Estatuto do Idoso.

Índice de envelhecimento por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014



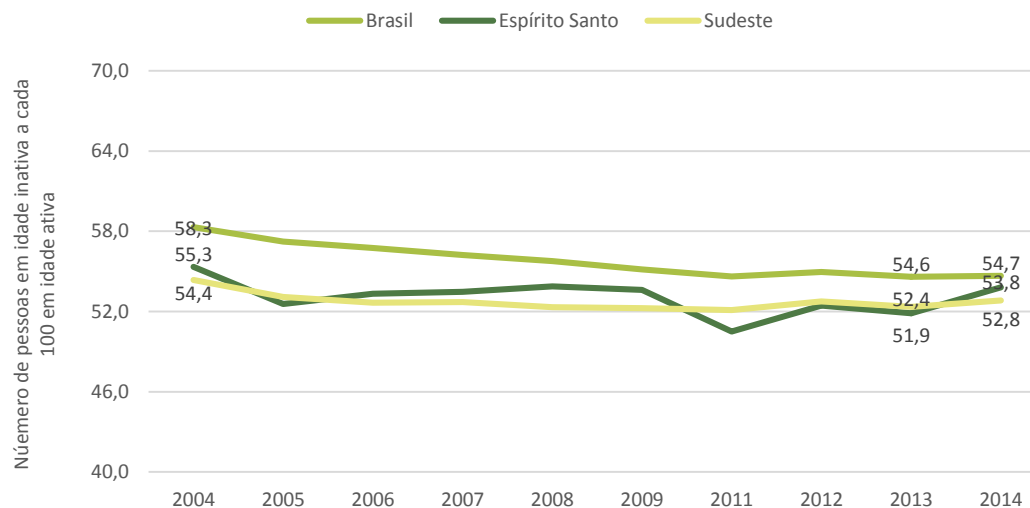
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



A razão de dependência evidencia o peso relativo da população considerada inativa (0 a 14 anos e acima de 60 anos) sobre a população ativa (de 15 a 59 anos). Em toda a série analisada a razão de dependência no Espírito Santo se situou abaixo da registrada no Brasil. Em 2014, para cada 100 pessoas em idade ativa no estado existiam aproximadamente 53,8 pessoas em idade inativa, enquanto no Brasil este número foi de 54,7 e no Sudeste 52,8. A análise por gênero mostra que na população masculina a razão de dependência foi um pouco maior que na população feminina. Enquanto foi contabilizada 53,4 mulheres em idade inativa para cada 100 mulheres em idade ativa, a relação masculina foi de 54,2 homens em idade inativa para cada 100 em idade ativa. No estudo por cor ou raça, a população branca/amarela registrou uma razão de dependência de 54,7 ante 53,3 da população de cor ou raça preto/pardo. Em relação a situação do domicílio, a razão de dependência foi de 53,3 para o urbano e de 56,6 para o rural.

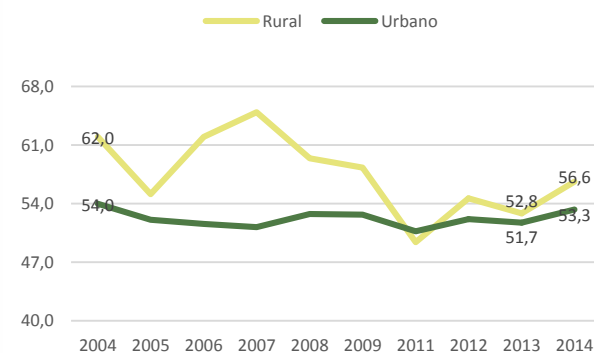
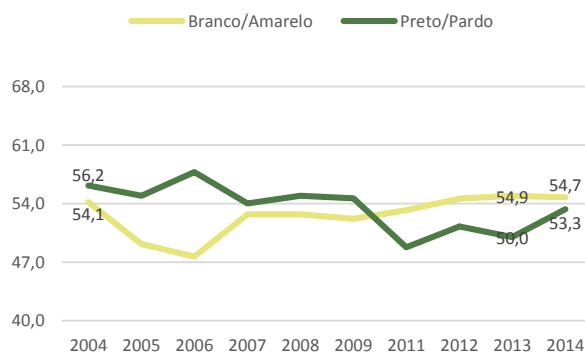
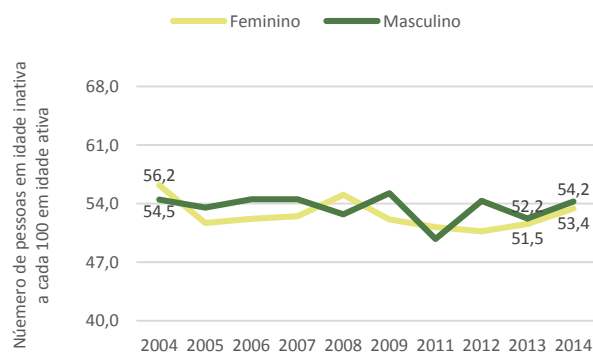
Nota: A taxa de crescimento populacional para o período 2009-2011 refere-se à taxa de crescimento anual média.

**Razão de dependência.
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

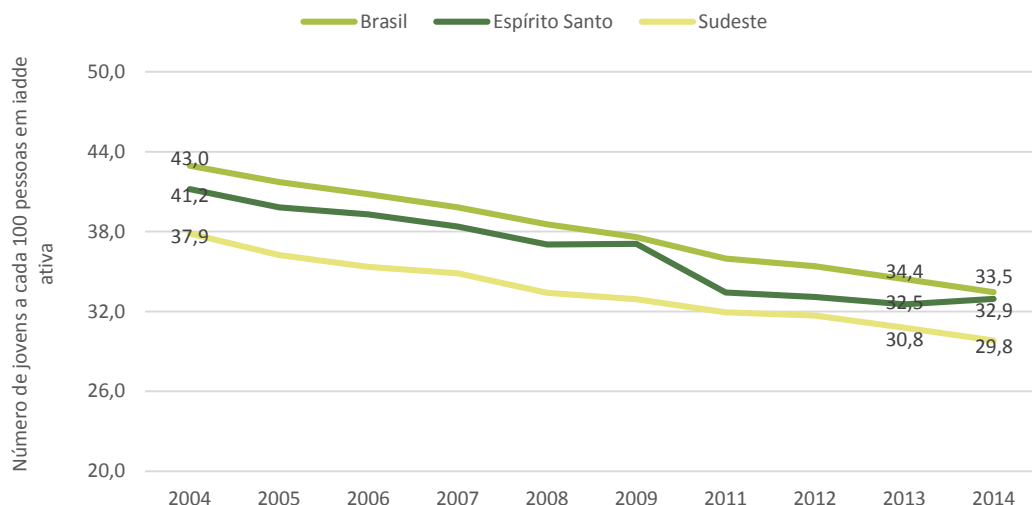
**Razão de dependência por gênero, cor ou raça e situação do domicílio.
Espírito Santo, 2004 a 2014**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



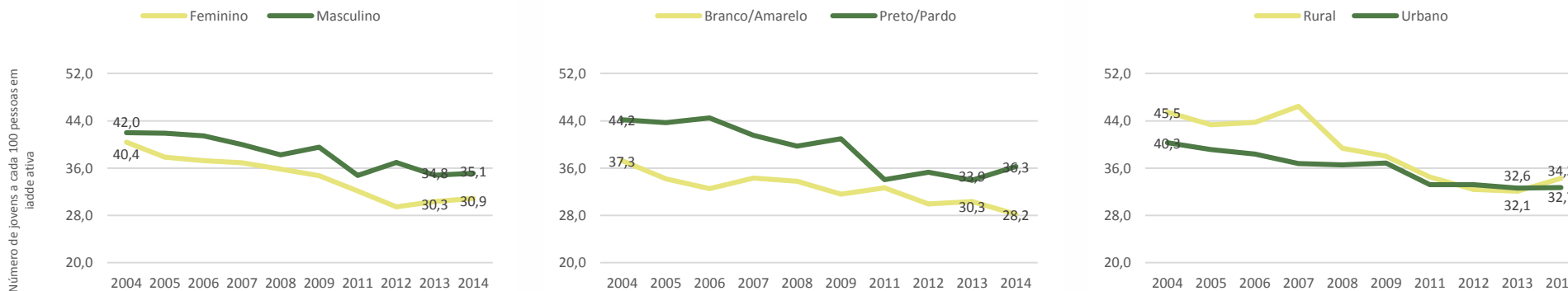
Razão de dependência jovem. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A razão de dependência jovem, que mostra quantas pessoas de 0 a 14 anos existem para cada 100 habitantes em idade ativa (de 15 a 59 anos), vem declinando nos últimos anos. Em 2014, o indicador do grupo etário jovem para o Espírito Santo (32,9) situou-se abaixo do registrado pelo Brasil (33,5) mas acima do apresentado pelo Sudeste (29,8). A população feminina contabilizou 30,9 jovens a cada 100 mulheres em idade ativa, ao passo que a população masculina apresentou uma relação mais elevada, de 35,1 jovens para cada 100 homens em idade ativa. Diferentemente do que ocorreu com o indicador total (razão de dependência), a razão de dependência jovem da população de cor ou raça branca/amarela (28,2) foi inferior à da população autodeclarada como preto/pardo (36,3). No que se refere a situação do domicílio (rural ou urbana) o indicador ficou bem próximo nas duas áreas a partir de 2009, com leve superioridade na zona rural (34,2).

Razão de dependência jovem por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014



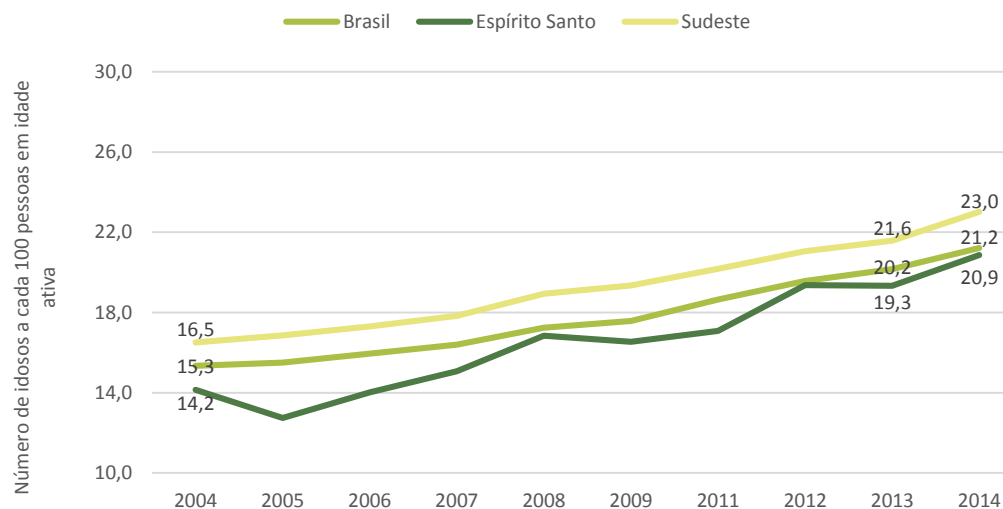
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



A Razão de dependência dos idosos apresentou nos últimos anos uma tendência ascendente, resultado do aumento das pessoas com 60 anos ou mais de idade na população. Em 2014, no Espírito Santo, para cada 100 pessoas em idade ativa (15 a 60 anos) existiam 20,9 idosos, relação inferior à registrada no Brasil (21,2) e no Sudeste (23,0). Na análise por gênero, as mulheres idosas apresentam uma razão de dependência superior à dos homens (22,5 contra 19,1). No grupo das pessoas com 60 anos ou mais de idade de cor ou raça branca/amarela foram contabilizados 26,5 idosos para cada 100 pessoas em idade ativa, enquanto que no grupo preto/pardo essa relação foi 17,1. Na classificação de acordo com a situação do domicílio, se urbano ou rural, as razões de dependência ficaram próximas, 20,6 e 22,4, respectivamente.

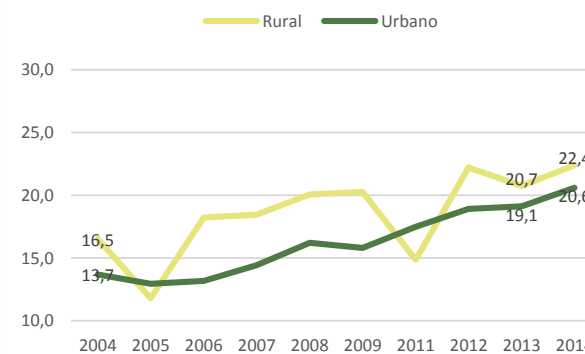
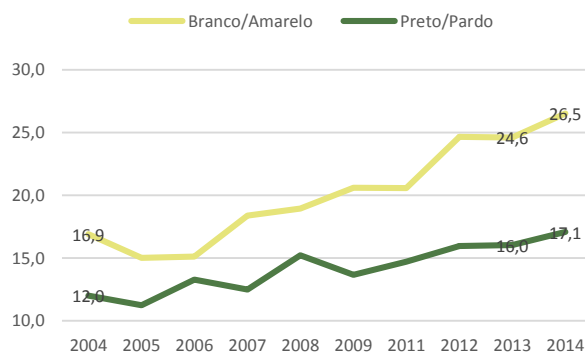
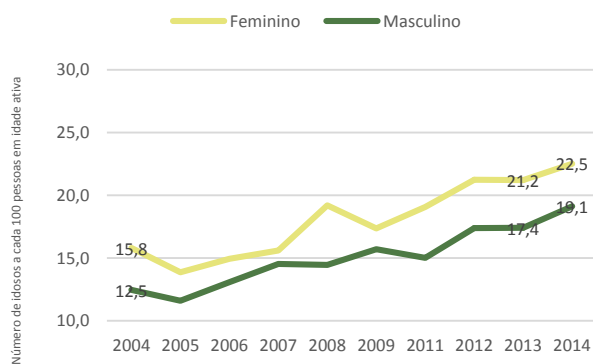
Nota: O grupo etário da população idosa foi determinada com base no Estatuto do Idoso.

**Razão de dependência idoso.
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

**Razão de dependência idoso por gênero, cor ou raça e situação do domicílio.
Espírito Santo, 2004 a 2014**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



DOMICÍLIOS

Nesta seção são apresentados indicadores sobre domicílios que se inserem na dimensão social da presente síntese, observada a evolução da série histórica decenal no período 2004 a 2014.

Os resultados foram extraídos com base na PNAD e encontram-se desagregados por escalas territoriais: Brasil, Região Sudeste e Espírito Santo. Os indicadores mensuram também aspectos socioeconômicos e geográficos como rendimento da população (>3 e <=3 salários mínimos) e situação domiciliar (rural/urbano).

O domicílio é definido como local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos, destinado à habitação de uma ou mais pessoas, cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência (PNAD, 2013)¹. Os domicílios podem ser classificados em particular e coletivo (p.e.: penitenciárias, orfanatos, quartéis), porém, para os limites desse trabalho, serão considerados apenas os domicílios particulares permanentes. Os indicadores que compõem a dimensão domicílios incluídos nesta seção são: total de domicílios particulares permanentes, acesso à rede coletora de esgoto, esgotamento sanitário adequado, abastecimento de água, coleta de lixo, iluminação elétrica, telefonia fixa e celular, posse de bens móveis, domicílios por tipo de ocupação (próprios, alugados e cedidos) e domicílios adequados.

No Espírito Santo, de uma maneira geral, a dimensão domicílios acompanha a evolução gradativa da oferta dos serviços urbanos que norteiam a condição de moradia no Brasil e na Região Sudeste. No Espírito Santo, não houve grandes alterações na distribuição de domicílios particulares permanentes entre a zona urbana e a zona rural observados

na série 2004 a 2014. Em 2014, a zona urbana concentrou 85,4% dos domicílios existentes no estado e a zona rural apenas 14,6%. O indicador aponta para uma gradativa concentração na zona urbana do estado. Contudo, o Espírito Santo apresentou alguns indicadores relativos à categoria saneamento com crescimento acima do registrado para o Brasil, tais como: abastecimento de água (5,3 p.p.), acesso à rede coletora de esgoto (11,6 p.p.), esgotamento adequado (11,6 p.p.) e coleta de lixo (6,4 p.p.). A iluminação elétrica está praticamente universalizada para o Espírito Santo (99,9%). A melhora dos indicadores demonstra a expansão de serviços considerados essenciais na melhoria das condições de vida da população no âmbito da moradia e de igual relevância para as condições de saúde, o que reduz potencialmente a ocorrência de doenças.

Observou-se uma redução gradativa do uso de telefones fixos no Espírito Santo (-19,5 p.p.) no período 2004 a 2014. Por outro lado, os domicílios particulares permanentes têm apresentado uma crescente utilização da telefonia celular (46,5 p.p.), com acentuada progressão a partir de 2004, especialmente na zona rural (66,8 p.p.). O mesmo fenômeno ocorre para os indicadores relacionados à posse de bens duráveis, com particular aumento da posse de computador (35,3 p.p.) e computador com acesso à internet (32,7 p.p.), seguido pela máquina de lavar (26,2 p.p.). A posse de computador com acesso à internet foi maior na área urbana do estado (35,6 p.p.). A capacidade de acesso às tecnologias de informação e comunicação aponta para o gradativo aumento do poder de compra das famílias e para a evolução da dinâmica econômica e social do território.

¹ IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2013. Glossário. Série Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 32. Rio de Janeiro: 2013.

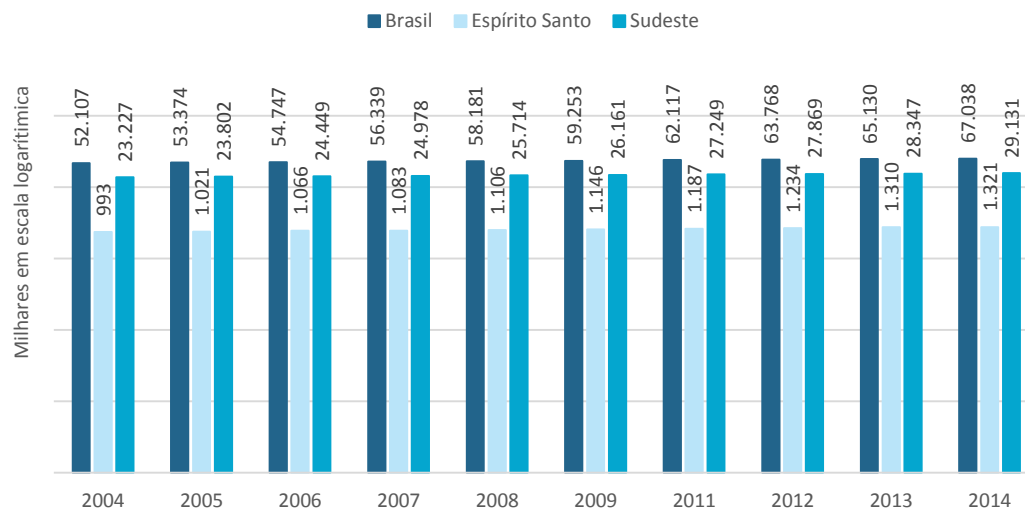
A série histórica mostra uma grande predominância dos domicílios próprios (71,7%) sobre as demais categorias de ocupação no Espírito Santo. O estado ficou no patamar superior ao contexto nacional com 71,9% de adequação dos domicílios e acréscimo de 11,9 p.p. no período 2004 a 2014. Os resultados dos indicadores que compõem a dimensão social “domicílio” assume particular relevância por mensurar e nortear a ação do Estado quanto aos objetivos relacionados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social, contribuindo para subsidiar o planejamento e a formulação de políticas públicas.





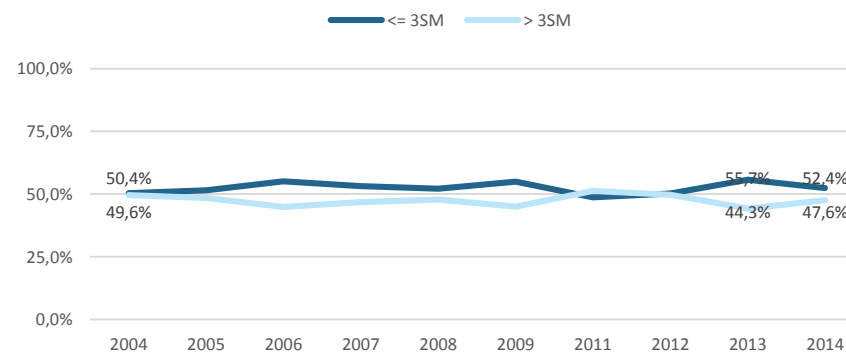
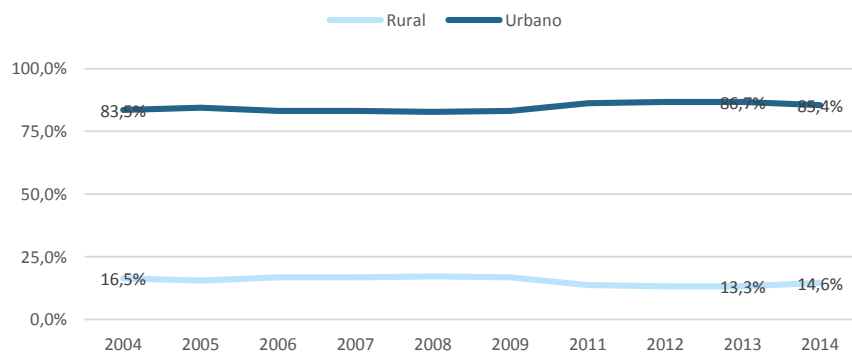
O número total de domicílios particulares permanentes aumentou nas três regiões analisadas. No Brasil foram 14.931 mil domicílios a mais entre 2004 e 2014, representando um acréscimo de 28,7%. Na Região Sudeste, houve 5.904 mil novos domicílios com acréscimo de 25,4% e no Espírito Santo 328 mil domicílios a mais, representando 33,0% entre 2004 e 2014. No Espírito Santo, não houve grandes alterações na distribuição de domicílios particulares permanentes entre a zona urbana e a zona rural. Em 2014, a zona urbana concentrou 85,4% dos domicílios existentes no estado com um acréscimo de apenas 1,9 p.p em relação a 2004 (83,5%). Já a zona rural apresentou 14,6% de domicílios em 2014, representando uma redução de -1,9 p.p em relação a 2004 (16,5%). No período de 2004 a 2014, a variação da distribuição de domicílios nas duas classes de renda (<=3SM e >3SM) manteve-se próxima com predomínio dos domicílios da faixa de renda <=3sm. Observa-se uma aproximação convergente entre as classes de renda nos anos 2011 e 2012. Em 2013, houve uma inversão entre as classes: decréscimo da classe de renda >3SM e um aumento de domicílios com renda <=3SM, respectivamente, 44,3% e 55,7%. Em 2014, a série aproxima-se novamente com domicílios na classe de renda <=3SM de 52,4% e 47,6% na classe >3sm.

Total de domicílios.
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

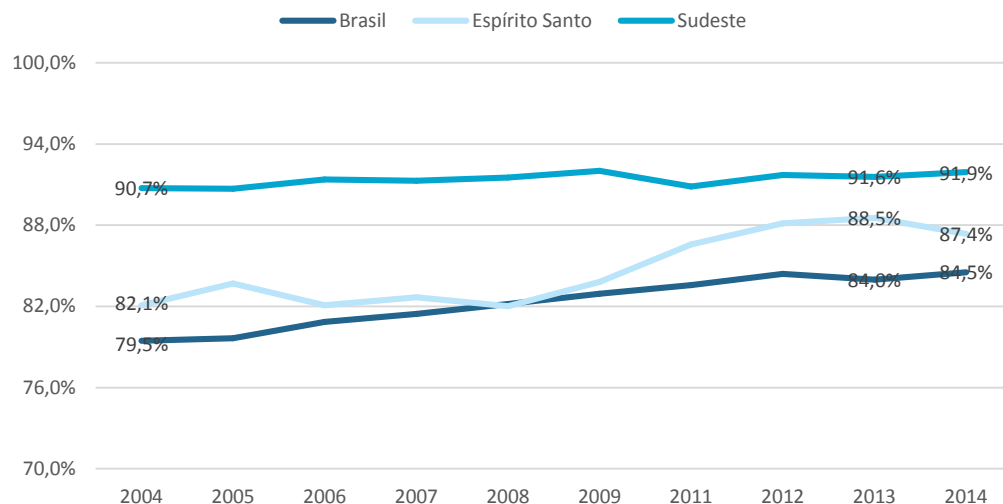
Distribuição de domicílios segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos.
Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



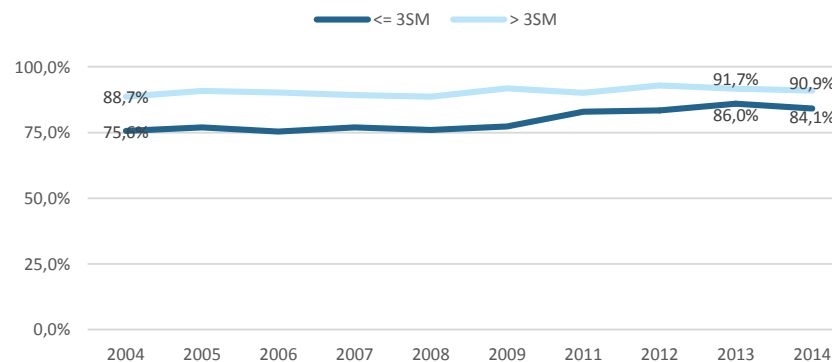
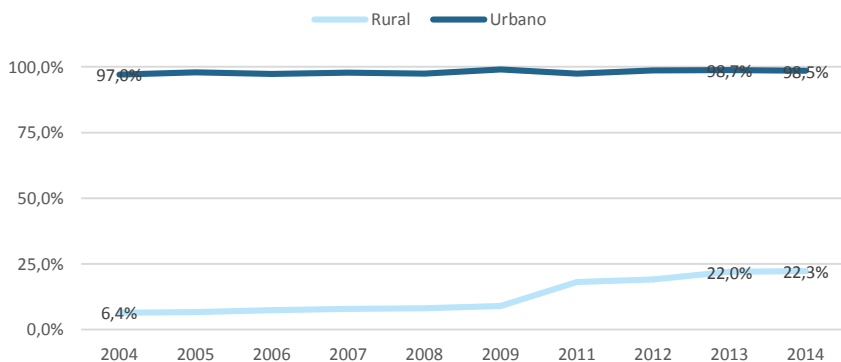
Percentual de domicílios com abastecimento de água da rede geral de distribuição. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

O abastecimento de água da rede geral de distribuição dos domicílios brasileiros entre 2004 e 2014 aumentou 5,0 p.p. com evolução de 79,5% para 84,5%. Na região Sudeste, o percentual de abastecimento nesse período manteve-se com pequena variação de 1,2 p.p. atingindo 91,9% dos domicílios em 2014. No Espírito Santo, houve um aumento de 5,3 p.p. entre 2004 e 2014. A evolução deste indicador no estado sofreu variações no período analisado com acréscimos e decréscimos, sendo o ano de 2008 o período de inflexão na série, a partir do qual a curva torna-se consideravelmente ascendente atingindo 88,5% de abastecimento de água nos domicílios em 2013, decrescendo em 2014 para 87,4%. No Espírito Santo, o percentual de domicílios com abastecimento de água na área urbana alcançou 98,5% e na área rural 22,3%. Entre 2004 e 2014, observa-se no meio rural um elevado crescimento de 15,9 p.p. do número de domicílios com abastecimento de água por meio da rede geral com evolução de 6,4% para 22,3%, sendo 2011 o ano de mudança de patamar na série. Em 2014, os domicílios com renda domiciliar >3 SM alcançaram 90,9% no abastecimento de água e 84,1% para renda <= 3SM. Em 2014, ambas as faixas de renda tiveram um ligeiro decréscimo no atendimento em relação ao ano de 2013: -0,8 p.p. >3SM e -1,9 p.p. até 3SM.

Percentual de domicílios com abastecimento de água por meio da rede geral de distribuição, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2004 a 2014

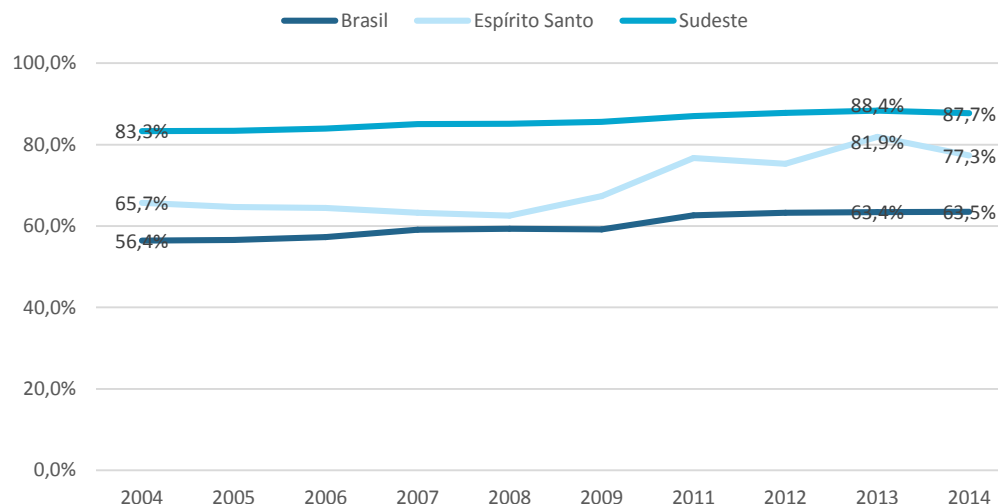


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



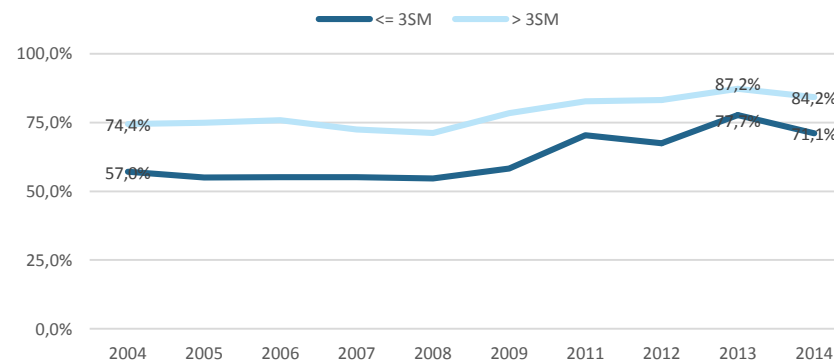
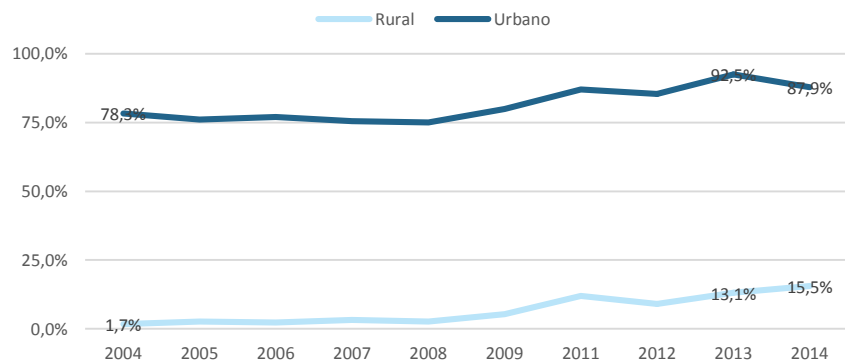
No Brasil, o percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto aumentou em 7,1 p.p. entre 2004 e 2014, sendo que na Região Sudeste o aumento de 4.4 p.p. foi menor. Já no Espírito Santo este aumento foi bem mais expressivo no período analisado, sendo de 11,6 p.p., passando de 65,7% em 2004 para 77,3% em 2014, porém houve decréscimo de -4,6 p.p. no acesso à rede de esgoto em 2014 em relação a 2013 (81,9%). Quanto à cobertura do serviço, verifica-se que o Espírito Santo se encontra acima da média nacional e abaixo da média regional, considerada a série histórica decenal. No estado, a coleta de esgoto, como esperado, por se tratar de um serviço por rede, concentra-se na zona urbana, sendo o mesmo equivalente a 87,9% em 2014, frente a 15,5% de acesso na zona rural. Observa-se que houve decréscimo de -4,6 p.p. no acesso à rede na zona urbana em 2014 (87,9%) em relação a 2013 (92,5%), e na rural a curva manteve-se ascendente com aumento de 2,4 p.p. Em 2014, 71,1 % dos domicílios com renda domiciliar <= 3 SM apresentaram acesso à rede coletora de esgoto, enquanto aqueles com renda domiciliar >3 SM tiveram cobertura de 84,2% deste serviço. Na comparação com o ano de 2013, houve decréscimo no acesso à rede de esgoto para ambas as classes de renda em 2014: -6,6 p.p. até 3SM e -3 p.p. acima de 3SM.

Percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

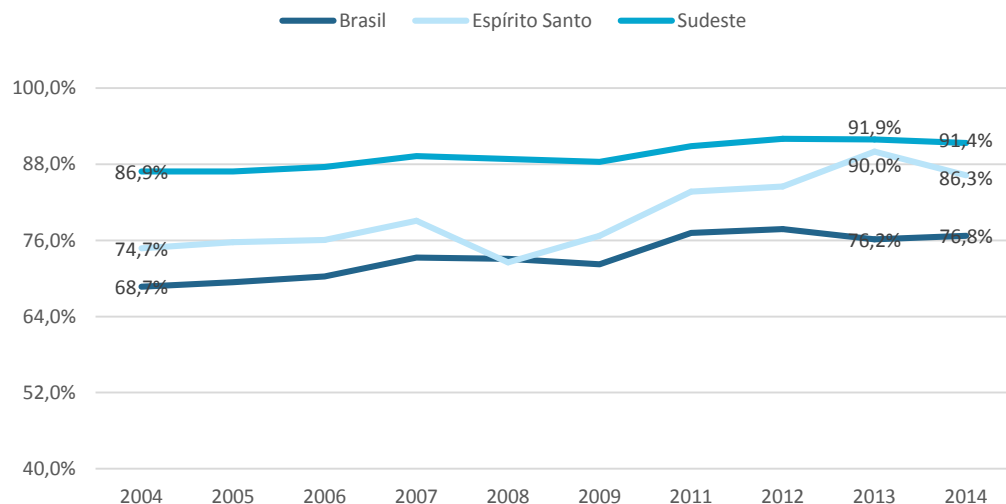
Percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



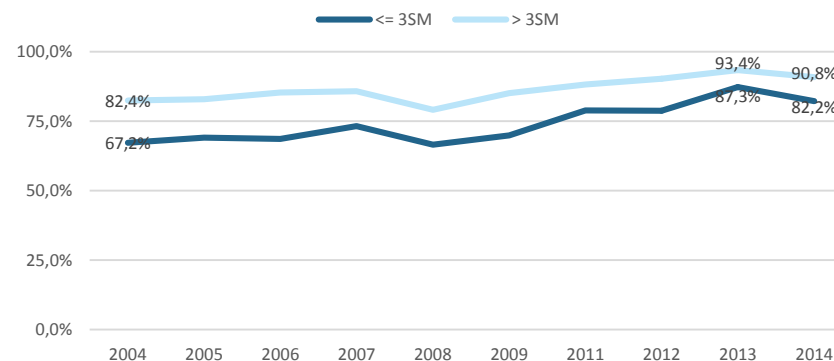
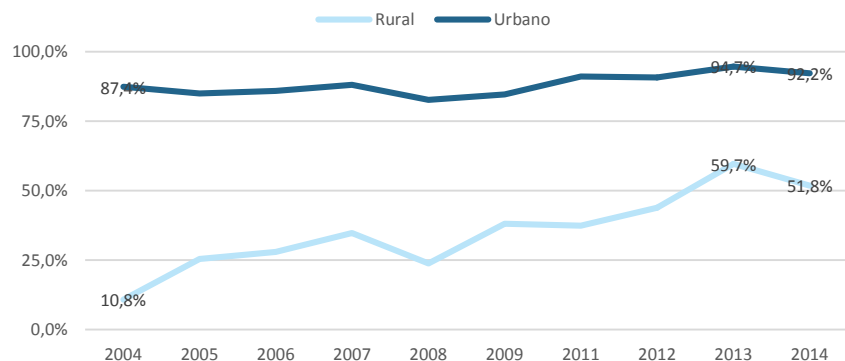
Percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

No Brasil, observa-se uma evolução de 8,1 p.p no esgotamento sanitário adequado (que inclui fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial) variando de 68,7% para 76,8% no período 2004 a 2014 e, na Região Sudeste, uma evolução de 86,9% para 91,4% com acréscimo de 4,5 p.p. No Espírito Santo, o percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário adequado apresentou um crescimento de 11,6 p.p., passando de 74,7% para 86,3%, percentual acima do contexto nacional. Em 2014, o percentual de domicílios capixabas que possuíam esgotamento sanitário adequado continuou sendo substancialmente maior na área urbana (92,2%) do que na área rural (51,8%). Entretanto, comparativamente, o percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado aumentou consideravelmente na zona rural ao passar de 10,8% (2004) para 51,8% (2014) com acréscimo de 41,0 p.p., enquanto na área urbana o acréscimo foi de 4,8 p.p., no período. O maior ganho percentual acumulado também se verifica nas classes de rendimento $\leq 3SM$ com aumento de 15,0 p.p. passando de 67,2% para 82,2% no período 2004 a 2014. Já nas classes de rendimento $> 3SM$ a participação percentual aumentou em 8,4 p.p., ao passar de 82,4% para 90,8%. No entanto, houve uma queda comparativa do indicador em relação a 2013 para ambas classes de renda.

Percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2004 a 2014

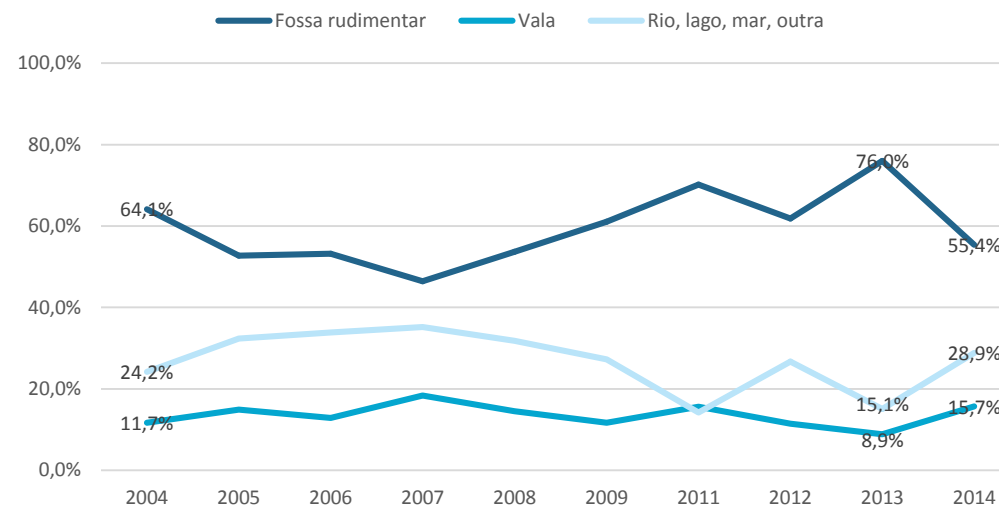


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



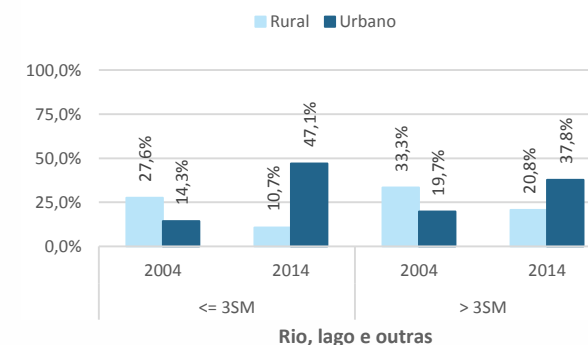
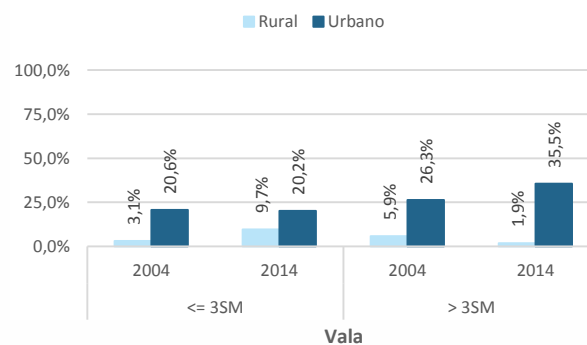
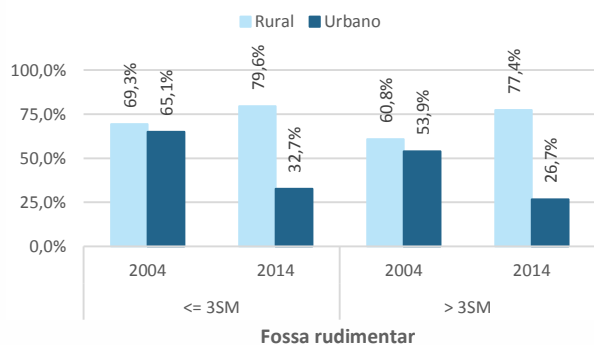
No Espírito Santo, o percentual de domicílios com esgotamento sanitário inadequado por tipo de inadequação é maior relativamente quanto à fossa rudimentar. Este sistema apresentou um percentual de 64,1% em 2004 e, em 2014, de 55,4%. No entanto, a série mostra um aumento abrupto no esgotamento por fossa em 2013 (76,9%) com decréscimo de -20,6 p.p. em 2014 (55,4%). Em 2014, a fossa rudimentar atinge maior percentual de participação na zona rural para classe de renda <= 3SM (79,6%). Analisando a série histórica (2004 a 2014), observa-se na zona urbana uma queda significativa da inadequação por fossa de -32,4 p.p. para classe de renda <=3SM e de -27,2 p.p. para renda >3SM. Na zona rural, contudo, houve acréscimo de 10,3 p.p. no esgotamento por fossa para a classe <=3SM e de 16,6 p.p. para classe de renda >3SM. O escoamento sanitário destinado aos rios, lagos ou mar é o segundo maior tipo de inadequação observado no estado, entre 2004 e 2014, com exceção do ano 2011, com aumento significativo para a zona urbana, tanto na classe de renda <=3SM (32,8 p.p.) como para renda >3SM (18,1 p.p.). A inadequação por valas é a que tem menor percentual em relação às demais inadequações (15,7%) e torna-se mais expressiva nos domicílios urbanos com renda acima de 3SM atingindo 35,5% dos domicílios em 2014.

Percentual de domicílios com esgotamento sanitário inadequado, por tipo de inadequação. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

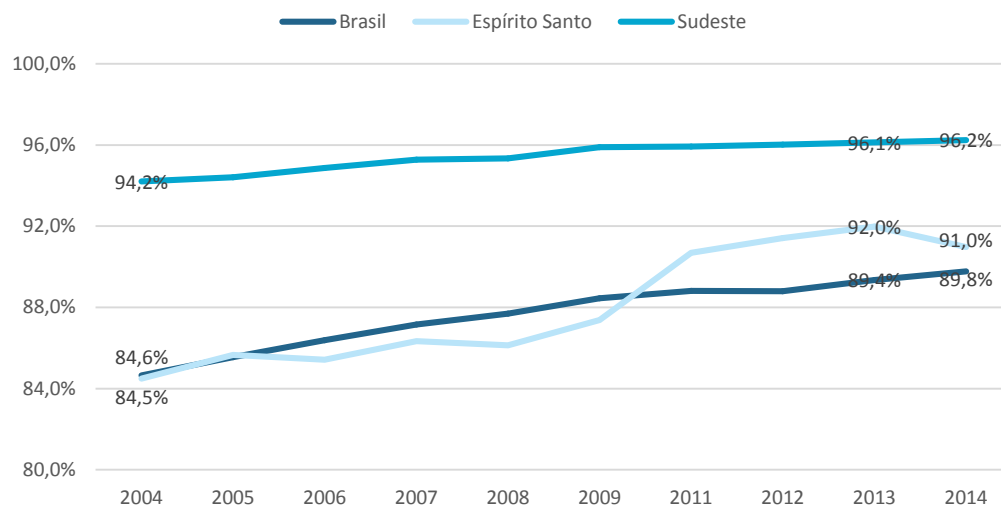
Percentual de domicílios com esgotamento sanitário inadequado, por tipo de inadequação, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2004 e 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



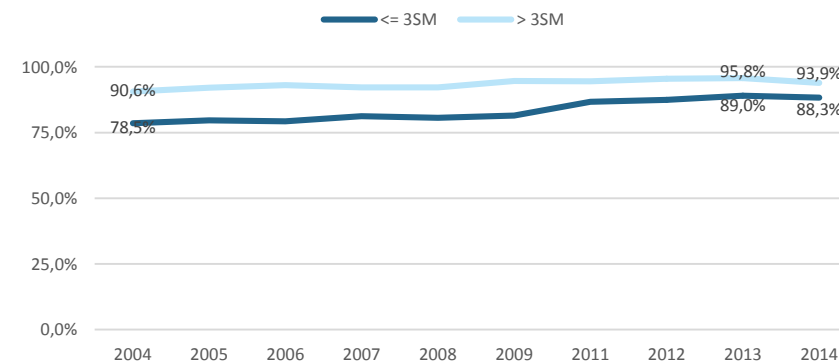
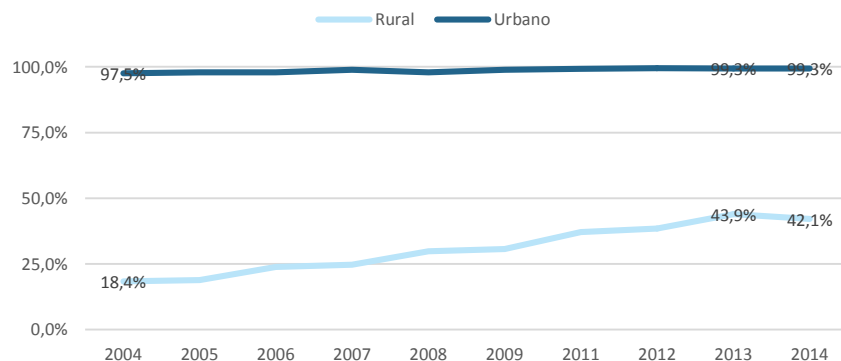
Percentual de domicílios com coleta de lixo. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A coleta de lixo compõe, junto com o abastecimento de água e o esgotamento sanitário, os serviços públicos de saneamento fundamentais para o bem-estar da população. No Brasil, o serviço de coleta de lixo alcançou 89,8% em 2014, e no Sudeste 96,2%. No período 2004 a 2014, o Espírito Santo apresenta uma série ascendente na coleta de lixo, alcançando 91,0% em 2014, estando acima da cobertura nacional e abaixo da cobertura regional para o serviço. Na zona urbana do Espírito Santo, o serviço de coleta de lixo está praticamente universalizado com 99,3% dos domicílios contemplados em 2014. Na zona rural, o percentual é bem menor que na zona urbana, contemplando apenas 42,1% dos domicílios, porém, deve-se registrar o considerável aumento de 23,7 p.p. na prestação desse serviço entre 2004 e 2014. Os domicílios com renda ≤ 3 SM apresentaram cobertura da coleta de lixo menor (88,3%) do que a cobertura do serviço nos domicílios com renda domiciliar > 3 SM (93,9%). A série histórica 2004 a 2014 aponta para a ampliação do serviço da coleta de lixo de forma gradativa e mais acentuada nos domicílios com renda até 3SM com um percentual ascendente de 9,8 p.p., e de 3,3 p.p. nos domicílios com rendimento > 3 SM. Se comparado a 2013, o percentual do serviço coleta de lixo é ligeiramente menor em 2014.

Percentual de domicílios com coleta de lixo, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2004 a 2014

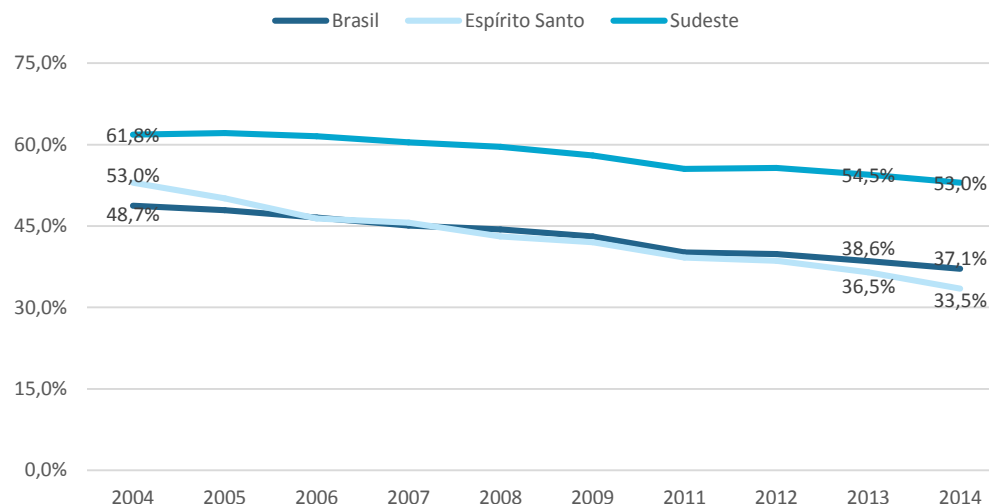


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



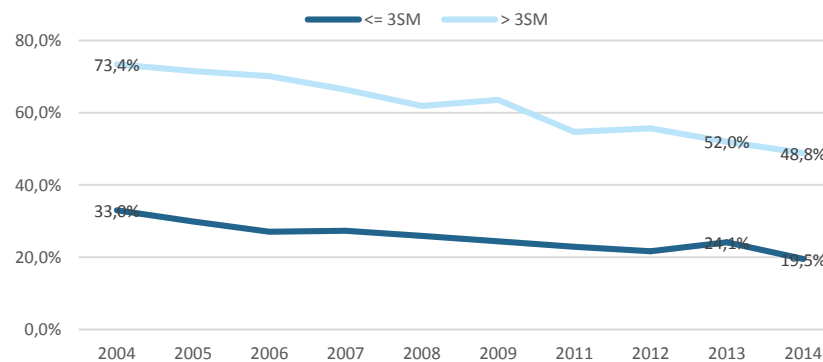
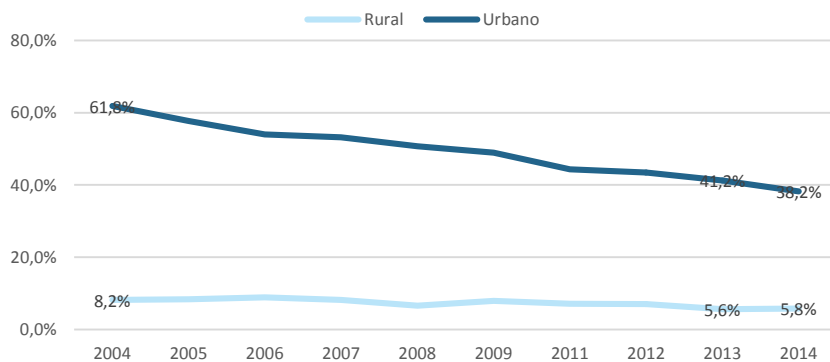
A análise da série histórica do período 2004 a 2014, aponta para uma redução expressiva de telefone fixo nos domicílios, tanto no Brasil (11,6 p.p.) como na Região Sudeste (8,8 p.p.) e, no Espírito Santo, a redução de telefonia fixa ocorreu de forma acentuada se comparada ao contexto nacional e regional, atingindo redução de -19,5 p.p. na série histórica. Nos domicílios urbanos, verifica-se que houve uma queda substancial do serviço, passando de uma cobertura de 61,8% em 2004 para 38,2% em 2014, ou seja, redução de -23,6 p.p. Houve também um pequeno decréscimo do número de domicílios com telefone fixo na zona rural entre 2004 e 2014, que passou de 8,2% para 5,8%, apesar de considerado baixo o percentual de oferta do serviço na série histórica. Analisando-se o percentual de domicílios com telefonia fixa nas duas classes de renda, verifica-se um expressivo decréscimo deste serviço na classe >3SM atingindo -24,6 p.p. (de 73,4% para 48,8%), observado na série histórica do período. Na classe de renda <=3SM também se verifica uma redução gradativa de -13,5 p.p., variando de 33,0% em 2004, para 19,5% em 2014.

Percentual de domicílios com telefonia fixa. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

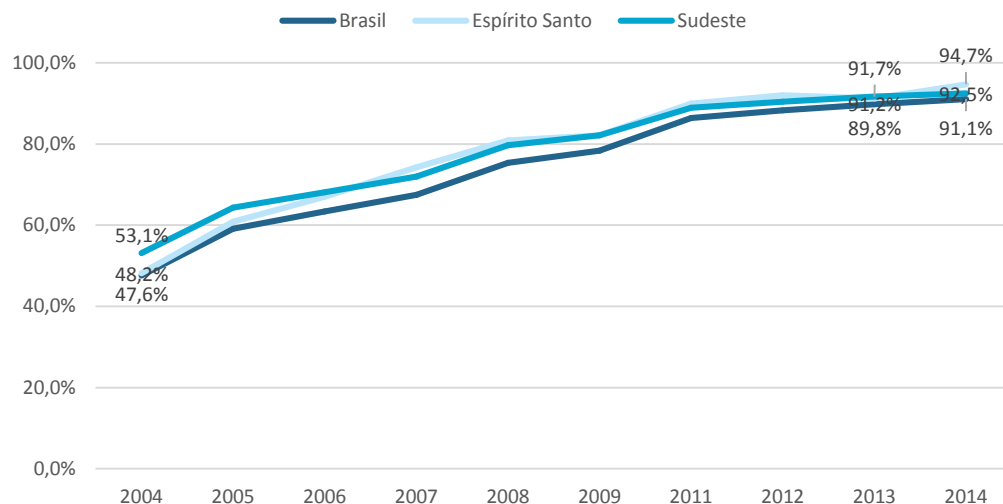
Percentual de domicílios com telefonia fixa, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



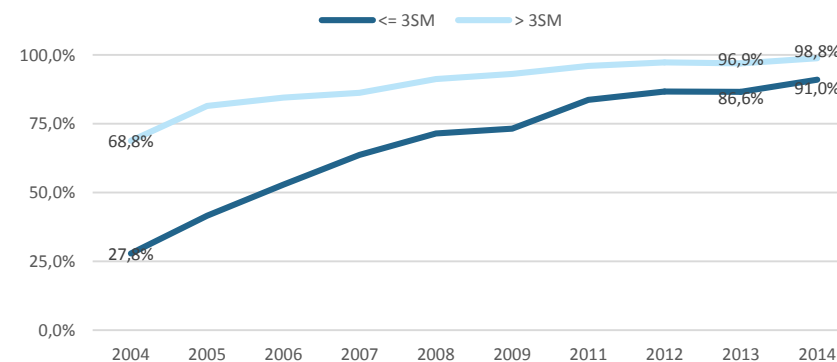
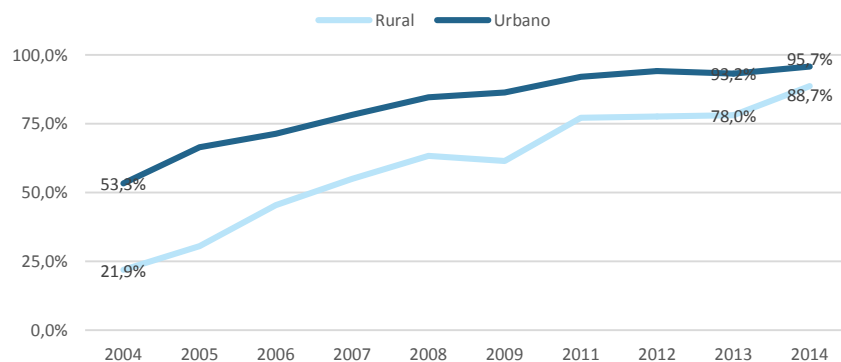
Percentual de domicílios com telefonia celular. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Em compensação à redução gradativa do uso de telefones fixos, os domicílios particulares permanentes têm apresentado uma crescente utilização da telefonia celular entre 2004 e 2014, com acentuada progressão. Conforme se observa na série, o crescimento deste serviço no país foi de 43,5 p.p., de 39,4 p.p na Região Sudeste e de 46,5 p.p. no Espírito Santo, percentual este que acompanha o contexto nacional e regional. Na área urbana e, em especial, na área rural houve um aumento expressivo do número de domicílios com telefonia celular no período analisado, com evolução na zona rural de 66,8 p.p., passando de 21,9% para 88,7%, e na zona urbana evolução de 42,4 p.p., passando de 53,3% para 95,7%. Consideradas as classes de renda para telefonia celular no período 2004 a 2014, houve aumento mais considerável para classe <=3SM com evolução de 63,2 p.p. (de 27,8% para 91,0%), se comparada à classe >3SM com evolução de 30 p.p. (de 68,8% para 98,8%). Os domicílios com renda familiar >3SM detiveram uma maior cobertura em 2014 contemplando 98,8% do total de domicílios em relação a 91,0% dos domicílios com renda <=3sm.

Percentual de domicílios com telefonia celular, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2004 a 2014

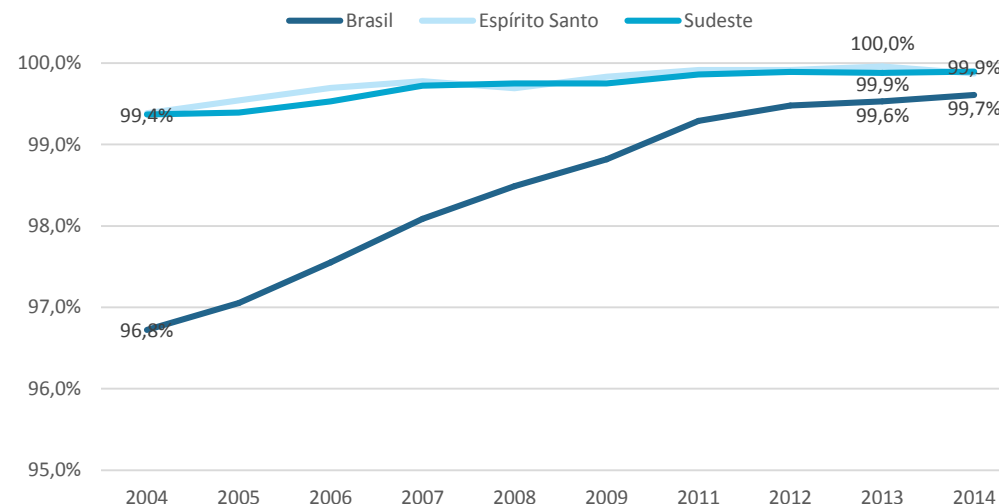


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



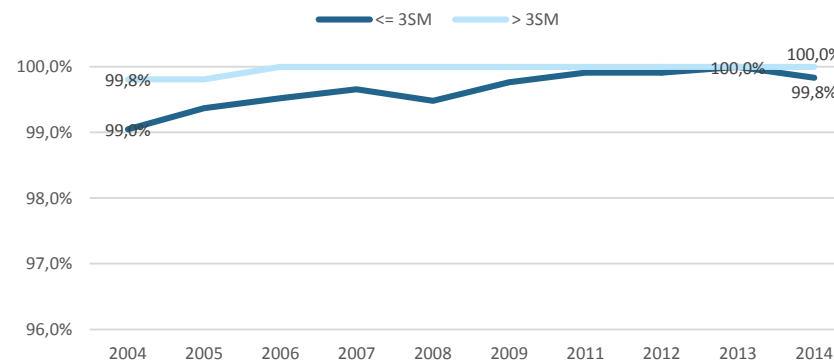
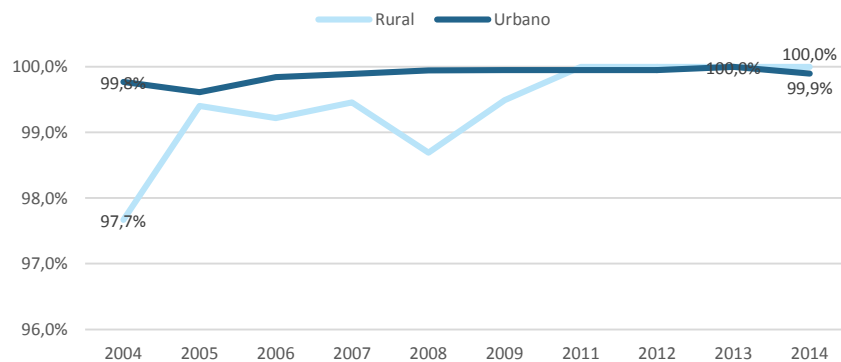
A cobertura do serviço de iluminação elétrica domiciliar em 2014 praticamente está universalizada com 99,7% dos domicílios do país e 99,9% dos domicílios da Região Sudeste e do Espírito Santo foram contemplados. Considerada a série 2004 a 2014, a evolução foi maior no contexto nacional, considerando que as demais escalas territoriais (estadual e regional) já estavam praticamente contempladas em 2004. Em 2014, a cobertura para o Espírito Santo atingiu 99,9% dos domicílios na zona urbana e 100% na rural. Observa-se o avanço do serviço, especialmente no meio rural, cuja cobertura evoluiu de 97,7% em 2004 para 100% em 2014. A prestação do serviço na área urbana teve uma evolução quase linear sem grandes alterações no período decenal analisado, alcançando 99,9% em 2014. Na cobertura do serviço, observa-se similar evolução para ambas as classes, com convergência do serviço em 2014, atingindo 100% e 99,8% para as classes >3SM e <=3SM, respectivamente.

Percentual de domicílios com iluminação elétrica. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

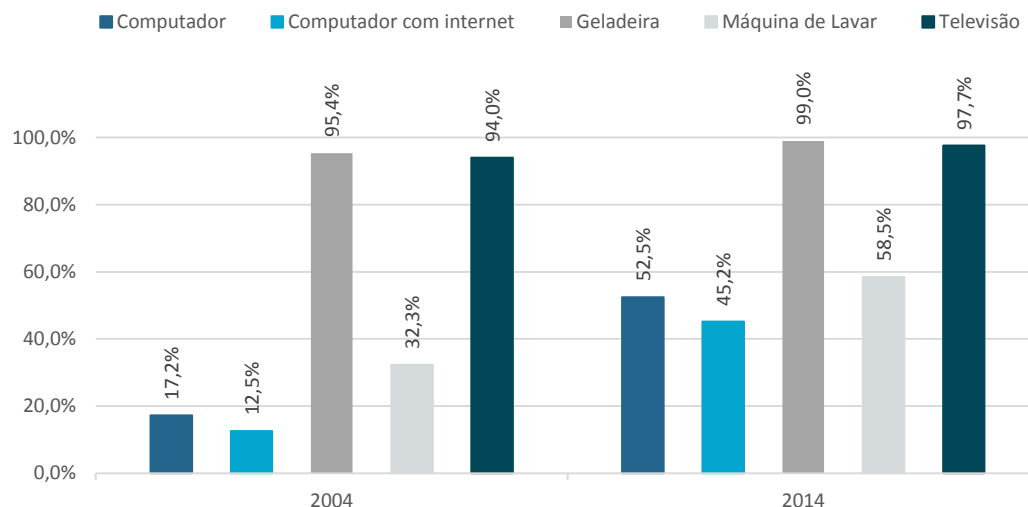
Percentual de domicílios com iluminação elétrica, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



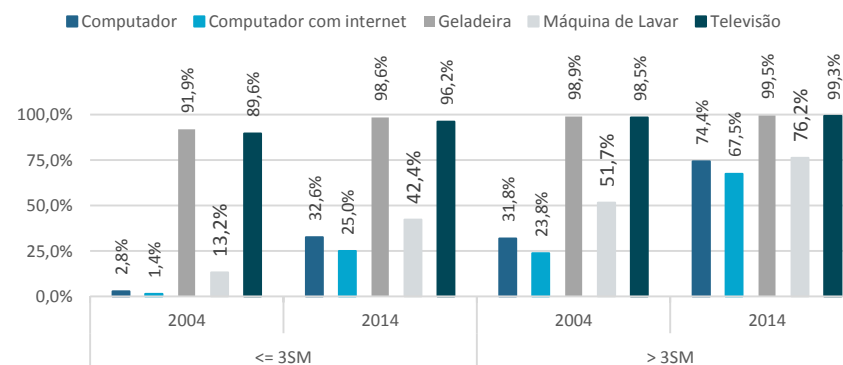
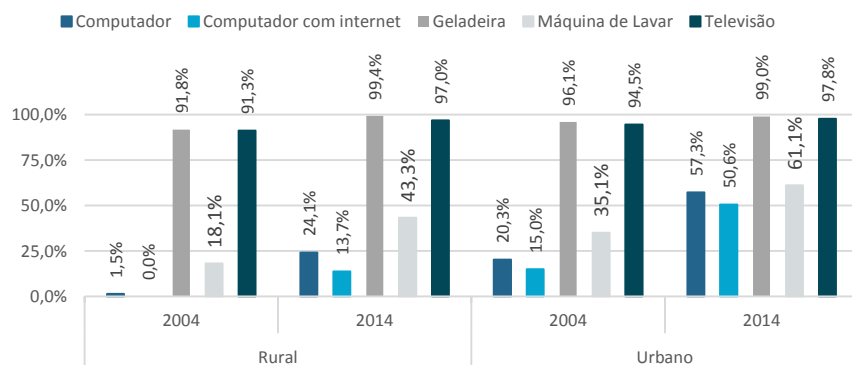
Percentual de domicílios por existência de alguns bens duráveis. Espírito Santo, 2004 e 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A análise da série histórica dos bens duráveis no Espírito Santo mostra um aumento expressivo de posse de computador (35,3 p.p.), seguido de computador com internet (32,7 p.p.) e da máquina de lavar (26,2 p.p.). O percentual de domicílios com computador cresceu consideravelmente no período analisado, de 17,2% para 52,5%, e de computador com internet de 12,5% para 45,2%. A geladeira e a televisão já eram bens presentes na grande maioria dos domicílios desde 2004, não havendo crescimento expressivo no período 2004 a 2014. Estes bens também se encontram no mesmo patamar de posse, ou bem próximos, quando se analisa a situação dos domicílios (urbanos ou rurais) e quando se analisa a distribuição destes por classes de rendimento (<=3SM e >3SM) aproximando-se ambos, em 2014, da quase totalidade dos domicílios. Em relação à posse de computador, computador com internet e de máquina de lavar, verifica-se um diferencial entre os domicílios localizados no meio urbano e no rural, apresentando em 2014, uma maior parcela de participação na zona urbana (57,3%, 50,6% e 61,1%, respectivamente) que os domicílios rurais (24,1%, 13,7%, e 43,3%, respectivamente). A posse de computador nos domicílios é crescente no período entre 2004 e 2014, com evolução de 37,0 p.p. na zona urbana e 22,6 p.p. na zona rural.

Percentual de domicílios por existência de alguns bens duráveis, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2004 e 2014

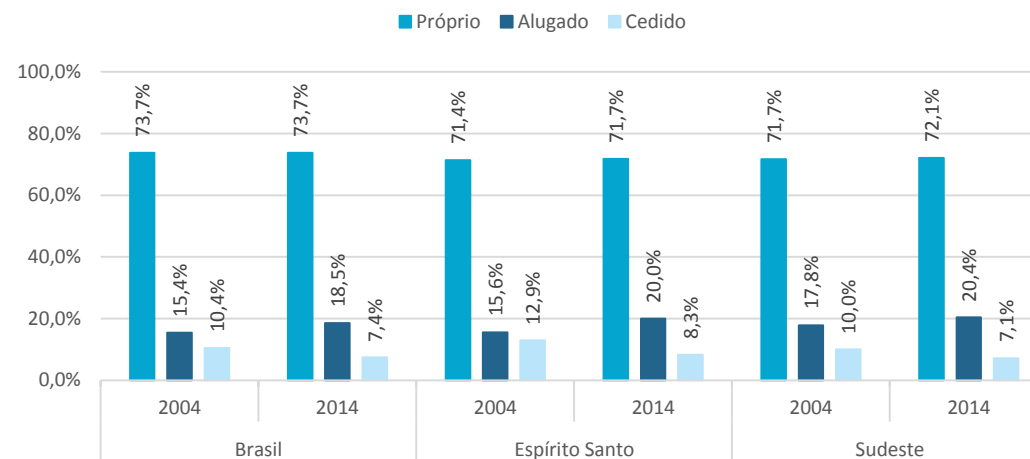


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



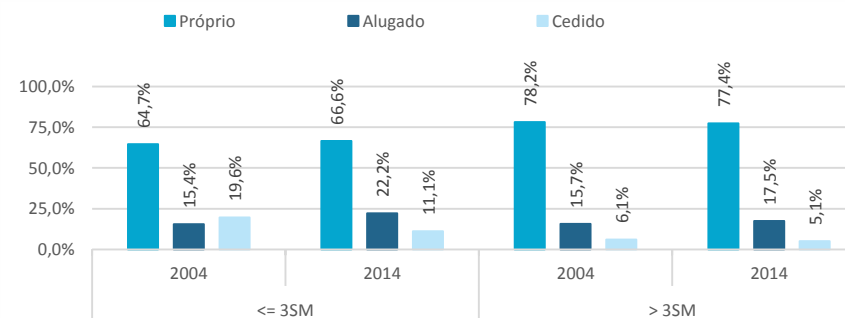
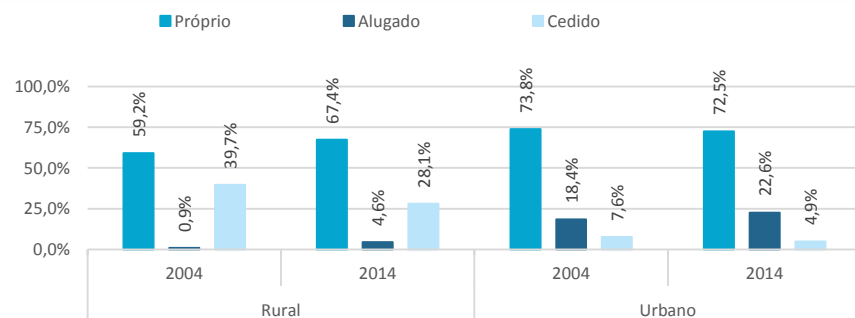
A série histórica do indicador mostra uma grande predominância dos domicílios próprios sobre as demais categorias de ocupação no Brasil (73,7%), Sudeste (72,1%) e no Espírito Santo (71,7%), entretanto, com pequena evolução nos percentuais relativos ao período 2004 a 2014. As variações relativas aos domicílios alugados e cedidos ocorreram de forma inversa, ou seja, redução dos domicílios cedidos e aumento dos alugados, verificados tanto no Brasil como no Sudeste e no Espírito Santo. A variação no Espírito Santo foi de aumento de 4,4 p.p. para os domicílios alugados e uma redução de -4,6 p.p. para os domicílios cedidos. As categorias de ocupação no contexto urbano e rural diferem no período, com maior evolução dos domicílios próprios na zona rural e 8,2 p.p. de acréscimo, enquanto na zona urbana houve ligeiro decréscimo de -1,3 p.p. Observa-se também uma redução maior de imóveis cedidos na zona rural (-11,6 p.p.) em relação à zona urbana (-2,7 p.p.). Contudo, há predomínio de imóveis alugados na zona urbana em relação à rural, respectivamente, 22,6% e 4,6% em 2014. Em relação ao rendimento, há predomínio dos domicílios próprios para a renda >3SM (77,4%) do que nos domicílios com renda <=3SM (66,6%), sendo que o percentual de alugados é maior para renda <=3SM (22,2%) do que >3SM (17,5%).

Percentual de domicílios cuja condição de ocupação seja próprio, alugado ou cedido. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 e 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

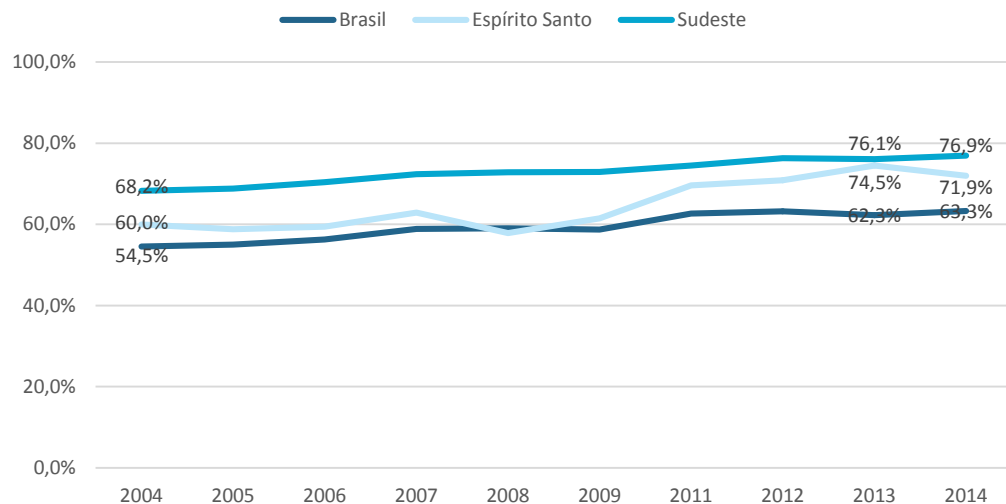
Percentual de domicílios cuja condição de ocupação seja próprio, alugado ou cedido, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2004 e 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



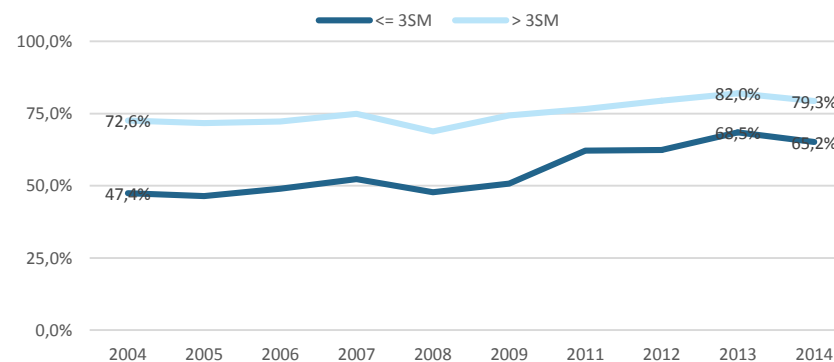
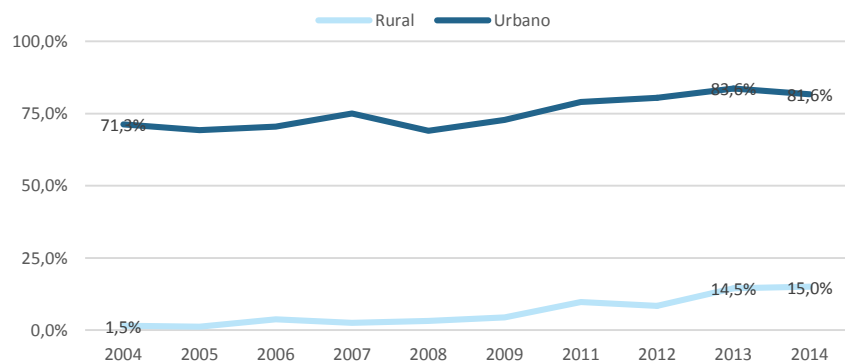
Percentual de domicílios adequados. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A proporção de domicílios adequados aumentou entre 2004 e 2014 nos três recortes territoriais analisados, com destaque para a Região Sudeste (76,9% em 2014). O Espírito Santo ficou no patamar superior ao contexto nacional com 71,9% de adequação dos domicílios e acréscimo de 11,9 p.p. no período, apesar de pequena redução de -2,6 p.p. verificada em 2014 com relação a 2013. A adequação domiciliar é mais presente na zona urbana com aumento de 10,3 p.p. no período 2004 a 2014, contemplando 81,6% dos domicílios em 2014. Na zona rural, apenas 15,0% dos domicílios estavam classificados como adequados em 2014, embora tenha havido um aumento considerável a partir de 2004 com evolução de -13,5 p.p. na série histórica decenal. Os domicílios considerados adequados tiveram evolução positiva no período analisado segundo classes de renda, sendo maior para a classe <=3SM com evolução de 17,8 p.p. (de 47,4% para 65,2%) e menor para a classe >3SM com evolução de 6,7 p.p. (de 72,6 % para 79,3%). Observou-se também uma redução da adequação dos domicílios no ano de 2014 em relação a 2013 em ambas as classes, sendo para faixa <=3SM de -3,3 p.p. e de -2,7 p.p. para faixa >3SM.

Percentual de domicílios adequados, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
e CLASSES ECONÔMICAS

A desigualdade de renda e a redução dos níveis de pobreza e extrema pobreza ocupam um lugar de destaque na agenda de diversos setores da sociedade brasileira, e de organizações internacionais. Não por acaso, erradicar a extrema pobreza e a fome consiste no primeiro dos objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM1) e dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), que prossegue e amplia a agenda do ODM.

A evolução da renda e sua distribuição são abordadas nessa seção com base nos indicadores de renda domiciliar per capita, pobreza e extrema pobreza, coeficiente de Gini e classes econômicas. Os indicadores foram elaborados a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As séries foram construídas de maneira que se possa comparar a situação do Espírito Santo com a do Sudeste e do Brasil, e na maioria dos casos, as análises contemplam comparações em função da distribuição por gênero, cor ou raça e situação do domicílio.

De 2004 a 2014, o Espírito Santo apresentou uma tendência de crescimento da renda, queda da desigualdade e, reduções, ainda mais acentuadas, nas taxas de pobreza e extrema pobreza. Em 2014, o Espírito Santo apresentou uma proporção de pobres de 7,5%, menos da metade da proporção de pobres no Brasil (15,8%). Em relação à taxa de extrema pobreza, o estado apresentou uma proporção de 1,7%, enquanto a média nacional ficou em 4,8%. Esses dados fizeram do Espírito Santo o estado com as menores taxas de pobreza da região Sudeste.

Para analisar a distribuição de renda, o indicador mais comumente utilizado é o Coeficiente de Gini. Este coeficiente varia entre 0 e 1, no qual 0 corresponde a uma distribuição igualitária da renda e 1 corresponde à concentração de toda a renda em um único indivíduo. Entre 2004 e

2014, o Estado apresentou uma melhora significativa na distribuição da renda e o coeficiente de Gini reduziu de 0,547, em 2004, para 0,487 em 2014, o menor nível de desigualdade para o período considerado.

Entretanto, o indicador de renda média real de todas as fontes das pessoas de 15 anos ou mais revela o quanto ainda é preciso avançar no estado, em direção a uma sociedade mais justa. No Espírito Santo em 2014 a renda média real das mulheres representou 55,8% da dos homens, e pretos e pardos tiveram renda média real de 67% do valor da renda média real dos brancos e amarelos.

CLASSES ECONÔMICAS

Para a determinação das classes econômicas utilizou-se a seguinte divisão baseada nas metodologias de Neri (2008)¹ e Rocha (2000)²:

Determinação das classes econômicas segundo a renda domiciliar per capita, Espírito Santo, 2014

Classes econômicas	Renda Domiciliar per capita (R\$ setembro de 2014) - Área Urbana	Renda Domiciliar per capita (R\$ setembro de 2014) - Área Rural
AB	mais de R\$ 1.711,33	mais de R\$ 1.557,20
C	de R\$ 396,98 a R\$ 1.711,33	de R\$ 361,22 a R\$ 1.557,20
D	de R\$ 210,63 até R\$ 396,97	de R\$ 179,76 a R\$ 361,21
E	menos de R\$ 210,63	menos de R\$ 179,76

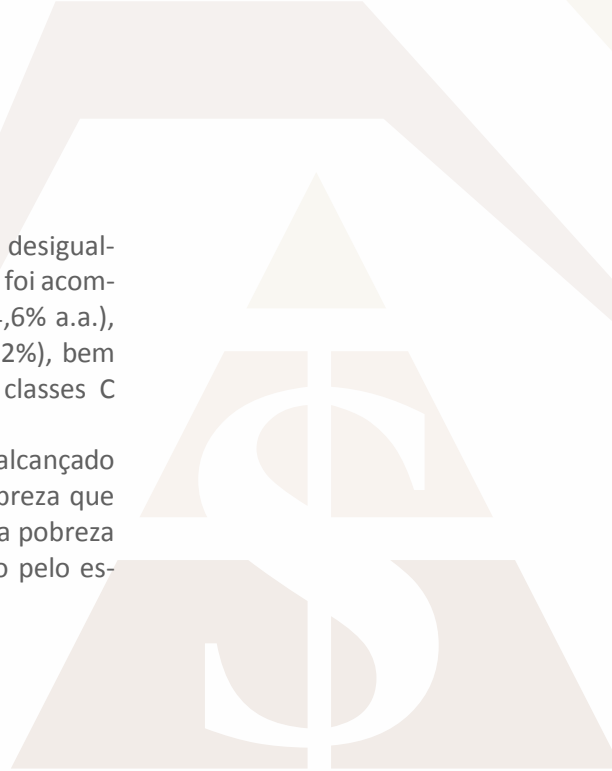
Nota: A classe econômica E de acordo com o critério de renda domiciliar per capita equivale a pobreza. Para os extremamente pobres, os valores são a metade dos considerados para a classe E.

¹ NERI, M.C. (Coordenação). A nova classe média: O lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

² ROCHA, S. Opções Metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil. Texto para discussão nº 720. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

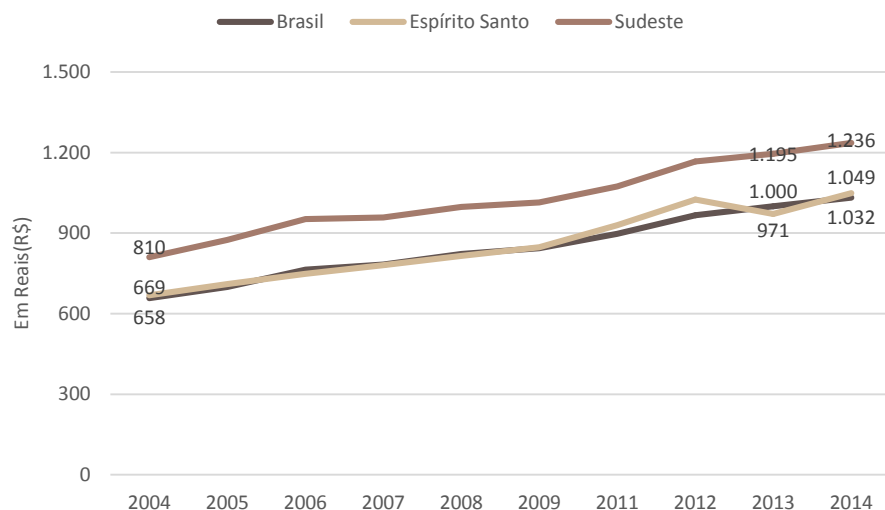
No Espírito Santo, os dados demonstram que a redução da desigualdade na distribuição da renda observada nos últimos 10 anos, foi acompanhada pelo crescimento da renda domiciliar per capita (4,6% a.a.), diminuição da pobreza (-70,1%) e da extrema pobreza (-74,2%), bem como pela redução da classe D (-38,1%) e aumento das classes C (56,6%) e AB (67,9%).

Adicionalmente, em 2014, o Espírito Santo, apesar de não ter alcançado o patamar de 2012, retomou a trajetória de redução da pobreza que havia sido interrompida em 2013. Em se tratando da extrema pobreza a redução representou um resultado nunca antes alcançado pelo estado (1,7%).





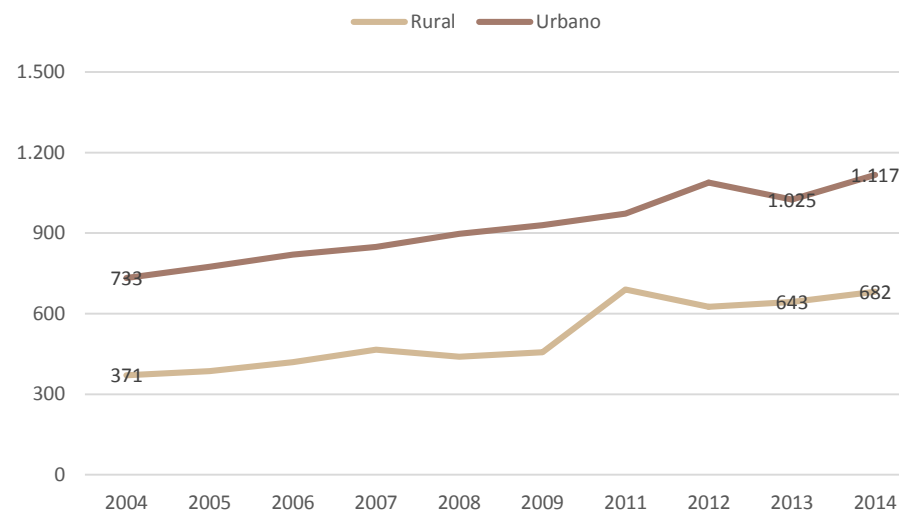
Renda média domiciliar per capita real (R\$). Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A renda domiciliar per capita real aumentou no Brasil, no Sudeste e no Espírito Santo entre 2004 e 2014. A renda per capita mensal das famílias capixabas passou de R\$669 para R\$1.049 um crescimento de 4,6% a.a. no período, algo próximo do crescimento apresentado pela renda per capita mensal das famílias brasileiras. Os valores apresentados pelo Espírito Santo em 2014 (R\$1.049) foram superiores aos valores apresentados pelo Brasil (R\$1.032) e inferiores aos valores apresentados pela região Sudeste (R\$1.236). Comparativamente ao ano anterior a renda domiciliar per capita no estado aumentou 8,0%. A diferença entre a renda domiciliar do estado e da região Sudeste foi de 17,8%.

Renda média domiciliar per capita real (R\$) por situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014

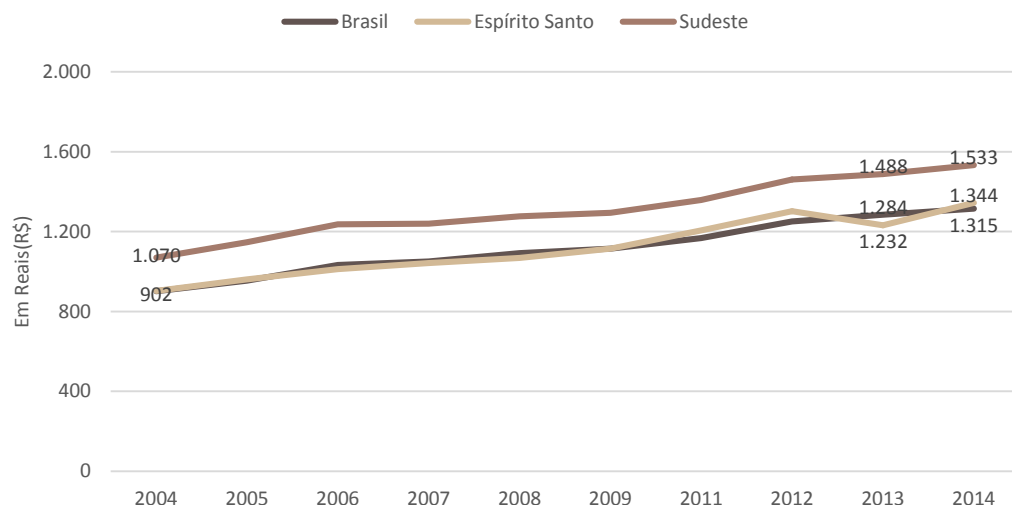


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

No Espírito Santo os domicílios localizados em áreas urbanas apresentam, em média, rendas maiores que os domicílios localizados em áreas rurais. Em 2014 a diferença entre a renda média em áreas urbanas (R\$1.117) e rurais (R\$682) foi de (63,8%).



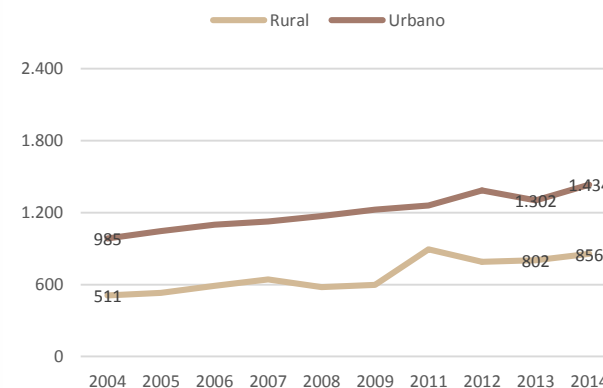
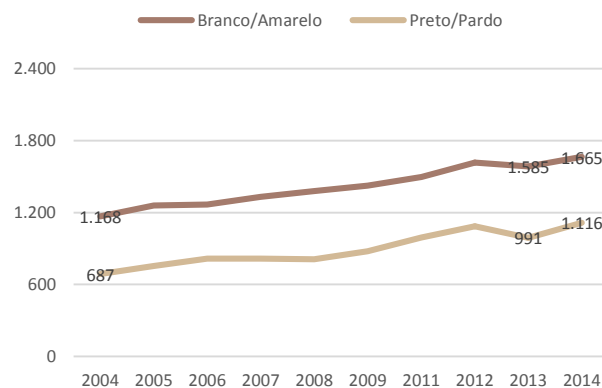
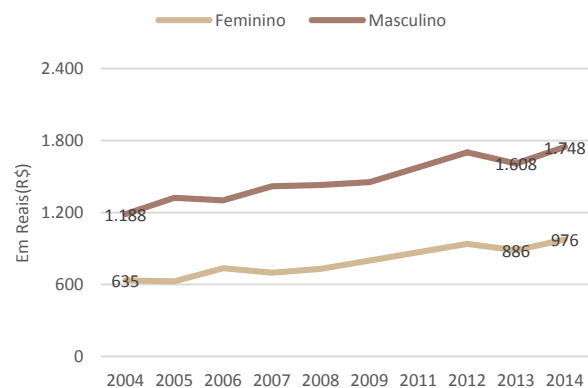
Renda média real de todas as fontes (R\$) das pessoas de 15 anos ou mais de idade. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A renda média real (RMR) de todas as fontes apresentou crescimento, desde 2004, para o Brasil e região Sudeste. O Espírito Santo também apresentou crescimento nesse período, oscilando para baixo na comparação entre 2012 e 2013, mas voltando a crescer em 2014. A renda no Espírito Santo apresenta trajetória e níveis próximos à renda média real brasileira, porém abaixo na comparação com a região Sudeste. Em 2014 a RMR cresceu mais no estado (9,1%) comparativamente ao Brasil (2,4%) e a região Sudeste (3%). A diferença entre a RMR de todas as fontes da região Sudeste com relação ao Espírito Santo alcançou 14% em 2014. Uma análise mais detalhada para o estado mostrou que em 2014, as mulheres tiveram renda média 44,2% menor que a dos homens, pretos e pardos tiveram renda média 33,0% menor que brancos e amarelos, e residentes na área rural tiveram renda 40,3% menor que residentes na área urbana.

Renda média real de todas as fontes (R\$) das pessoas de 15 anos ou mais de idade por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014

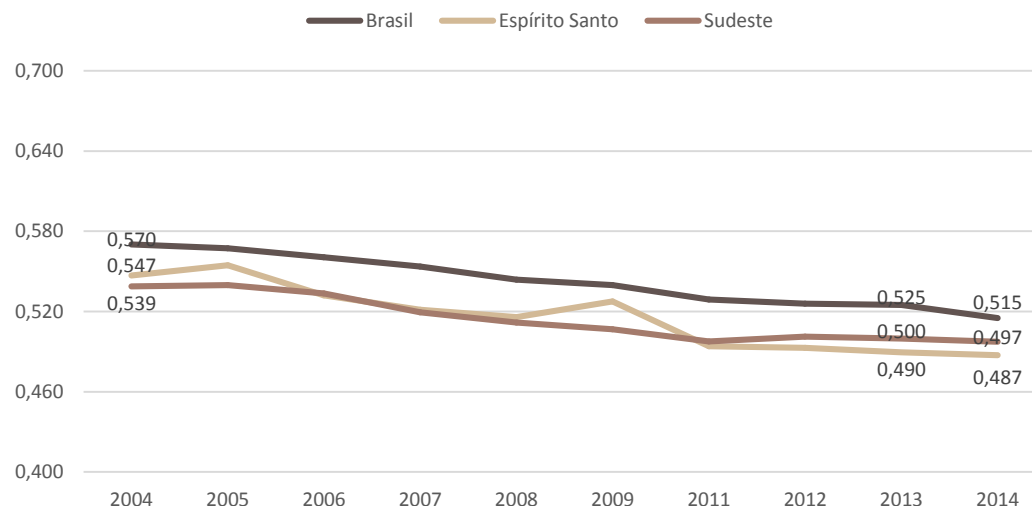


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



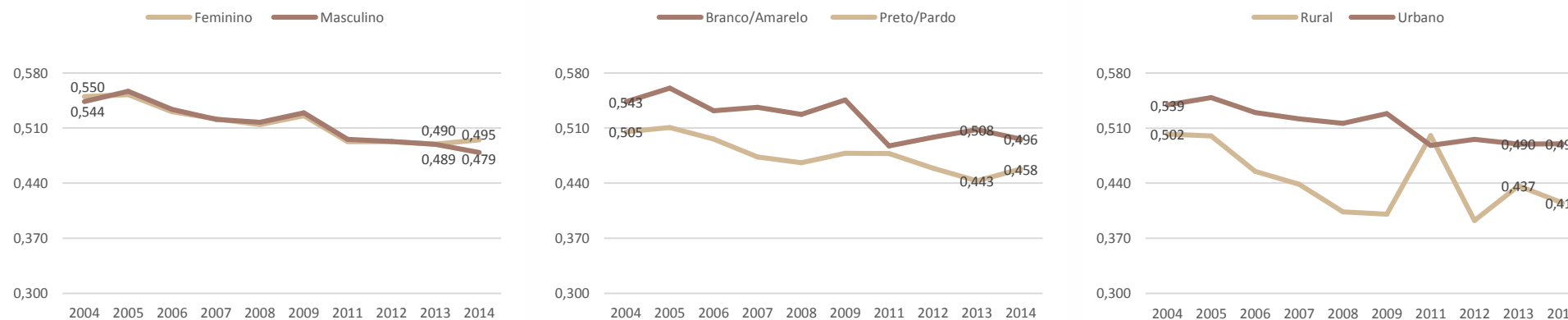
Entre 2004 e 2014, o Espírito Santo reduziu a desigualdade na distribuição de renda, tal qual ocorreu no Brasil e na região Sudeste. No caso específico do estado houve durante esse intervalo dois períodos nos quais a concentração de renda aumentou: entre 2004 e 2005 e entre 2008 e 2009. O indicador possui trajetória e nível bastante próximos quando se considera de forma separada a renda dos homens e mulheres, exceto na comparação entre 2014 e 2013, na qual observa-se um aumento da concentração de renda entre as mulheres (0,490, para 0,495) ao passo em que a desigualdade de renda entre os homens continuou a sua trajetória de queda (0,489, para 0,479). Entre as pessoas que se autodeclararam de cor ou raça preta/parda a concentração de renda aumentou de 0,443 para 0,458. Entre 2004 e 2014, apenas em 2011 os domicílios situados em áreas rurais não apresentaram uma distribuição da renda menos desigual, comparativamente aos domicílios localizados nas áreas urbanas. Em 2014, comparativamente a 2013, a desigualdade de renda diminuiu nas áreas rurais (de 0,437 para 0,415) e manteve-se estável nas áreas urbanas (0,490).

Coeficiente de Gini. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

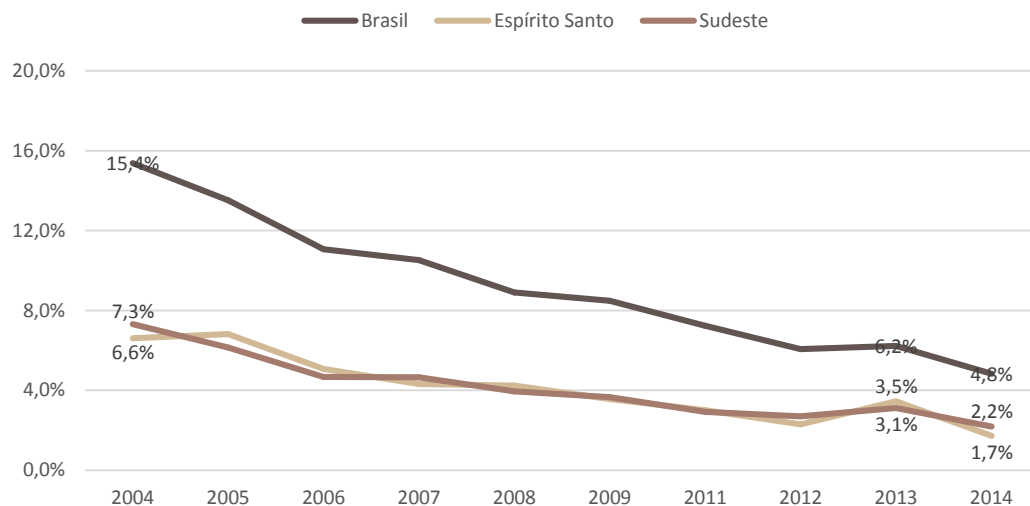
Coeficiente de Gini por gênero, por cor ou raça e situação domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



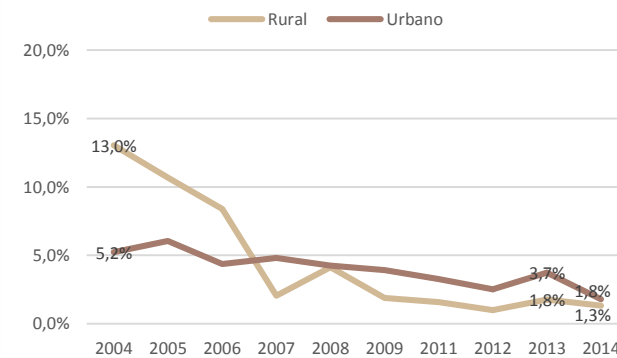
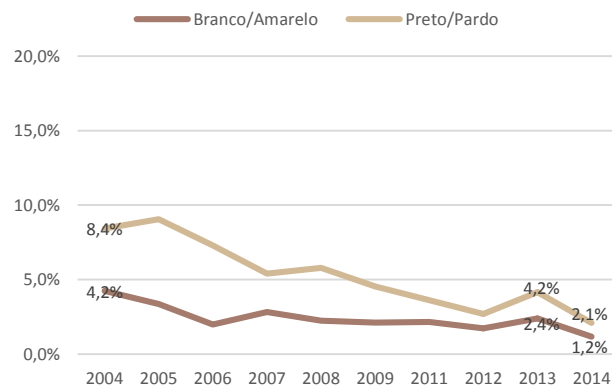
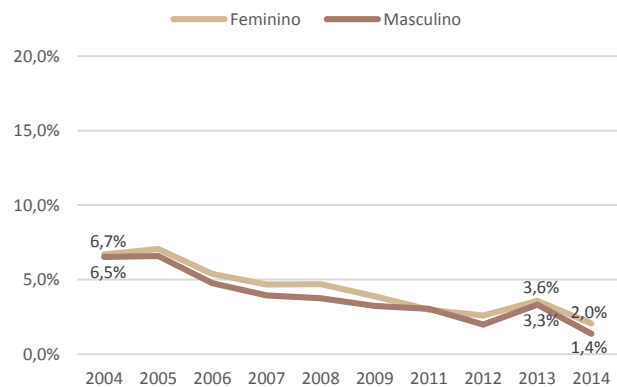
Percentual de pessoas extremamente pobres. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Entre 2004 e 2012, o Espírito Santo apresentou intensa redução na proporção da população de extremamente pobres, de 6,6% para 2,3%. Em 2013 essa trajetória de queda foi interrompida no estado, assim como no Brasil e na região Sudeste. Em 2014, o estado retomou essa trajetória reduzindo a extrema pobreza de 3,5%, em 2013, para 1,7%. Adicionalmente, o estado apresentou números inferiores aos da região Sudeste (2,2%) e do Brasil (4,8%). A extrema pobreza foi maior entre as mulheres (2,0%) que entre os homens (1,4%), embora ao longo do período este indicador apresente trajetória e níveis bastante próximos. O percentual de pessoas de cor preta e parda extremamente pobre (2,1%) é superior ao de pessoas de cor branca e amarela (1,2%). A área rural (1,3%) alcançou maior velocidade na diminuição da extrema pobreza quando comparada, respectivamente, a área urbana (1,8%).

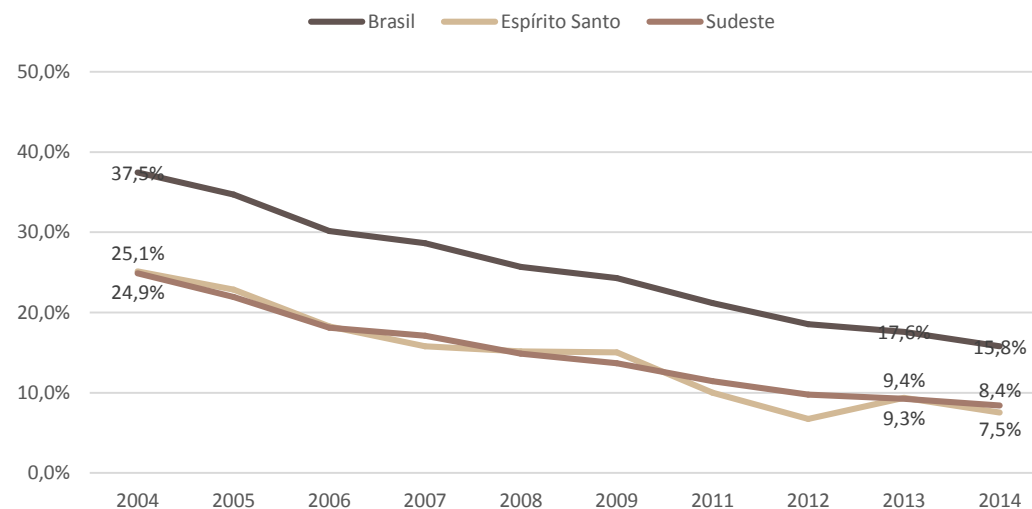
Percentual de pessoas extremamente pobres por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

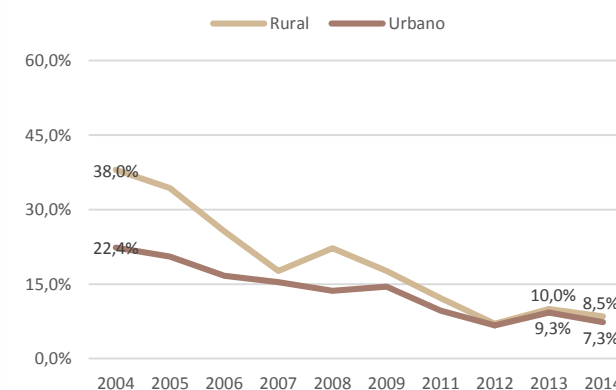
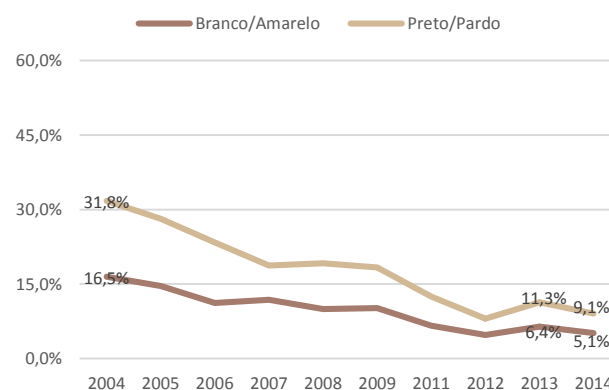
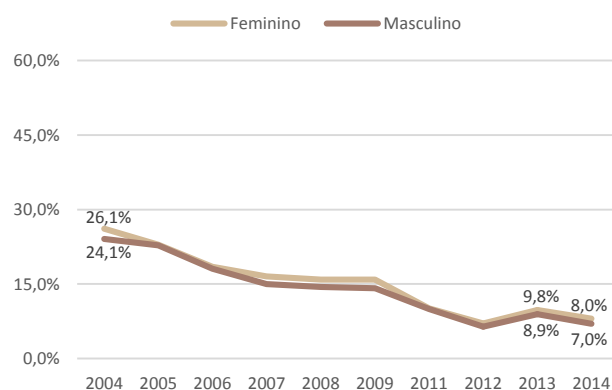
Entre 2004 e 2012, houve no Espírito Santo uma considerável redução na proporção de pessoas vivendo em situação de pobreza, de 25,1% para 6,7%, queda de -73,3%. Nesse período uma redução importante, embora menos acentuada, também ocorreu no Brasil (-50,6%) e na região Sudeste (-60,6%). Essa trajetória de queda foi interrompida no estado, no ano de 2013, quando a porcentagem de pobres alcançou 9,4%, aumento de 2,7 p.p, o que representava 112 mil pessoas a mais em situação de pobreza. Em 2014, o Espírito Santo voltou a reduzir a pobreza para 7,5%, número ainda superior ao patamar alcançado pelo estado em 2012 (6,6%), mas que representa 71 mil pessoas que saíram da condição de pobreza. Em 2014, o Brasil (15,8%) e a região Sudeste (8,4%) apresentaram percentuais superiores aos do estado, porém menores que os seus próprios resultados alcançados no ano anterior (17,6% e 9,4%, respectivamente). A proporção de homens pobres (7,0%) foi inferior à das mulheres (8,0%). Entre as pessoas de cor branca e amarela (5,1%) houve menor porcentagem de pobres do que entre as pessoas de cor preta e parda (9,1%). Embora a área rural (8,5%) ainda apresente um percentual de pobres mais elevado comparativamente a urbana (7,3%), considerando o período de 2004 a 2014 a diminuição da pobreza ocorreu de forma mais rápida na área rural.

**Percentual de pessoas pobres.
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

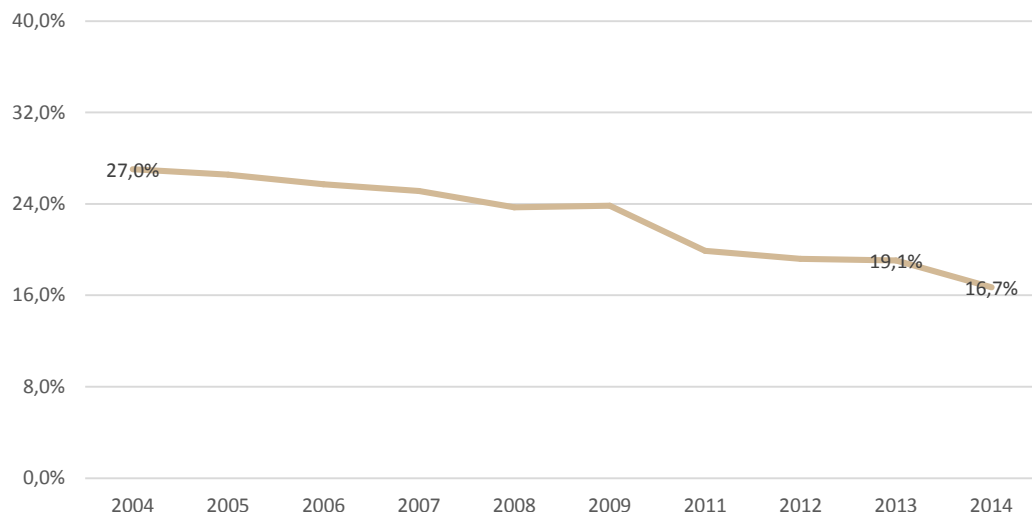
**Percentual de pessoas pobres por gênero, por cor ou raça e situação domicílio.
Espírito Santo, 2004 a 2014**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



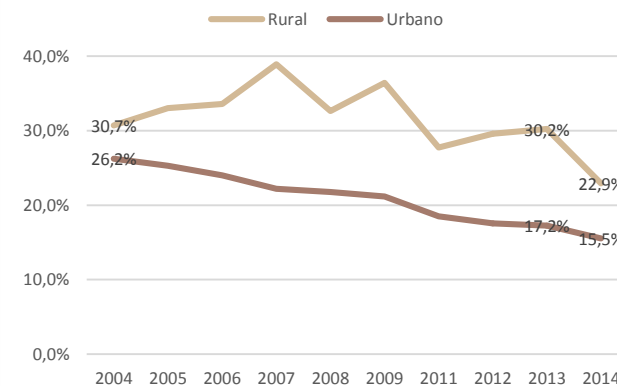
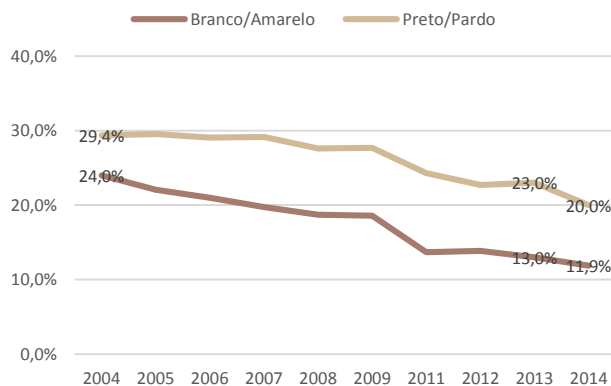
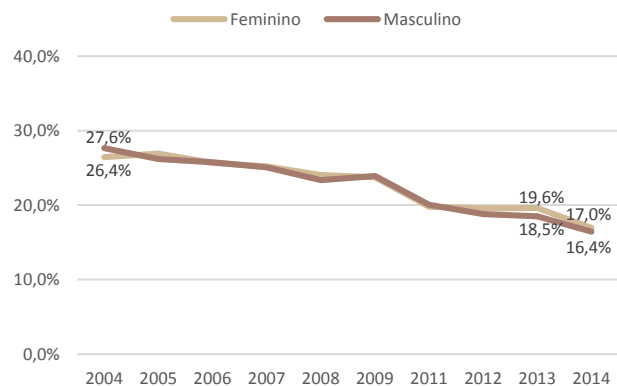
Percentual de pessoas na classe D. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

No Espírito Santo, a porcentagem de pessoas pertencentes a classe D, diminuiu de 27,0% em 2004 para 16,7% em 2014, uma redução de -38,1%. A proporção de homens na classe D (16,4%) foi inferior à proporção de mulheres (17,0%). A proporção de pretos e pardos na classe D (20,0%), é superior à de brancos e amarelos (11,9%) e esta diferença reduziu no último ano em 1,9 p.p. Entre 2013 e 2014 houve redução da proporção de pessoas na classe D que vivem em área rural, de 30,2%, para 22,9%; já na área urbana essa redução foi menor, de 17,2% para 15,5%.

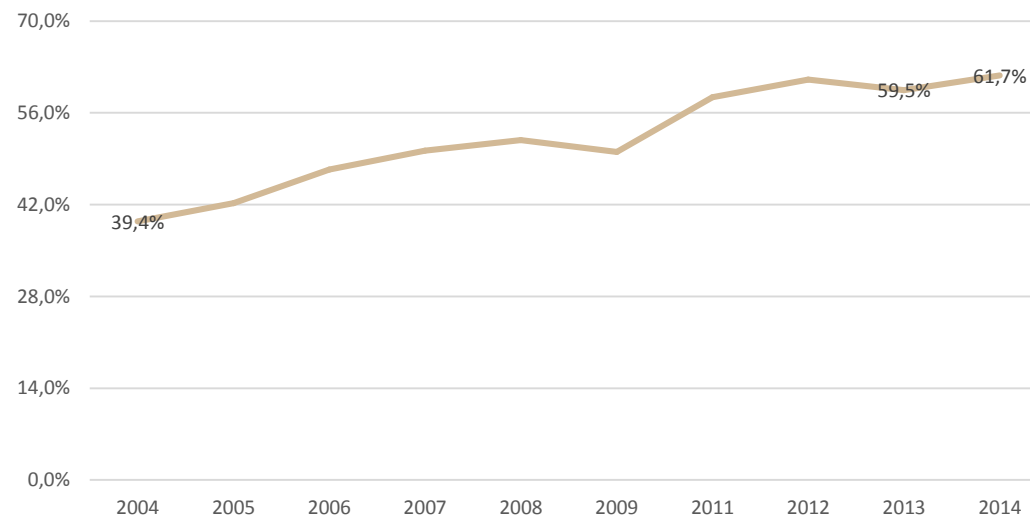
Percentual de pessoas na classe D por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

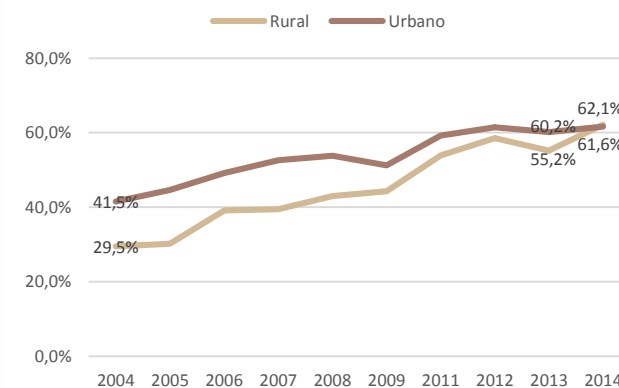
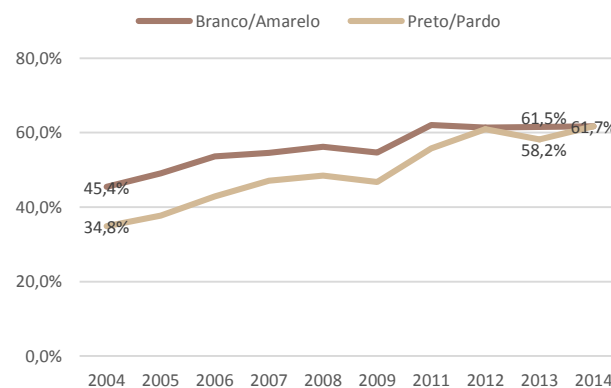
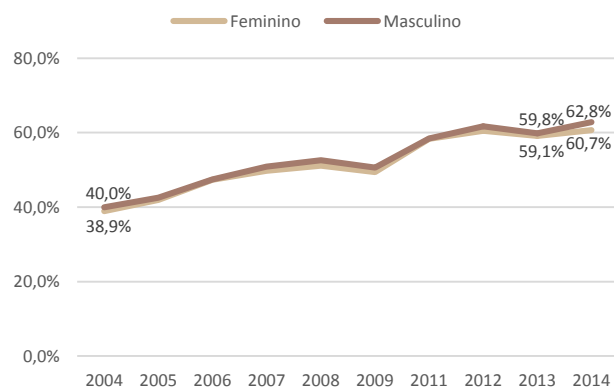
No Espírito Santo, ocorreu importante elevação da classe C, de 39,4% em 2004 para, 61,7% em 2014, crescimento de 56,6% no período. Entre os homens (62,8%) houve maior porcentagem de pessoas na classe C do que entre as mulheres (60,7%), muito embora esse indicador apresente trajetória e valores muito próximos ao longo do período. Em 2014, a proporção de pretos e pardos na classe C foi igual a de brancos e amarelos (61,7%) superando uma diferença que em 2004 era de 10,6 p.p. A área rural passou a apresentar um percentual mais elevado de pessoas na classe C (62,1%) quando comparada, respectivamente, a área urbana (61,6%).

Percentual de pessoas na classe C. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

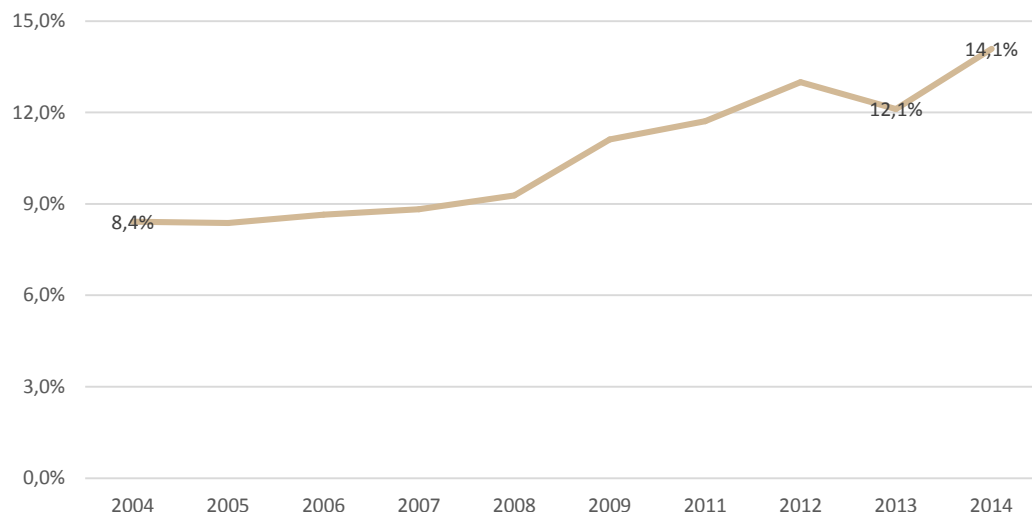
Percentual de pessoas na classe C por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



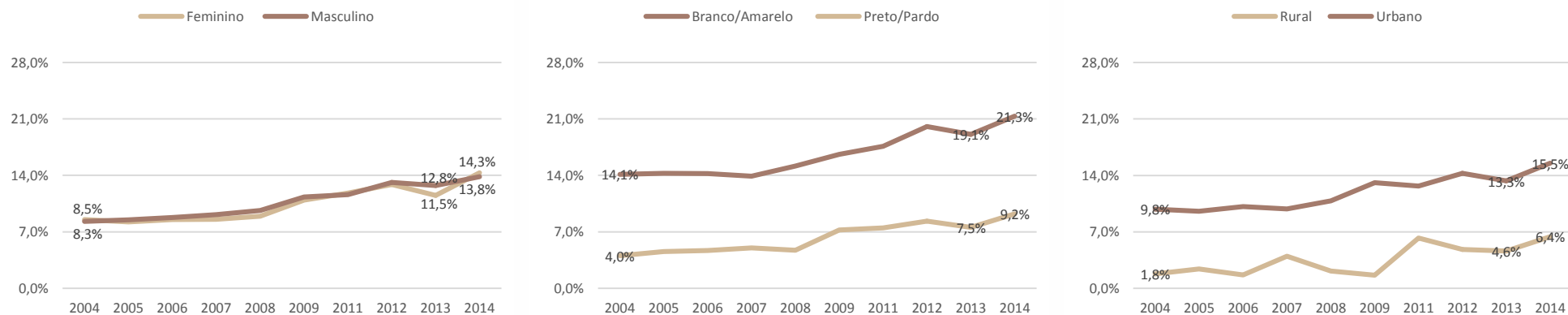
Percentual de pessoas na classe AB. Espírito Santo, 2004 a 2014



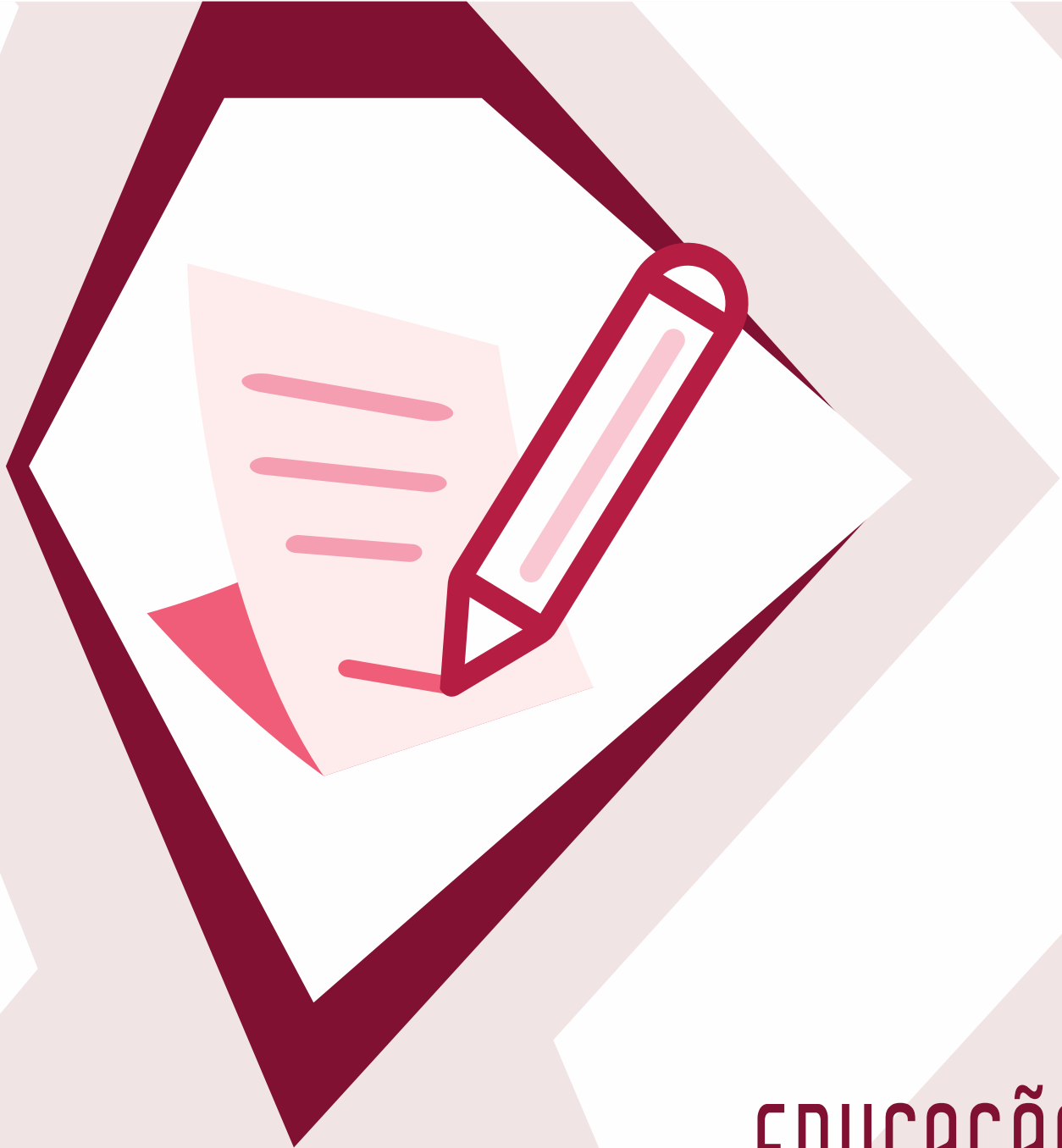
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

No Espírito Santo, também ocorreu elevação da proporção de pessoas pertencentes a classe AB, de 8,4% em 2004 para 14,1% em 2014, crescimento de 67,9% no período. A proporção de homens nessa classe (13,8%) esteve próxima à proporção de mulheres (14,3%). Na classe AB houve maior proporção de brancos e amarelos (21,3%) do que entre pretos e pardos (9,2%), diferença que se manteve praticamente constante ao longo do período. A área urbana (15,5%) apresentou proporção maior de pessoas na classe AB do que a área rural (6,4%).

Percentual de pessoas na classe AB por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



EDUCAÇÃO

Nesta seção apresentamos os indicadores de educação com base nos dados das PNADs de 2004 a 2014. É fato estilizado que muitos dos indicadores apresentados nesta síntese, em especial os de mercado de trabalho, estão correlacionados fortemente com o nível educacional da população, sendo que, geralmente, uma melhor situação educacional implica em maior facilidade de acesso aos postos de trabalho mais qualificados.

A evolução destes indicadores nos últimos anos mostra que a situação educacional do Espírito Santo vem melhorando consistentemente, apresentando em geral indicadores próximos à média nacional e inferiores à região Sudeste. Percebe-se ainda uma melhoria nos indicadores, embora a velocidade desta melhora tenha se reduzido nos anos recentes.

A escolaridade média da população de 25 anos ou mais saiu de 6,5 anos de estudo em 2004 para 7,8 anos em 2014, o que representa uma escolaridade menor que o ensino fundamental completo. Apenas 41,2% da população com 25 anos ou mais tem no mínimo 11 anos de estudo (ensino médio completo) e menos de 12% possuem ensino superior completo ou mais.

A taxa de analfabetismo, que era de 9,5% em 2004 passou para 6,5% em 2014, ou seja, em dez anos caiu aproximadamente -31,6%, e dado que o ensino fundamental está praticamente universalizado para a população de 7 a 14 anos, é razoável supor que o analfabetismo venha a ser reduzido a níveis mínimos nos próximos anos.

Uma situação um pouco mais delicada é a do analfabetismo funcional, que, segundo a definição do IBGE, são aquelas pessoas com menos de 4 anos de escolarização formal. Em 2004 esta proporção era de 21,0% entre as pessoas de 15 anos ou mais e em 2014 este número caiu para 15,4%. É uma redução expressiva, mas esta proporção representa aproximadamente 471 mil capixabas que apesar de lerem, não são capazes de compreender o que leem.

Os dados também nos mostram que as crianças e adolescentes do estado entre 7 e 14 anos estão quase todos frequentando a escola (97,3%), embora este resultado tenha sido inferior ao observado tanto para o Brasil quanto para a região Sudeste. Entre os jovens de 15 a 17 anos do Espírito Santo 81,3% frequentam a escola. Este número também é inferior à frequência observada para o Sudeste e Brasil.

A taxa de retenção no ensino fundamental e médio no estado é superior à verificada para o país, e a mesma é tanto maior, quanto maior é o nível de ensino. Em 2014 chegou a alcançar 57,9% no 3º EM, enquanto no 5º EF atingiu 15,8% e no 9º EF 17,1%.

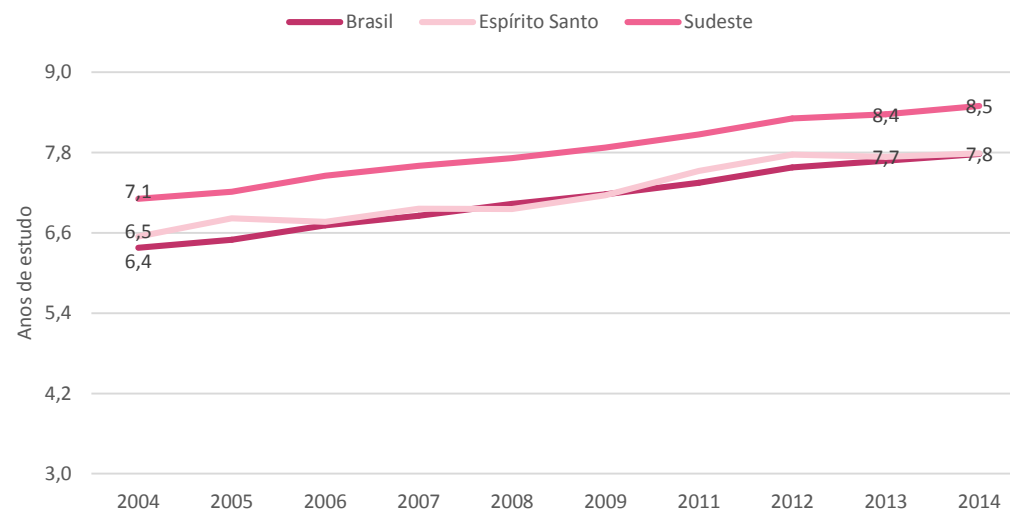
E, em relação à alocação do tempo dos jovens com idade entre 15 e 29 anos, o Espírito Santo situa-se entre o Brasil e a região Sudeste no que se refere à taxa de jovens que “nem trabalha e nem estuda” e “só estuda”, enquanto apresenta taxas superiores nas categorias “só trabalha” e “trabalha e estuda”. A chamada geração “nem nem” alcançou 17% em 2014, sendo composta predominantemente por jovens mulheres, de cor ou raça preto/pardo e residentes na zona urbana do estado. Das informações apresentadas, é nítido o avanço do sistema educacional na última década. Entretanto, ainda persistem problemas importantes a resolver. O acesso à escola (educação básica) não representa desafio; mais importante é a manutenção e a progressão do aluno enquanto presente no sistema escolar.



Escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais

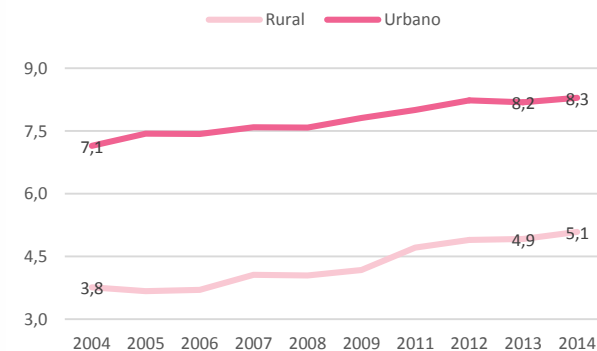
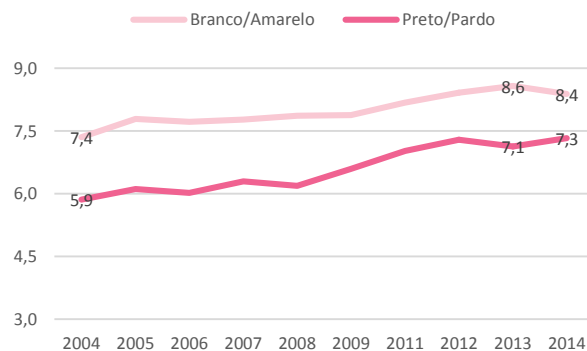
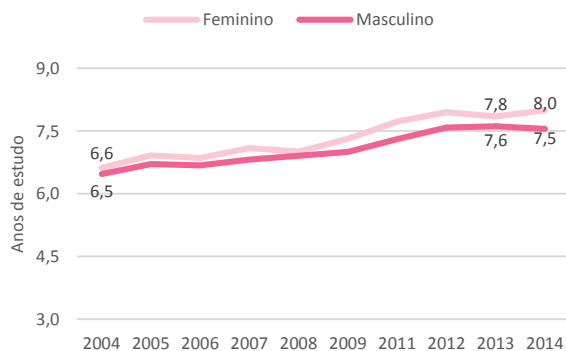
A escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais no Espírito Santo aumentou de 6,5 anos de estudo, em 2004, para 7,8 anos de estudo em 2014. Em termos comparativos, observou-se que a escolaridade média para o Espírito Santo ficou próxima à média brasileira em todo o período, porém inferior à média da região Sudeste. Em 2014, ao se comparar a média de escolaridade entre homens e mulheres no Espírito Santo, verificou-se que a média das mulheres (8,0) foi sempre superior à dos homens (7,5), inclusive tendo aumentado entre 2013 e 2014 enquanto a dos homens reduziu. Além disso, em 2014 a escolaridade média da população de cor ou raça branca/amarela (8,4) foi superior aos indivíduos da categoria preto/pardo (7,3). A população residente na área urbana possuía média de escolaridade superior à da área rural, respectivamente 8,3 e 5,1 anos de estudo.

Escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

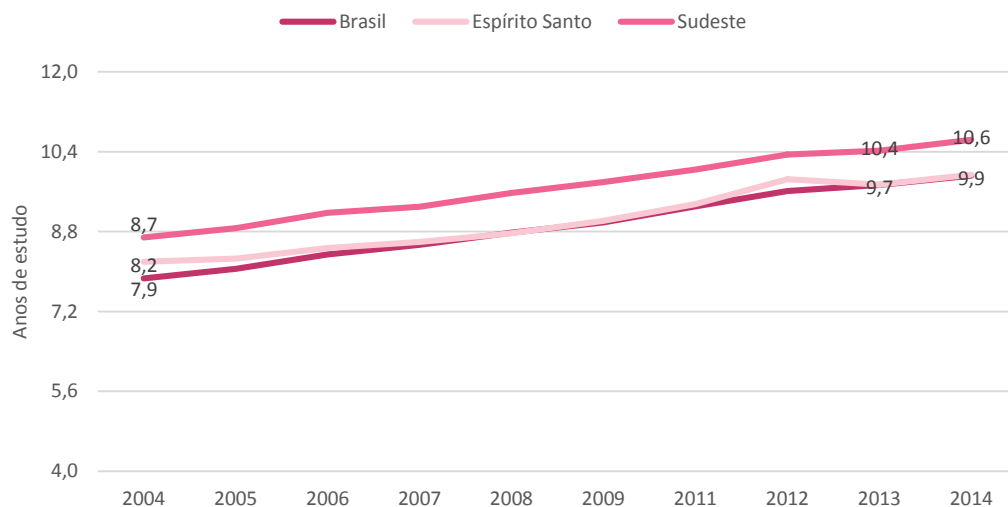
Escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



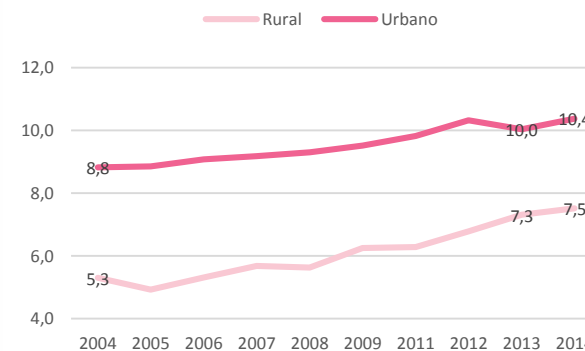
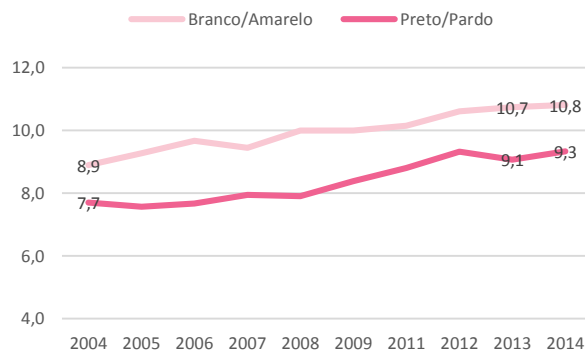
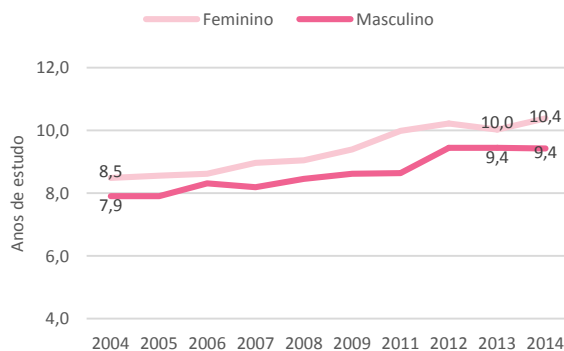
Escolaridade média das pessoas de 25 a 34 anos. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A escolaridade média dos adultos entre 25 e 34 anos no Espírito Santo aumentou de 8,2 anos de estudo, em 2004, para 9,9 anos de estudo em 2014. Comparativamente, em 2014, observou-se que a escolaridade média para a faixa de idade considerada para o Espírito Santo (9,9) foi, analogamente ao indicador anterior, igual à média brasileira (9,9), porém inferior à média da região Sudeste (10,6). Ao se comparar a média de escolaridade entre homens e mulheres no Espírito Santo, verificou-se que a escolaridade média das mulheres (10,4) foi sempre superior à dos homens (9,4). A escolaridade média para os indivíduos que se declararam de cor ou raça branca/amarela (10,8) foi superior em relação a preto/pardo (9,3). A população residente na área urbana possuía uma média de escolaridade de 10,4 anos de estudo, superior à média da área rural de 7,5.

Escolaridade média das pessoas de 25 a 34 anos por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014

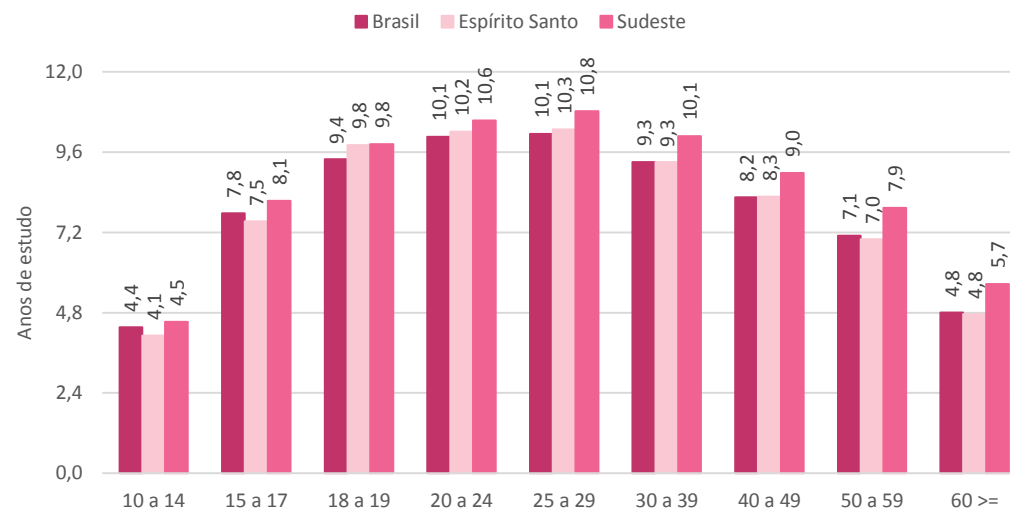


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



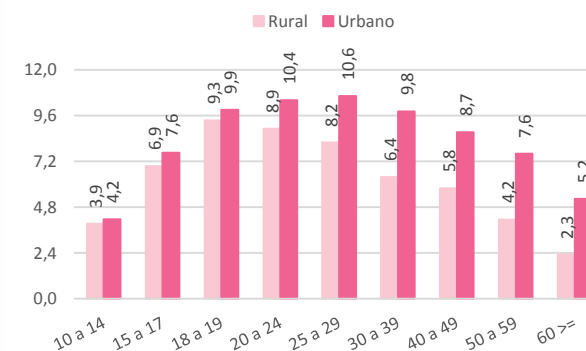
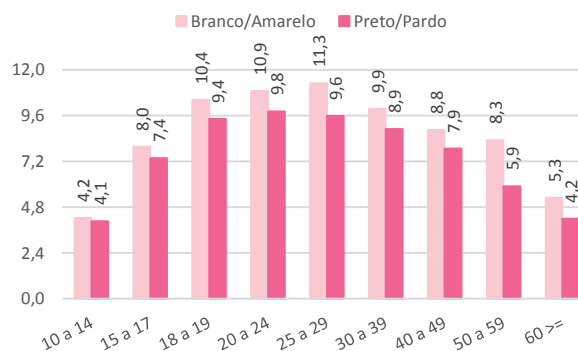
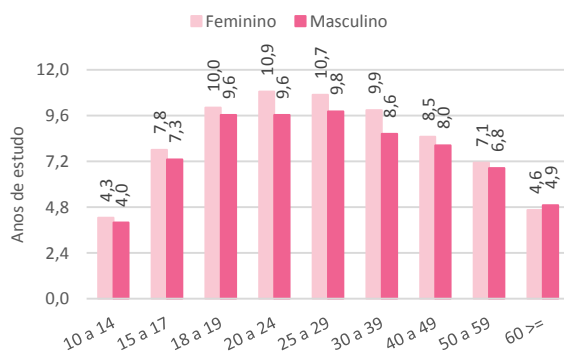
No Espírito Santo, os jovens na faixa etária de 20 a 24 anos apresentaram, em média, 10,2 anos de estudo, valor ligeiramente inferior ao encontrado para os jovens de 25 a 29 anos (10,3). Observa-se também que, em 2014, a média de anos de estudo do Espírito Santo foi inferior à da região Sudeste em todas as faixas de idade. Além disso, o número de anos de estudo nas faixas mais jovens (18 a 39 anos) foi superior ao das faixas etárias mais avançadas (40 anos ou mais), o que sugere aumento da escolarização média nos próximos anos. Ao se comparar a média de anos de estudo entre homens e mulheres, verificou-se que a mesma foi superior para as mulheres em praticamente todas as faixas etárias, com exceção da faixa de idade de 60 anos ou mais. Para os indivíduos de cor ou raça branca/amarela o número médio de anos de estudo também foi superior aos indivíduos de cor ou raça preto/pardo. A população residente na área urbana também apresentou maior escolaridade média em relação à área rural.

Escolaridade média segundo faixas de idade. Brasil, Sudeste e Espírito Santo 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Escolaridade segundo faixas de idade por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2014

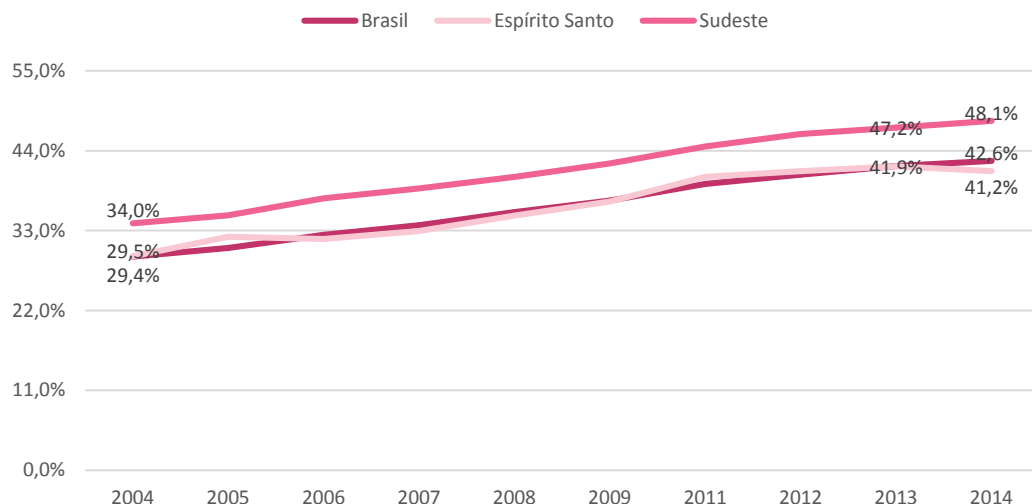


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 11 anos de estudo

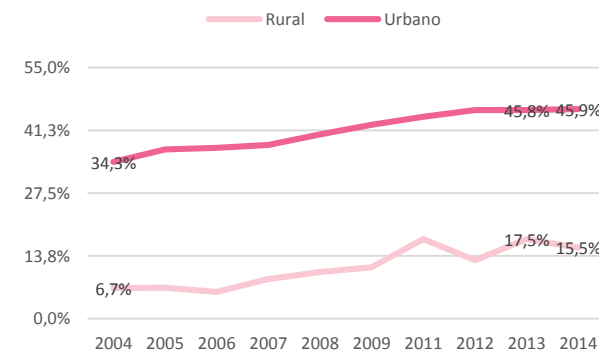
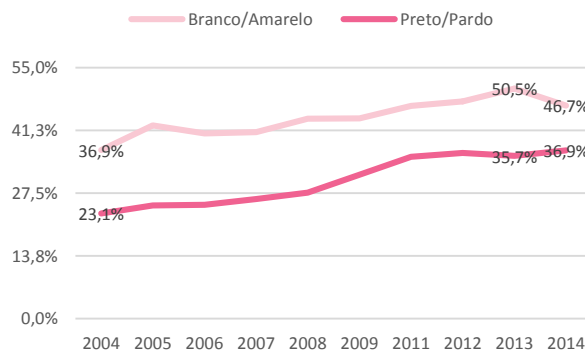
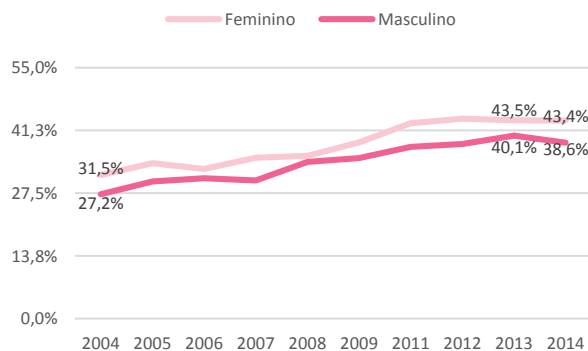
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 11 anos de estudo. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo no Espírito Santo, escolaridade equivalente ao ensino médio completo ou mais, apresentou tendência de crescimento no período de 2004 a 2014, passando de 29,5%, em 2004, para 41,2%, em 2014 (queda de 0,7 pontos percentuais em relação a 2013). Comparativamente ao Brasil, o Espírito Santo apresentou proporção muito próxima de pessoas com o ensino médio completo, mas em relação ao sudeste, esta foi menor. Em 2014, ao se comparar a proporção entre homens (38,6%) e mulheres (43,4%) no Espírito Santo, verificou-se que a mesma foi sempre superior para as mulheres e ambos reduziram em relação a 2013, com queda maior entre os homens. A proporção foi maior entre a população de cor ou raça branca/amarela (46,7%) do que entre os de cor ou raça preta/parda (36,9%). A população residente na área urbana também apresentou maior proporção de pessoas de pelo menos 25 anos com ensino médio completo ou mais em relação à área rural, respectivamente 45,9% e 15,5%.

Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 11 anos de estudo por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014



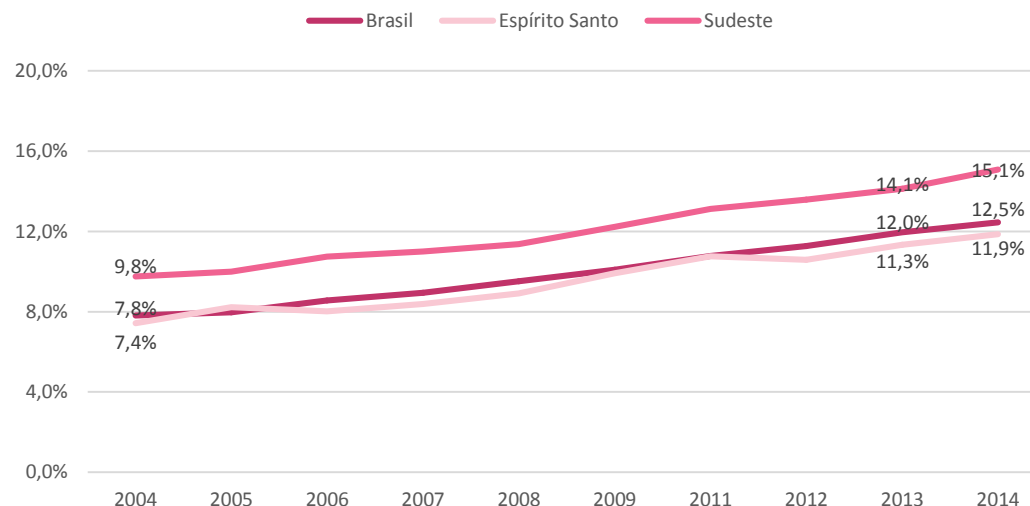
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 15 anos de estudo

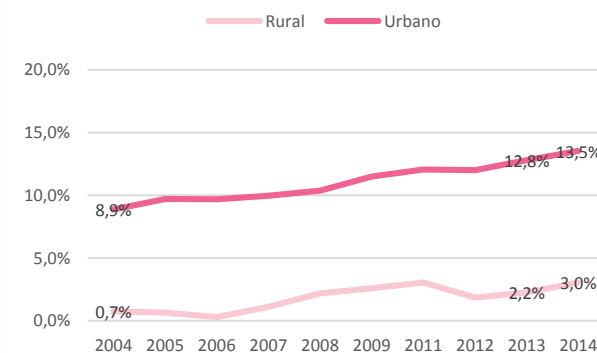
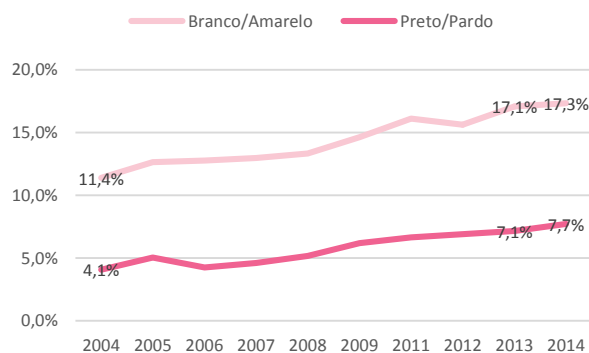
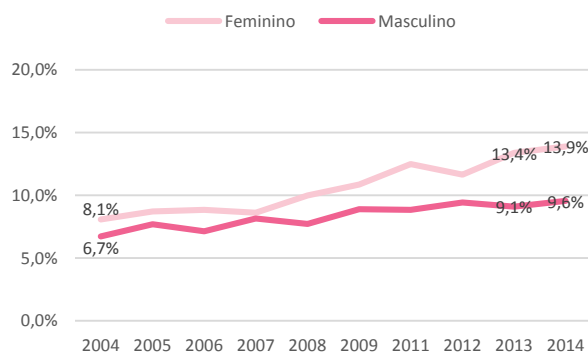
A proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo no Espírito Santo, ou seja, a população com ensino superior completo ou pós-graduação apresentou tendência de crescimento no período, aumentando de 7,4%, em 2004, para 11,9%, em 2014. Comparativamente ao país e à região Sudeste, observou-se uma menor proporção ao longo do período, exceto em 2005, quando superou o Brasil (8,0%) e alcançou o valor de 8,2%. Ao se comparar essa proporção entre homens (9,6%) e mulheres (13,9%) no Espírito Santo, em 2014, verificou-se que a mesma foi superior para as mulheres. Neste quesito, a população que se declarou de cor ou raça branca/amarela (17,3%) apresentou uma proporção superior aos de cor ou raça preta/parda (7,7%). Os residentes na área urbana (13,5%) apresentaram uma maior proporção de pessoas na faixa de idade considerada e com 15 anos ou mais de estudo em relação à área rural (3,0%).

Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 15 anos de estudo. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

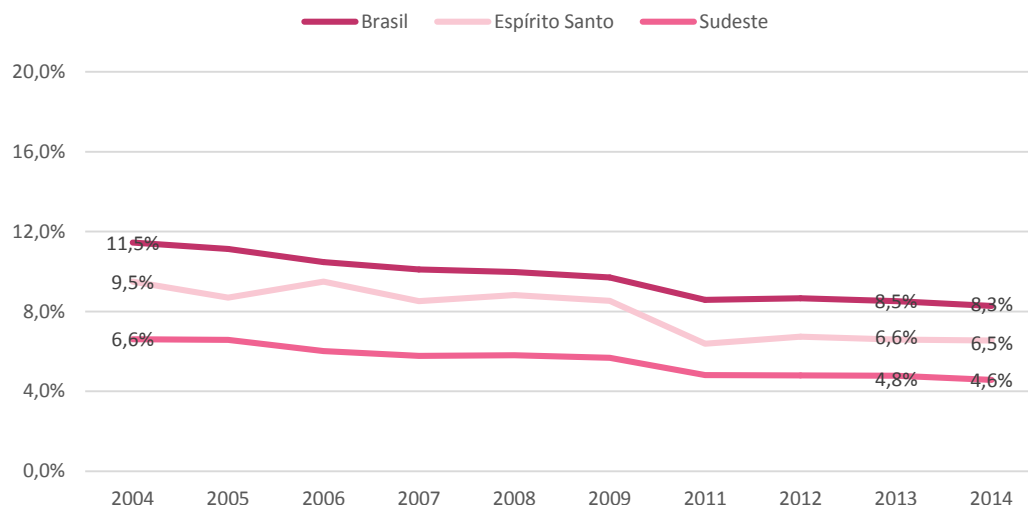
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 15 anos de estudo por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



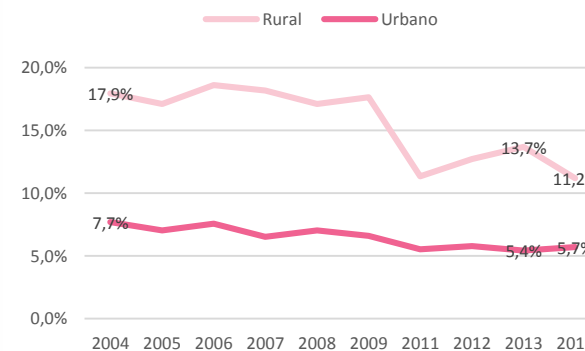
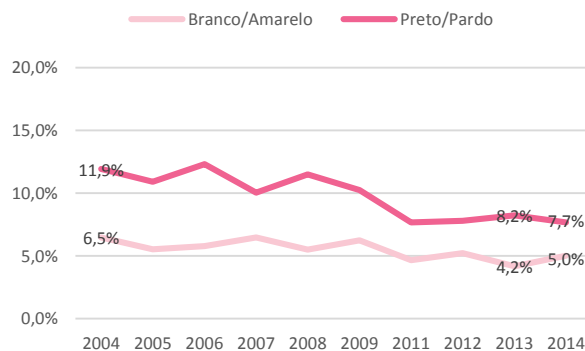
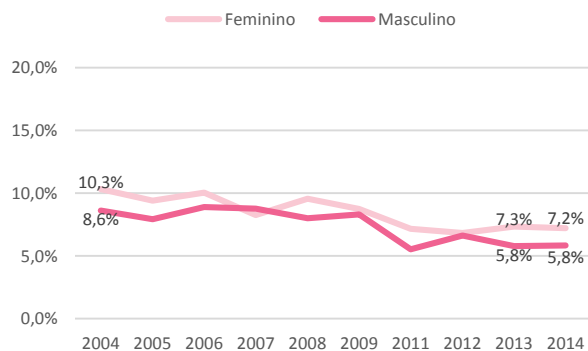
Taxa de analfabetismo. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

No período 2004-2014, a taxa de analfabetismo apresentou tendência decrescente para o Espírito Santo, Sudeste e Brasil. No Espírito Santo a taxa de analfabetismo passou de 9,5% em 2004 para 6,5% em 2014, o que representa uma redução de aproximadamente -31,6% ao longo deste período. Em 2011, o estado alcançou a menor taxa no período considerado (6,4%). O analfabetismo em todo o período foi superior entre as mulheres (7,2% em 2014), com exceção do ano de 2007, e entre os homens foi de 5,8% em 2013 e 2014. Além disso, a taxa de analfabetismo foi inferior entre os indivíduos autodeclarados de cor ou raça branca/amarela (5,0%) em relação aos que se declararam de cor ou raça preta/parda (7,7%). A população residente na área urbana apresentou menor proporção de analfabetos em relação à área rural, respectivamente 5,7% e 11,2%.

Taxa de analfabetismo por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014

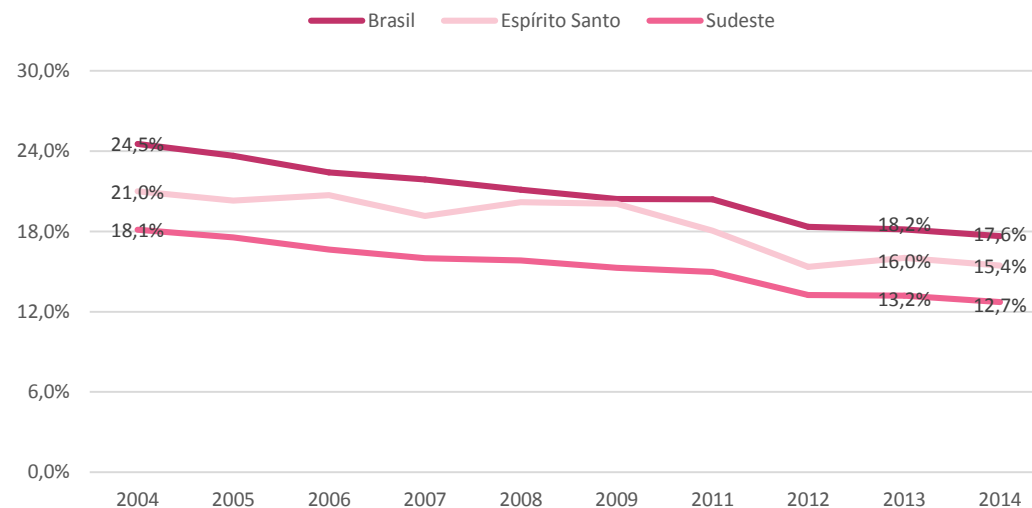


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



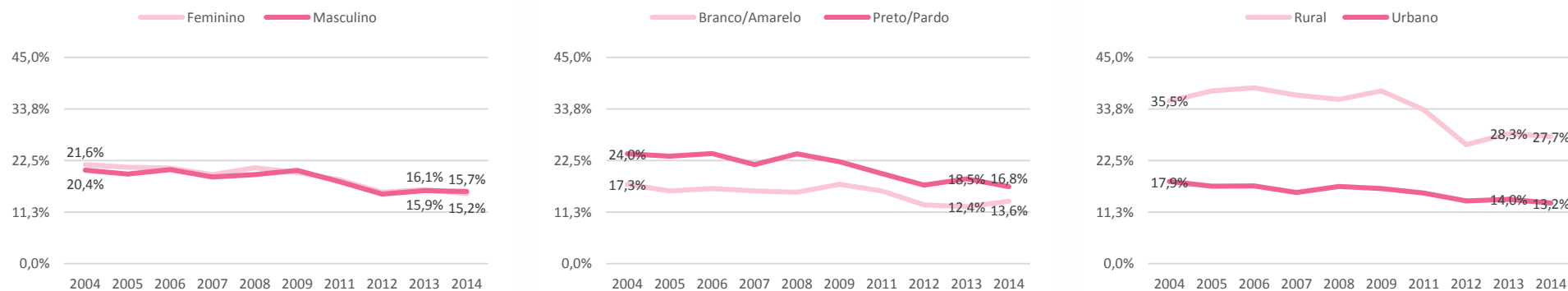
A taxa de analfabetismo funcional representa a proporção de pessoas que não completaram o primeiro ciclo de quatro anos do ensino fundamental. No período 2004-2014, esta taxa também apresentou tendência decrescente para o Espírito Santo, Sudeste e Brasil. No Espírito Santo, a taxa de analfabetismo funcional passou de 21,0% em 2004 para 15,4% em 2014 (redução de -26,7%). O analfabetismo funcional no estado, em 2014, ficou 2,7 pontos percentuais acima da região Sudeste e 2,2 pontos percentuais abaixo do Brasil. Observam-se valores sempre muito próximos entre homens e mulheres. Além disso, os indivíduos que se declararam de cor ou raça branca/amarela apresentaram uma taxa menor (13,6%) se comparados aos de cor ou raça preta/parda (16,8%). A população residente na área urbana também apresentou uma taxa menor de analfabetos funcionais (13,2%) em relação à área rural (27,7%).

Taxa de analfabetismo funcional. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Taxa de analfabetismo funcional por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014

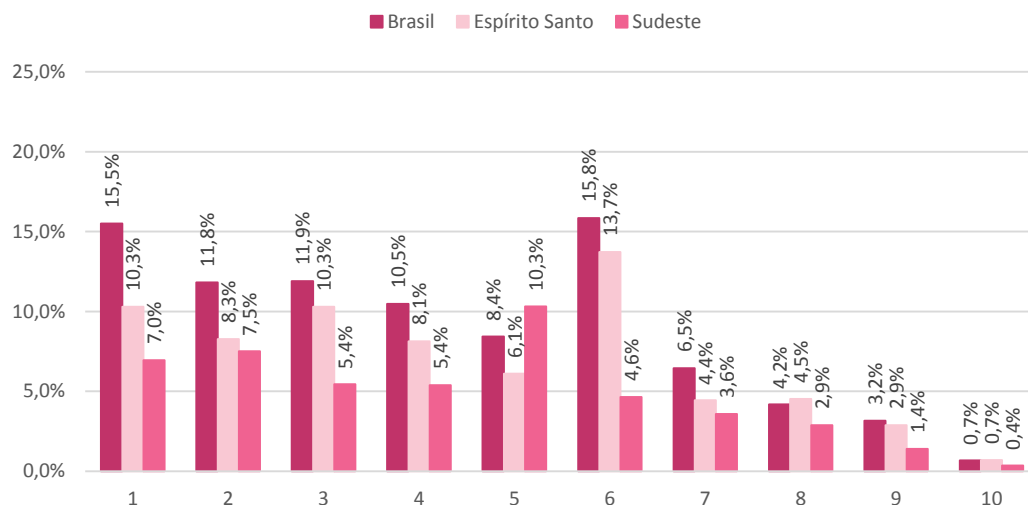


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



Taxa de analfabetismo por classes de rendimento

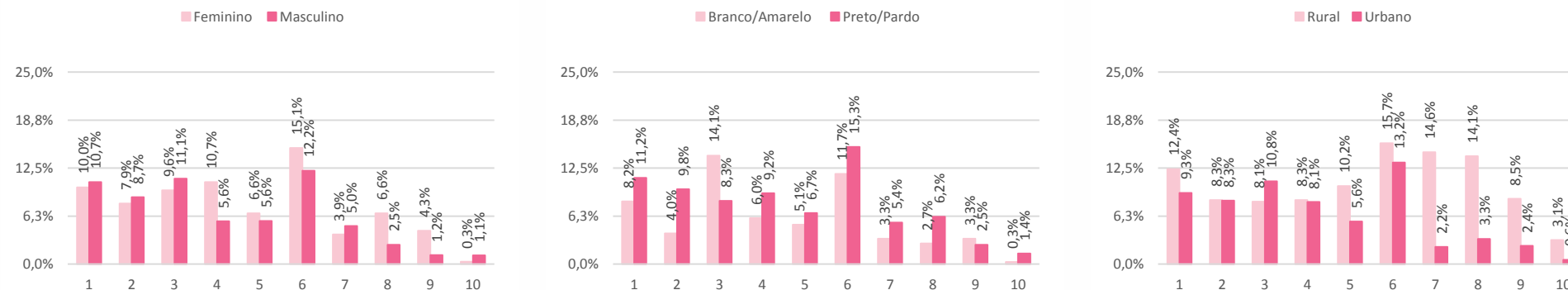
Taxa de analfabetismo por classes de rendimento. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Observa-se por meio deste indicador a ligação direta que existe entre escolaridade e as classes de rendimentos representadas por decis da distribuição de renda, sendo observadas em geral taxas de analfabetismo menores nas classes de rendimentos superiores. Comparativamente o Espírito Santo apresentou, em relação ao Brasil, uma taxa de analfabetismo menor na maioria das classes, com exceção da 8ª classe e uma taxa maior que a do Sudeste na maioria das classes de rendimentos, excetuando-se a 5ª. Ao se comparar esse indicador entre homens e mulheres no Espírito Santo em 2014, verificaram-se maiores taxas para os homens nas classes 1, 2, 3, e 7 e maiores taxas para as mulheres nas demais. Pessoas que se declararam de cor ou raça branca/amarela apresentaram uma taxa de analfabetismo menor que os autodeclarados de cor ou raça preta/parda (com exceção da classe 3). A população residente na área rural também apresentou uma maior taxa de analfabetismo em relação à zona urbana em todas as classes de rendimentos.

Taxa de analfabetismo por classes de rendimento por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2014

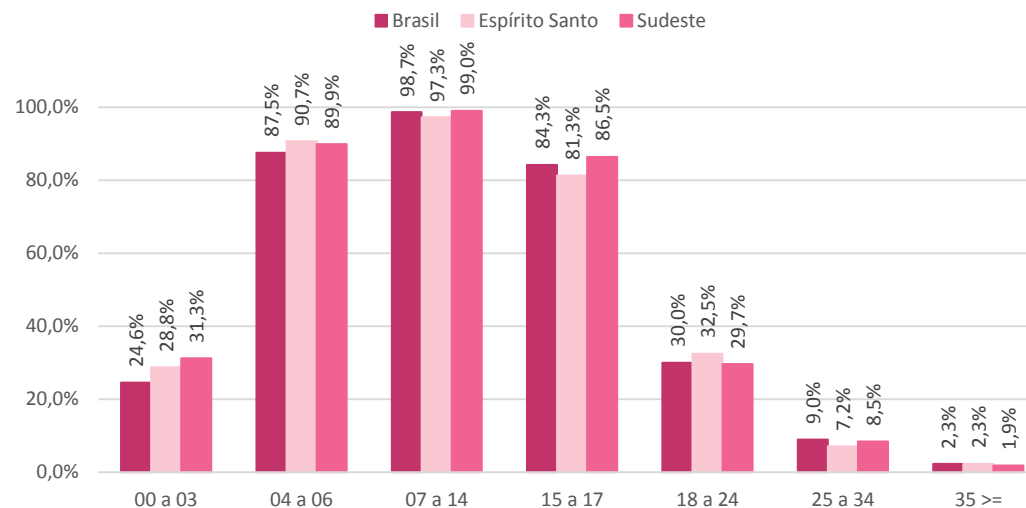


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



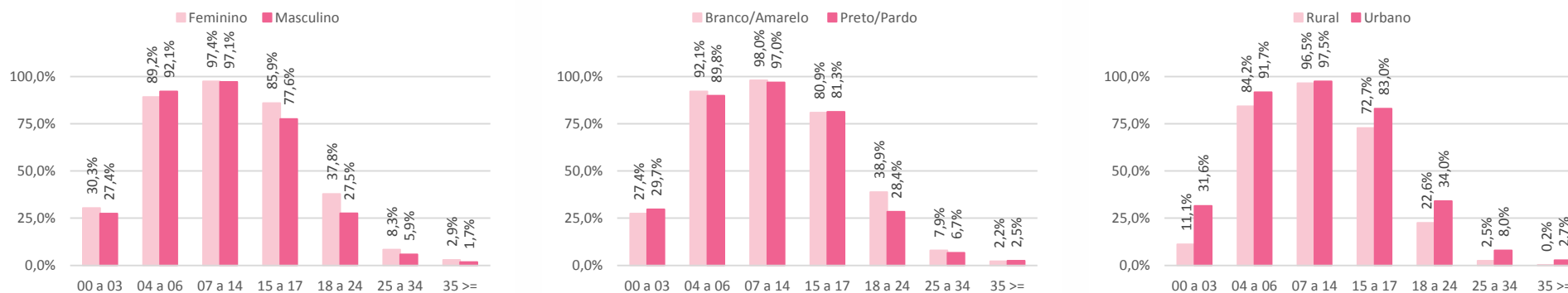
Em 2014, a frequência escolar no Espírito Santo apresentou seu maior índice, assim como o restante do país e o Sudeste, na faixa de idade entre 7 a 14 anos que corresponde ao ensino fundamental. Apresentando uma cobertura escolar de 97,3% o ensino fundamental está praticamente universalizado. Em todas as faixas etárias, exceto a primeira (creche), em que o estado tem uma cobertura de 28,8%, a frequência escolar é muito semelhante à do Brasil e da região Sudeste. Ao comparar esse indicador entre homens e mulheres no Espírito Santo, observamos que as mulheres tendem a atingir escolaridades mais elevadas uma vez que uma maior proporção de mulheres frequenta a escola em todas as faixas etárias (exceto na faixa etária de 04 a 06 anos: pré-escola). Nota-se também que, em geral, uma proporção maior de pessoas que se declararam de cor ou raça branca/amarela permanece no sistema educacional após os 14 anos (exceto na faixa 15 a 17 anos onde o percentual é bem parecido). Além disso, a maior frequência escolar foi verificada para os indivíduos residentes na zona urbana em relação à rural.

Frequência escolar segundo faixas de idade. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

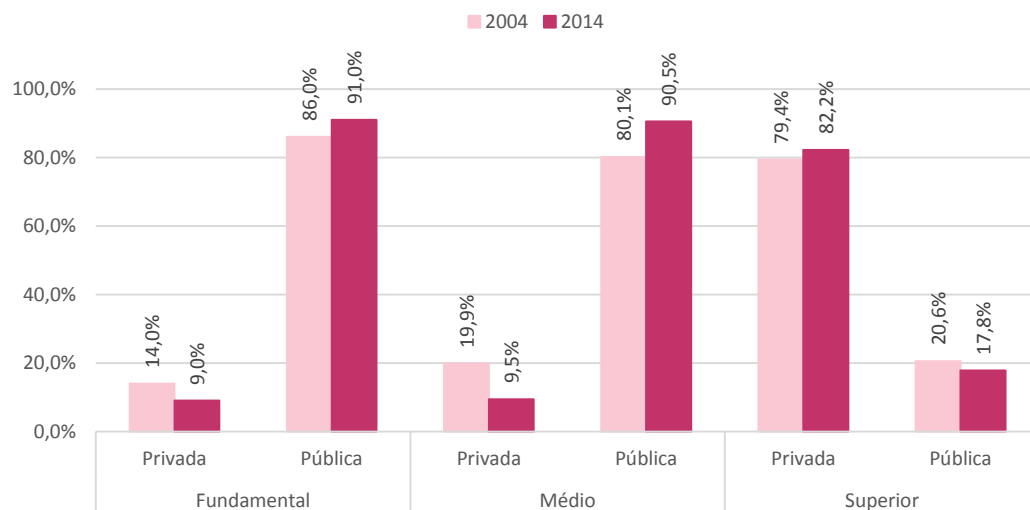
Frequência escolar segundo faixas de idade por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



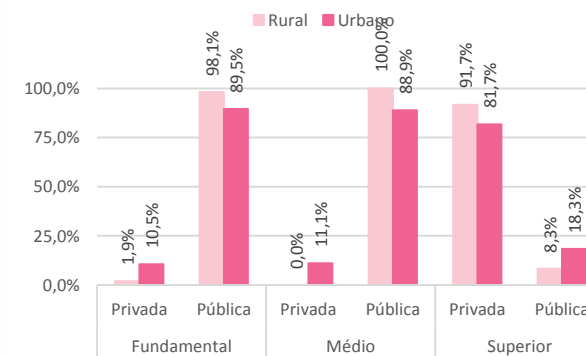
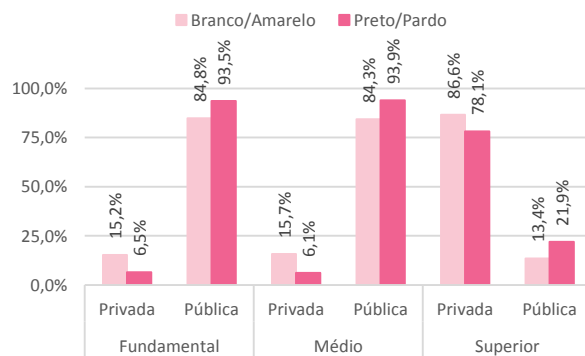
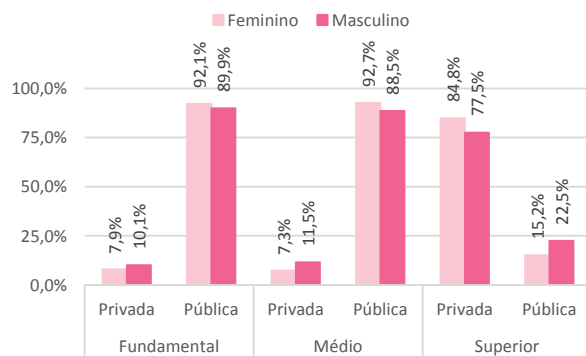
Frequência escolar por nível de ensino e rede. Espírito Santo, 2004 e 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Nos últimos 10 anos houve uma mudança na proporção de alunos que cursavam o ensino fundamental em escolas públicas e privadas. A proporção de alunos que cursavam o ensino médio em escolas públicas subiu 10,4 pontos percentuais entre 2004 e 2014 atingindo 90,5%. Já no ensino superior a proporção dos que estudavam na rede privada aumentou 2,8 pontos percentuais, chegando a 82,2%. Ao se comparar frequência escolar entre homens e mulheres, verificou-se um equilíbrio entre os gêneros nos níveis fundamental; equilíbrio que foi de desfazendo à medida em que se aumentava o nível de ensino. Com relação à cor ou raça, entre as pessoas que se declararam branco/amarelo existe maior proporção de jovens que frequentavam a rede privada no ensino fundamental e médio. Observa-se também que grande maioria dos jovens da área rural cursavam o ensino fundamental e médio na rede pública.

Frequência escolar por nível de ensino e rede por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2014



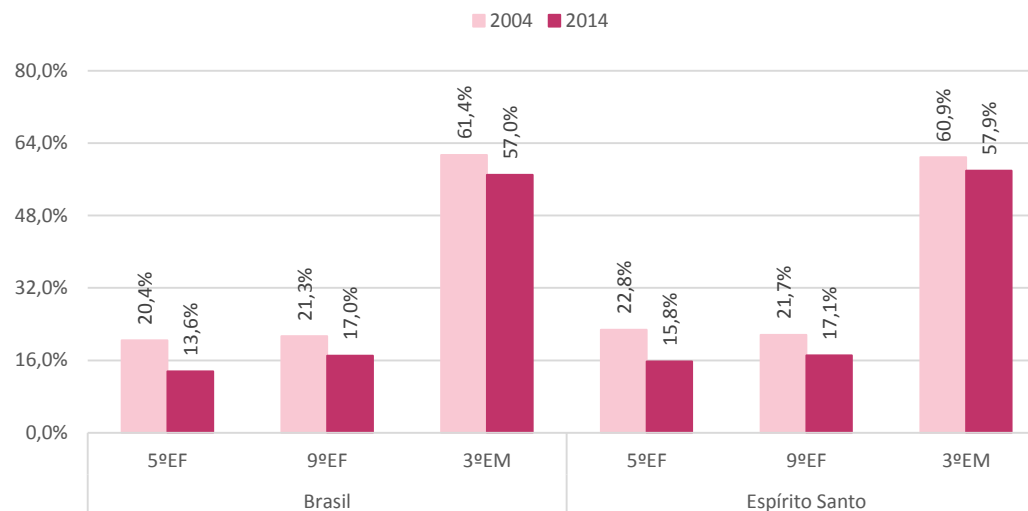
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



Taxa de retenção no ensino fundamental e no ensino médio

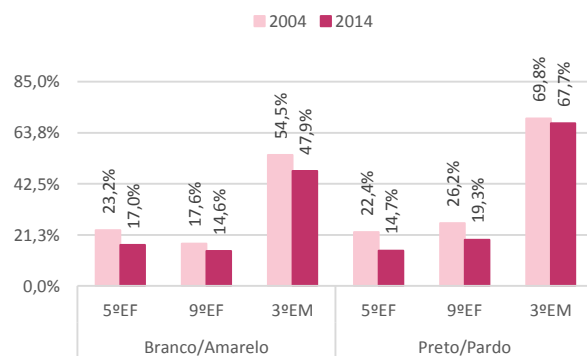
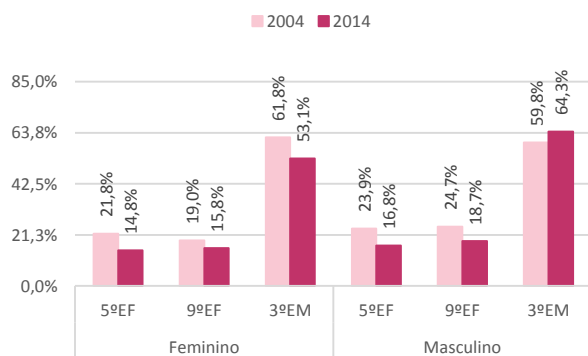
A taxa de retenção para o 5º e 9º ano do ensino fundamental no Espírito Santo caiu no período 2004-2014. Em 2004 a taxa para o 5º ano foi de 22,8% recuando para 15,8% em 2014. Para o 9º ano do ensino fundamental a taxa foi de 21,7% em 2004 passando para 17,1% em 2014. Com relação ao 3º ano do ensino médio, a taxa também se reduziu, 60,9% em 2004 e 57,9% em 2014. De forma geral, a retenção foi levemente superior no Espírito Santo quando comparado ao Brasil nas séries finais do ensino fundamental e muito próxima em relação ao ensino médio. Em 2014 foi possível verificar que a taxa de retenção foi maior entre os homens em todos os níveis analisados do que entre as mulheres, o que indica que as mulheres progrediram mais na vida escolar no período. Com relação à cor declarada, verificou-se que a retenção continuou maior no 3º do EM, porém foi maior para os de cor ou raça preta/parda (67,7%) do que para branca/amarela (47,9%). Para os indivíduos que residiam na área rural a retenção foi maior do que entre os que residiam na área urbana.

Taxa de retenção no ensino fundamental e no ensino médio. Brasil e Espírito Santo, 2004 e 2014

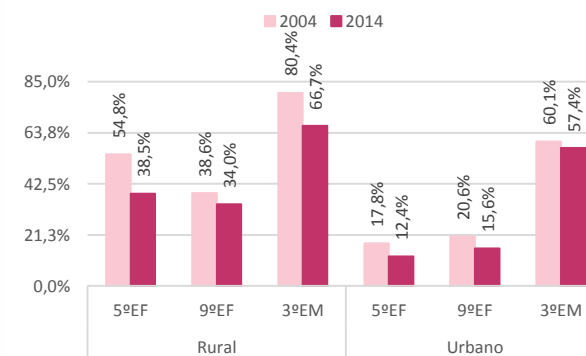


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Taxa de retenção no ensino fundamental e no ensino médio por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 e 2014

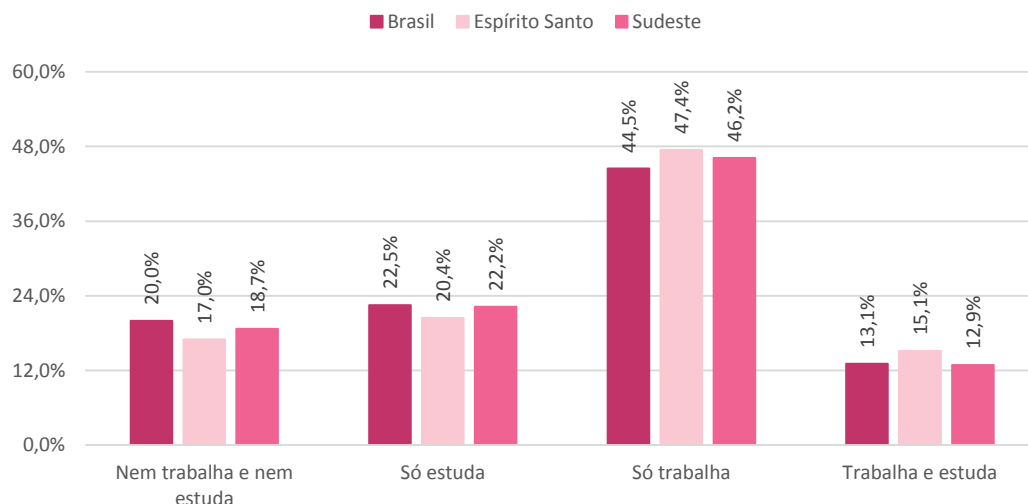


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).





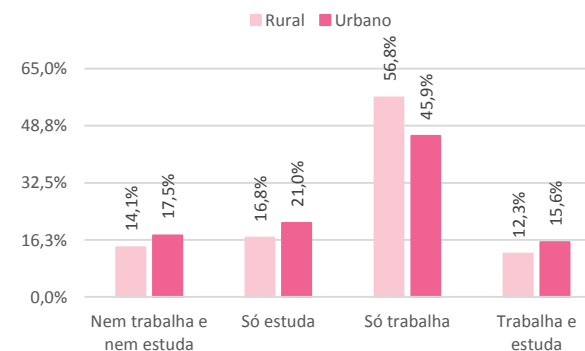
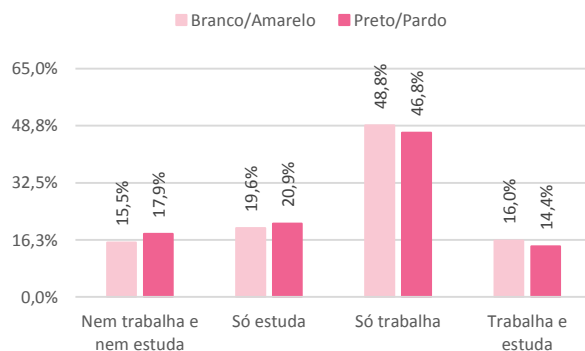
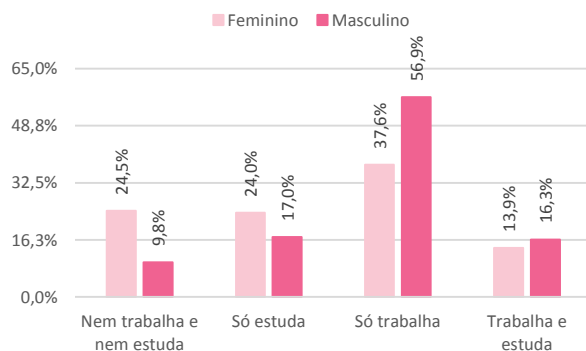
Alocação do tempo dos jovens com idade entre 15 e 29 anos. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

De maneira geral, ao se observar a divisão do tempo do jovem entre trabalho e estudo para o Brasil, região Sudeste e Espírito Santo, observa-se que a maioria dos jovens somente trabalham. Para as demais categorias, a distribuição é semelhante para as três áreas consideradas. Em 2014, a proporção de jovens que só trabalha era de 44,5% para o Brasil, 46,2% para a região Sudeste e 47,4% para o Espírito Santo. No grupo chamado “nem nem”, não trabalha e nem estuda, o estado apresentou o menor valor (17,0%). Em 2014 no Espírito Santo, do total da proporção de jovens nessa categoria, a maioria era do sexo feminino, de cor ou raça preto/pardo e residentes na zona urbana. Dentre os que só estudavam, predominavam as mulheres, de cor ou raça preta/parda, residentes na zona urbana; entre os que só trabalhavam, predominavam homens, pretos/pardos da zona rural; e dentre os que trabalham e estudam, predomínio dos homens, de cor ou raça branco/amarelo e residentes na zona urbana.

Alocação do tempo dos jovens com idade entre 15 e 29 anos por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



MERCADO DE TRABALHO

Esta seção da Síntese dos Indicadores Sociais tem como objetivo apresentar o desempenho do mercado de trabalho do Espírito Santo ao longo dos últimos anos, com foco nos resultados divulgados recentemente para o ano de 2014. A fonte de informação são os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Os principais atores neste mercado são os trabalhadores, empresas e governo, sendo que os primeiros são os que compõem a força de trabalho de uma determinada sociedade. A dimensão da força de trabalho disponível no mercado depende de três fatores: i) o tamanho da sua população residente; ii) a estrutura etária dessa população, que indica a quantidade de pessoas em condições de exercer uma ocupação (População em Idade Ativa – PIA); e iii) a disposição dessa população ao trabalho, dado o nível dos salários pagos pelas instituições privadas e públicas e pelas oportunidades de negócios existentes na economia. A qualidade da força de trabalho, por sua vez, está condicionada, em linhas gerais, ao nível educacional conjugado às políticas de qualificação e formação profissional existentes e a experiência conquistada pelas pessoas ao longo de sua vida.

O entendimento do mercado de trabalho está, além da evolução da população em condições de exercer alguma ocupação na economia, em desvendar quais são os incentivos vigentes para que os indivíduos busquem acessar este mercado. Dessa maneira, dado o crescimento populacional, a evolução do número de pessoas que buscam trabalho ou já estão ocupadas fornece um sinal vital para compreender e atuar sobre as condições e os incentivos para o desenvolvimento e o crescimento econômico de uma região.

No Espírito Santo, a População em Idade Ativa (PIA) cresceu de 2013 para 2014, passando de 3,02 milhões pessoas em 2013 para 3,06 milhões pessoas no ano seguinte, perfazendo um crescimento de 1,2% neste período. Enquanto a População Economicamente Ativa (PEA),

passou de 1,99 milhões de pessoas para 2,12 milhões de pessoas, no mesmo período, apresentando crescimento de 6,6%. Esta diferença do crescimento da PIA e da PEA repercutiu diretamente na Taxa de Atividade, que aumentou de 65,8% em 2013 para 69,3% em 2014, indicando que, proporcionalmente, o número de pessoas economicamente ativas aumentou no Estado durante a semana de referência.

A PEA, comumente chamada de Força de Trabalho disponível, pode ser desdobrada em População Ocupada e População não Ocupada. Entre 2013 e 2014, o número de pessoas ocupadas aumentou de 1,87 milhões para 1,98 milhões, registrando um decréscimo de -6,0% entre esses dois anos, com a particularidade de que, entre os empregados, houve redução de quase 35 mil pessoas no setor formal e aumento de 42 mil pessoas no setor informal.

A Taxa de desocupação no Espírito Santo, calculada pela razão entre o total de pessoas não ocupadas e a força de trabalho, apresentava trajetória declinante até o ano de 2012, tendência interrompida em 2013, quando passou de 5,4% para 6,0%. Em 2014, ocorreu o segundo aumento consecutivo da taxa de desemprego que passou de 6,0% em 2013 para 6,5% no ano seguinte.

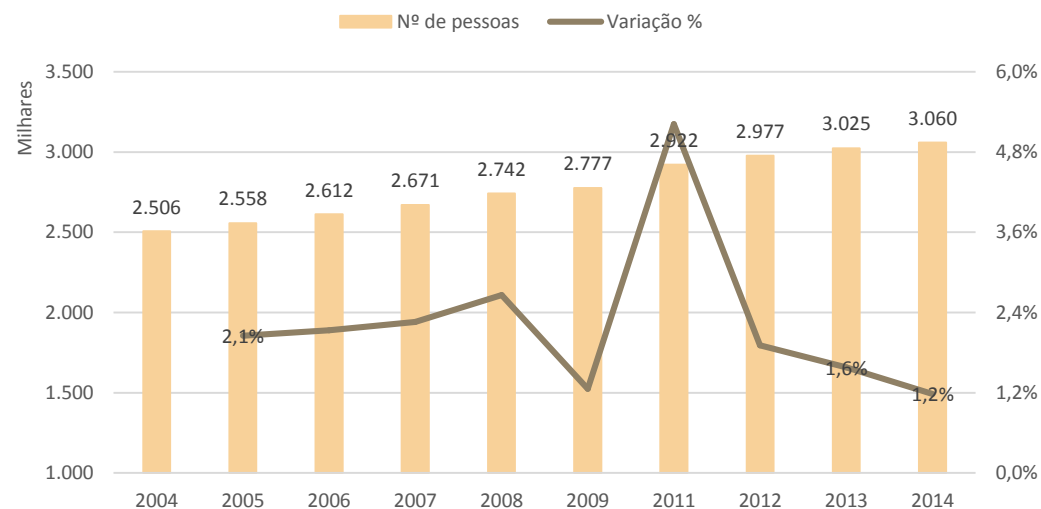
Quando o foco recai na dimensão institucional, como as questões da previdência e sindicatos, percebe-se uma queda entre os anos de 2013 e 2014 da cobertura previdenciária entre as pessoas ocupadas (67,6% para 63,6%) e, no mesmo período, uma expansão da participação sindical, de 17,3% para 21,3%.

A Qualidade da Força de Trabalho está diretamente vinculada à escolaridade, experiência e a qualificação, mas que irá expressar-se na renda auferida. A renda real média de todos os trabalhos, que apresentou uma expansão de 47,6% os últimos 10 anos, tem mantido uma trajetória bastante volátil nesse período. Em 2014, a renda real média no Espírito Santo aumentou 4,4% em relação ao ano anterior, alcançando R\$1.732,00 em 2014.



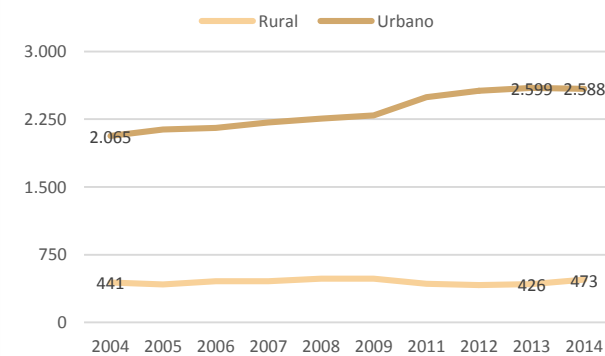
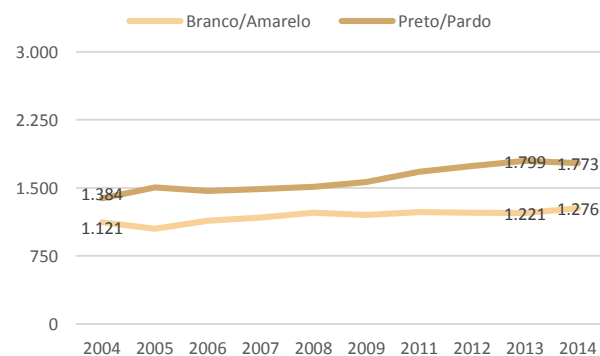
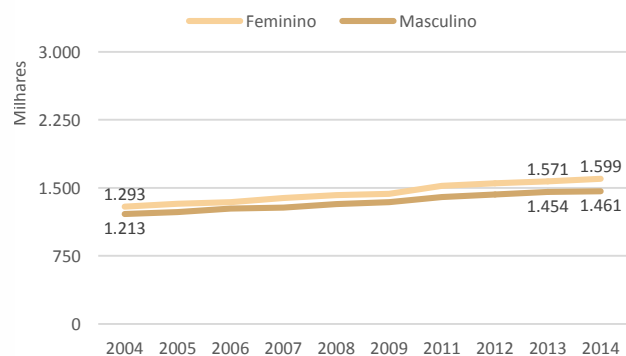
A População em Idade Ativa (PIA) representa o total de pessoas que possuem 15 anos ou mais de idade e é utilizada como uma aproximação da oferta potencial de trabalho em determinada localidade, ou seja, o total de pessoas em idade de exercer alguma ocupação. Em 2014, a PIA registrada no Espírito Santo foi de 3,06 milhões de pessoas, quantitativo equivalente a um aumento de 1,2% em relação ao ano anterior. Ao longo dos últimos 10 anos, a PIA aumentou em 554 mil pessoas no Espírito Santo, representando uma expansão de 22,1% no período, enquanto no país esse aumento foi de 19,1% na mesma base de comparação. Em relação ao perfil desta população no estado, em 2014, 52,3% das pessoas são do sexo feminino, principalmente da raça ou cor Preta/Parda (57,9%) e residente em áreas urbanas (84,6%).

**População em idade ativa (15 anos ou mais).
Espírito Santo, 2004 a 2014**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

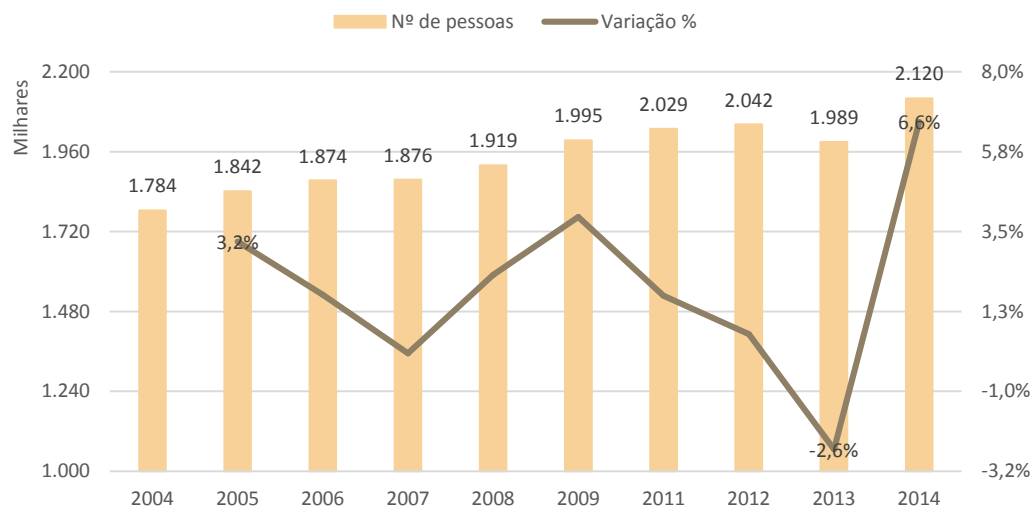
**População em idade ativa por gênero, cor ou raça e situação do domicílio.
Espírito Santo, 2004 a 2014**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



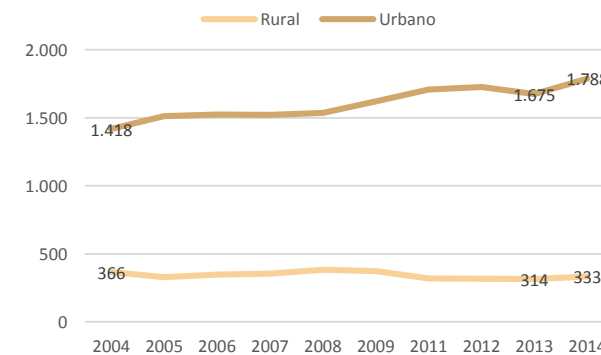
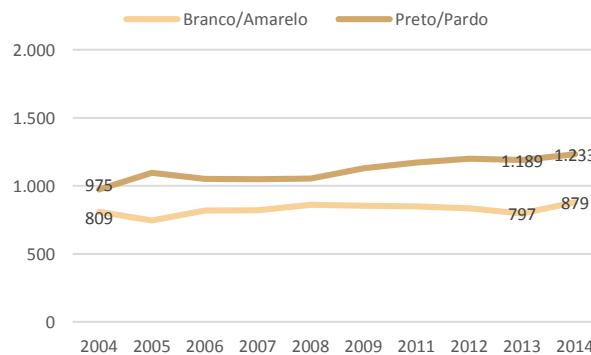
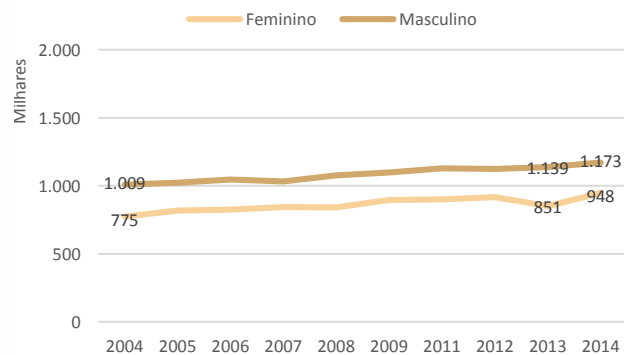
População economicamente ativa (15 anos ou mais). Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A População Economicamente Ativa (PEA) equivale ao quantitativo de pessoas em idade ativa que, ou procuraram emprego no período de referência da pesquisa ou estavam ocupadas. Geralmente, esta medida representa a força de trabalho de uma localidade. Em 2014, após registrar recuo em 2013 (-2,6%), a PEA alcançou o total de 2,12 milhões de pessoas e registrou expansão de 6,6% em relação ao período anterior, com crescimento das pessoas do sexo feminino (11,4%), da raça ou cor Branca/Amarela (10,3%) na zona urbana (6,7%). Analisando o perfil desta população em 2014, observa-se uma predominância de pessoas do sexo masculino (55,3%), principalmente da cor ou raça Preta/Parda (58,2%) e moradoras da zona urbana (84,3%).

População economicamente ativa por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014

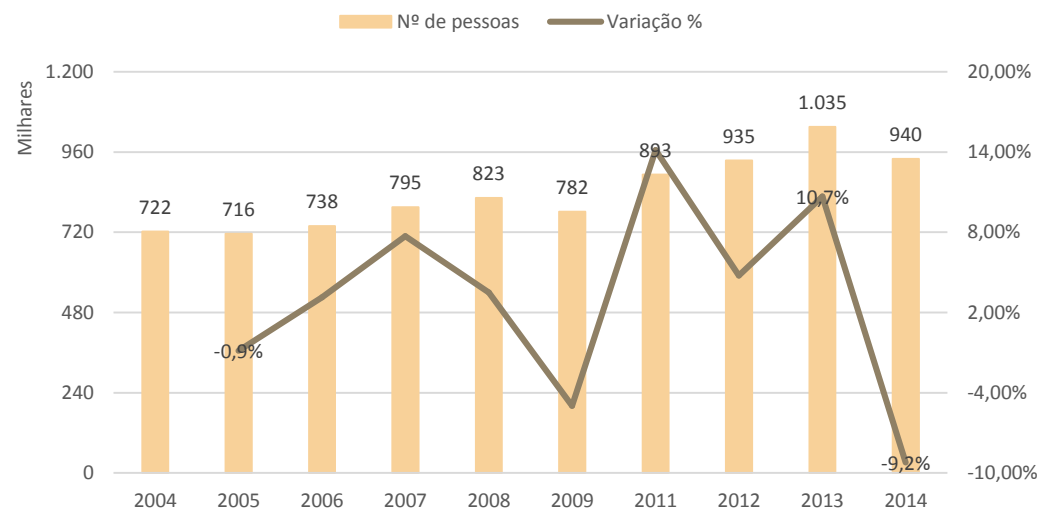


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



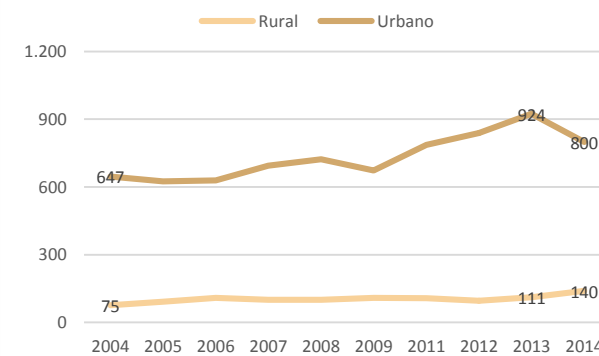
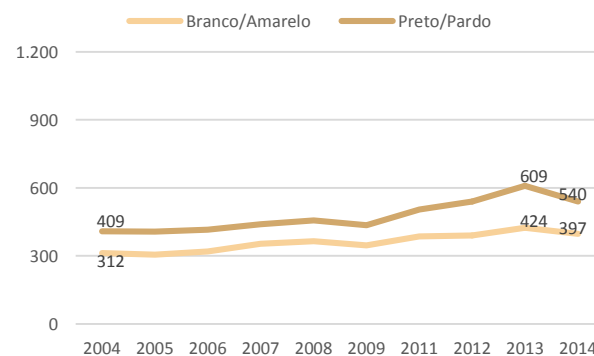
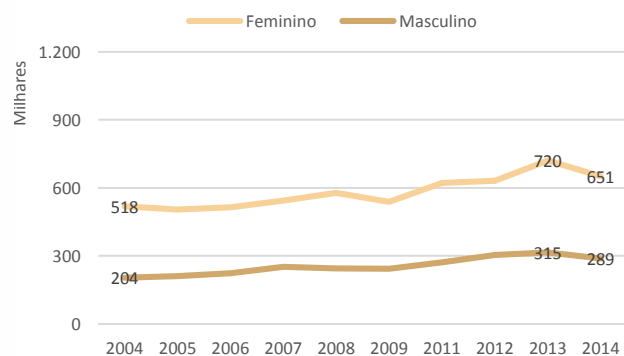
A População não economicamente ativa (PNEA) mede o total de pessoas que possuem idade para exercer alguma ocupação, mas que, por algum motivo, não estão inseridas no mercado de trabalho. Dentre os principais motivos podemos destacar questões ligadas à aposentadoria, aos estudos e a necessidade de cuidado dos afazeres domésticos. A PNEA no Espírito Santo, em 2014, registrou queda de -9,2% em relação ao ano anterior, o que representou uma queda de quase 100 mil pessoas nessa condição. Nos últimos dez anos, o quantitativo dessa população aumentou consideravelmente, passando de 722 mil pessoas em 2004 para 940 mil pessoas em 2014 que, apesar da queda ocorrida em relação a 2013, ainda representa o segundo maior valor na série histórica. Em relação ao perfil desta população em 2014, quase 70% é do sexo feminino, 57,4% da cor ou raça Preta/parda e 85,1% residente na zona urbana. Na passagem de 2013 para 2014, as maiores reduções ocorreram nestes grupos, provavelmente, influenciados pelo cenário econômico de baixo crescimento econômico e aceleração da inflação que pressionam a renda familiar, estimulando pessoas que até então não procuravam emprego, a fazê-lo.

População não economicamente ativa (15 anos ou mais). Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

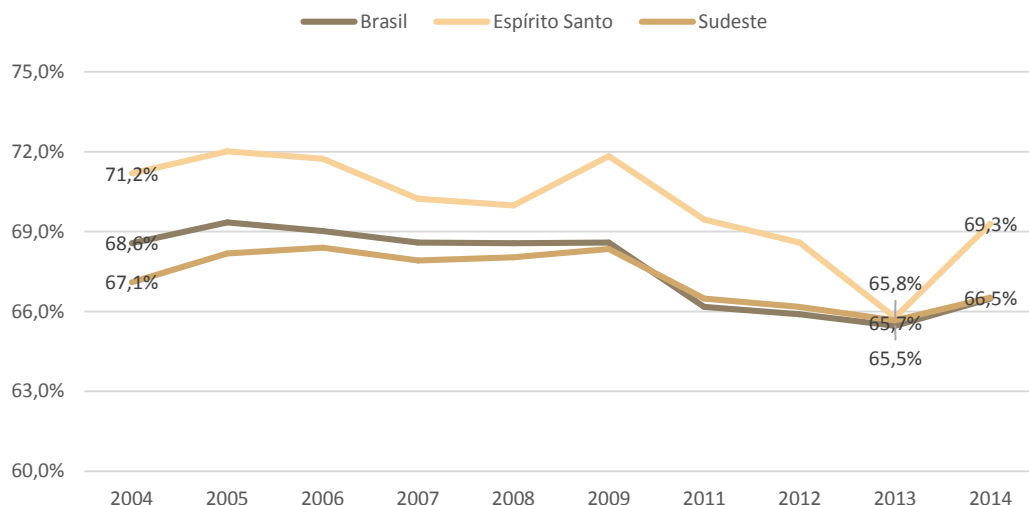
População não economicamente ativa por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



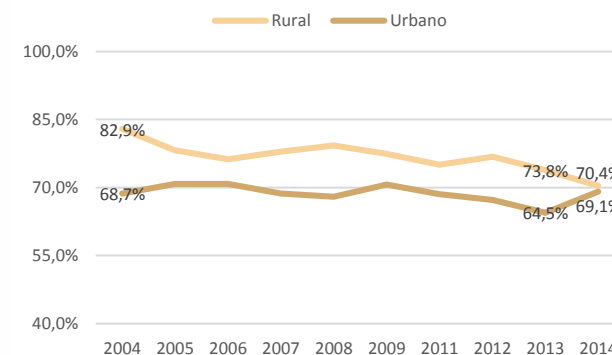
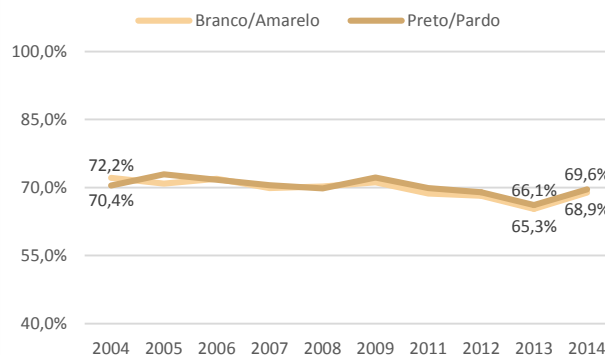
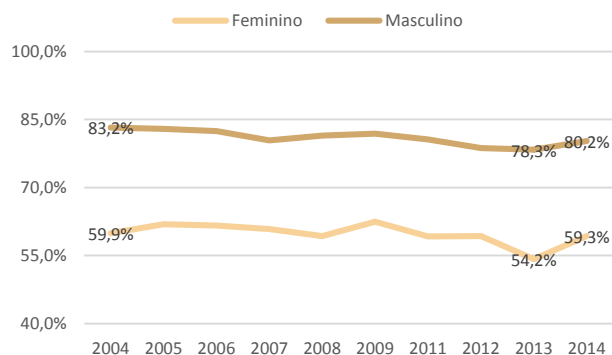
Taxa de atividade (15 anos ou mais). Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A taxa de atividade representa o percentual das pessoas em idade ativa que procuram emprego ou estavam ocupadas no período de referência. A análise da evolução desta taxa pode ser um sinal dos estímulos fornecidos pela economia para que as pessoas ingressem no mercado de trabalho. Nesse sentido, o aumento da taxa de atividade de 65,8% em 2013 para 69,3% em 2014, sugere que neste período as condições econômicas impactaram na decisão dos agentes em procurar se inserir no mercado de trabalho, principalmente no caso das mulheres, cuja taxa passou de 54,2% para 59,3% nestes anos respectivamente. Observa-se também que a característica de cor ou raça parece não afetar a taxa de atividade destes grupos, uma vez que a taxa entre Brancos/Amarelos e Pretos/Pardos são muito próximas em todos os anos analisados. Entretanto, as taxas observadas na zona rural e urbana parecem convergir neste último ano, com queda no caso da zona rural e aumento na zona urbana. Nos últimos dez anos, com exceção do ano de 2013, o Estado exibiu taxas de atividade superiores à média brasileira e da região sudeste. Em 2014, a diferença entre a taxa registrada pelo do Espírito Santo foi quase 3 pontos percentuais maior do que aquela registrada no Brasil e na região Sudeste.

Taxa de atividade por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014

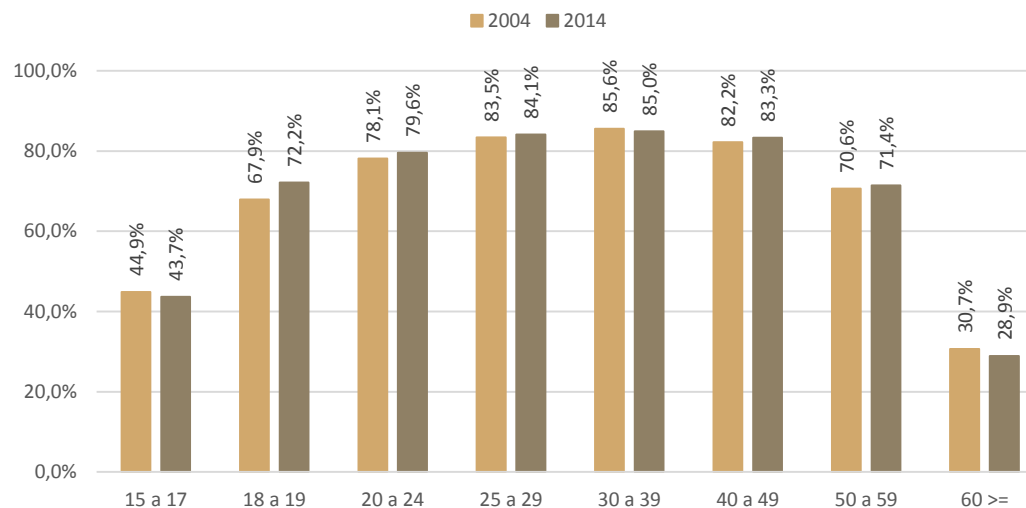


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



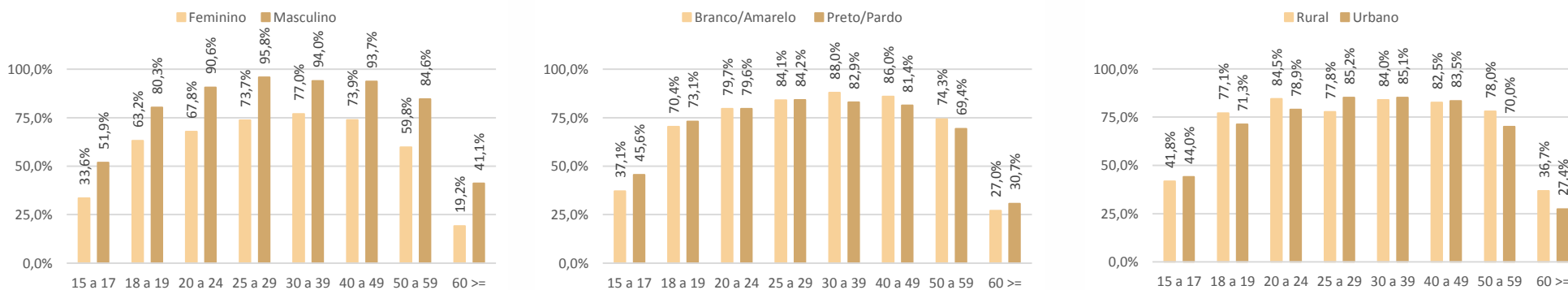
Ao segmentar a taxas de atividade pelas faixas etárias, nota-se que entre 2004 e 2014, houveram mudanças incrementais na distribuição desse indicador para o Espírito Santo. A maiores taxas estão concentradas entre as pessoas de 25 a 49 anos, com todas as faixas etárias apresentando valores superiores a 80%. Isto significa dizer que, aproximadamente, oito a cada dez pessoas entre 25 e 49 anos estavam ou ocupados ou procurando emprego em nestes dois anos analisados. As principais mudanças ocorrem principalmente na população mais jovem com o aumento da taxa de atividade das pessoas entre 18 e 19 anos, que passou de 67,9% em 2004 para 72,2% em 2014, enquanto na faixa de 15 a 17, houve redução de 44,9% para 43,7%, respectivamente. Quando analisado em relação ao gênero, as taxas registradas entre homens são sempre maiores do que as registradas entre as mulheres. No tocante a cor ou raça, nota-se uma discrepância maior entre a faixa etária mais jovem (15 a 17 anos) com uma participação maior de Pretos/Pardos (45,6%) em relação aos Brancos/Amarelos (37,1%). No caso da situação do domicílio, diferenças maiores ocorrem entre as faixas 18 a 29 anos e maiores de 60.

Taxa de atividade (15 anos ou mais), segundo faixas etárias. Espírito Santo, 2004 e 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

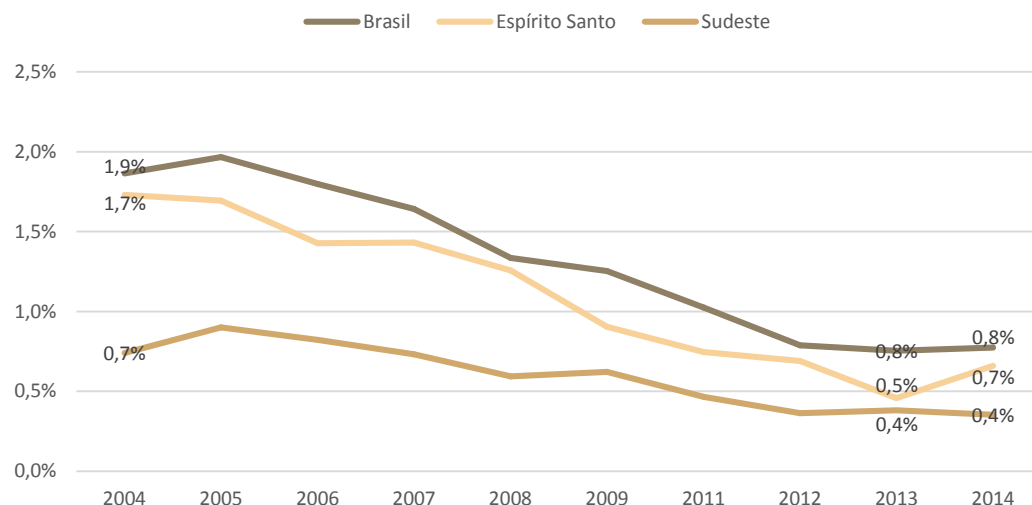
Taxa de atividade segundo faixas etárias por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



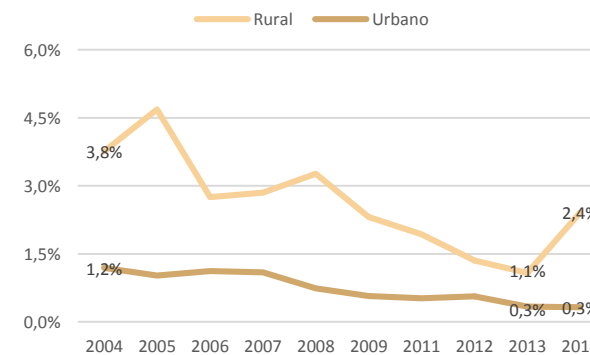
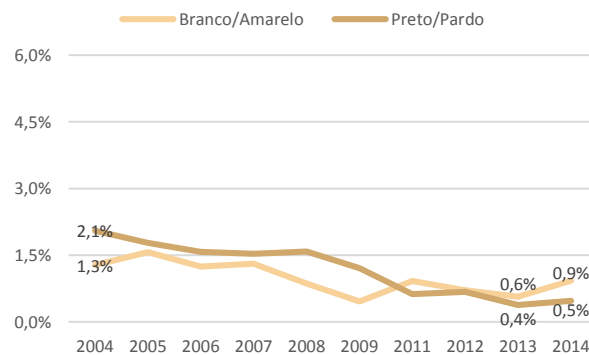
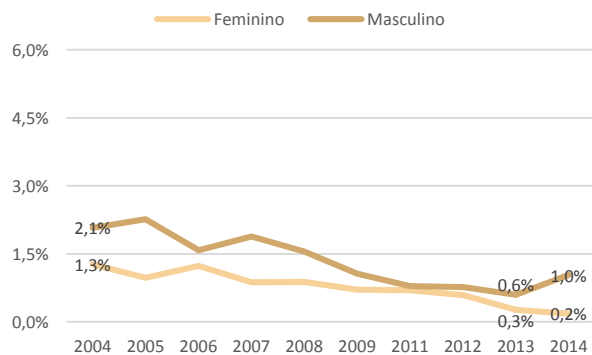
Percentual de crianças ocupadas de 10 a 14 anos em relação ao total ocupado. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

O percentual de ocupação para as crianças com 10 a 14 anos de idade representa uma forma de captar a evolução do trabalho infantil nas localidades. Nesse sentido, nas três regiões analisadas há um indicativo de queda do trabalho infantil nos últimos dez anos. No caso do Brasil e do Espírito Santo essa queda é mais evidente, uma vez que o percentual de crianças trabalhando se aproximava de 2% em 2004 e passou para um percentual menor que 1% em 2014. No entanto, chama atenção que na passagem de 2013 para 2014, houve um aumento da participação de crianças no total de ocupados no Espírito Santo, que passou de 0,5% para 0,7%, respectivamente. Em relação ao gênero, observa-se uma participação de meninos na condição de ocupados (1,0%), o que significa que a cada cem homens ocupados em 2014, pelo menos um deles era criança. O que é mais alarmante é o número de crianças ocupadas na zona rural, cuja taxa registrada em 2014 foi de 2,4%, valor pelo menos duas vezes maior que o registrado no ano anterior. Adicionalmente, é importante observar que há um padrão superior às taxas na zona urbana em todos os anos da série.

Percentual de crianças de 10 a 14 anos em relação ao total ocupado por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014

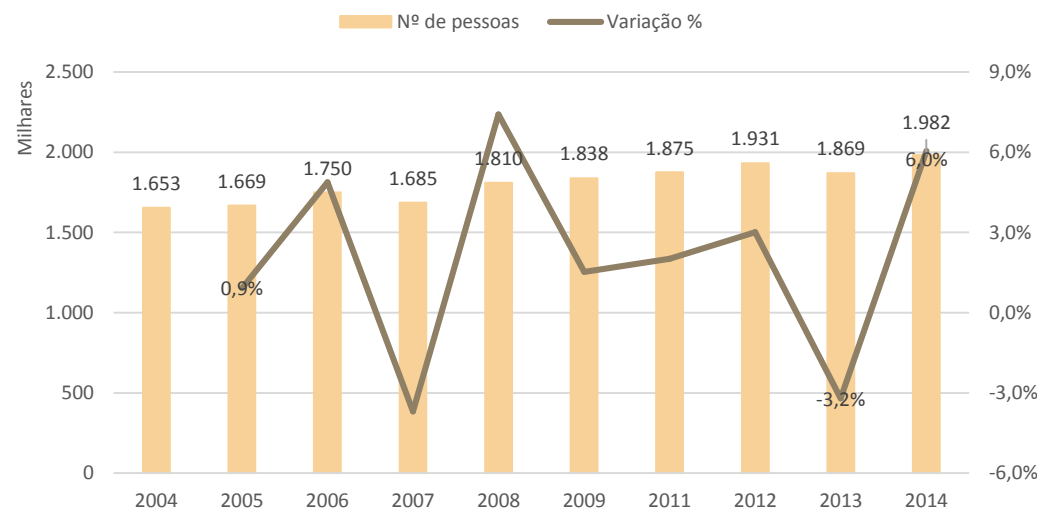


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



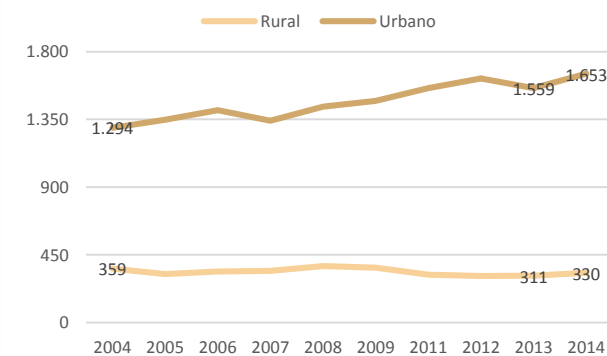
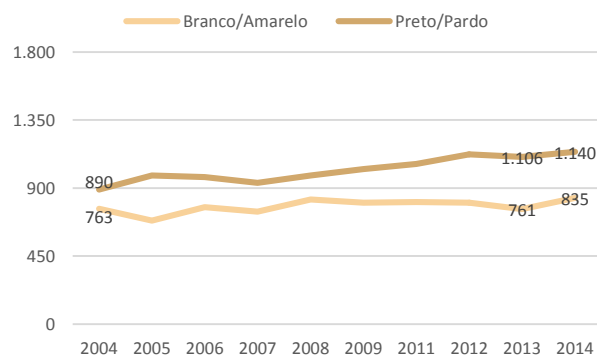
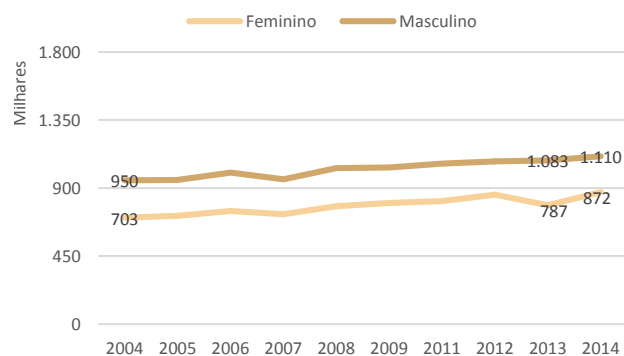
O conceito utilizado neste trabalho considera como população ocupada as pessoas de 15 anos ou mais de idade e que declararam possuir uma ocupação (remunerada ou não) na semana de referência da pesquisa, realizada durante os meses de setembro. Em 2014, a população ocupada no Espírito Santo foi de 1,98 milhões de pessoas, o que representou um crescimento de 6,0% em relação ao ano anterior. Entre 2013 e 2014, o crescimento foi resultado principalmente do aumento do número de mulheres ocupadas (10,8%) e do número de pessoas Brancas/Amarelas (9,7%) e principalmente da zona rural (6,1%). Se considerarmos o grupo específico de mulheres, brancas ou amarelas e residentes na zona urbana, a taxa de crescimento em 2014 em relação ao ano anterior foi de 15,1%. Na comparação com o ano de 2004, o total de pessoas ocupadas aumentou em 329 mil pessoas, o que representa um crescimento médio de 1,7% ao ano. Por fim, em relação ao perfil desta população, 56% das pessoas ocupadas são homens, 57,5% são Pretos/Pardos e 83,4% são residentes na zona urbana.

Número de pessoas ocupadas (15 anos ou mais). Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

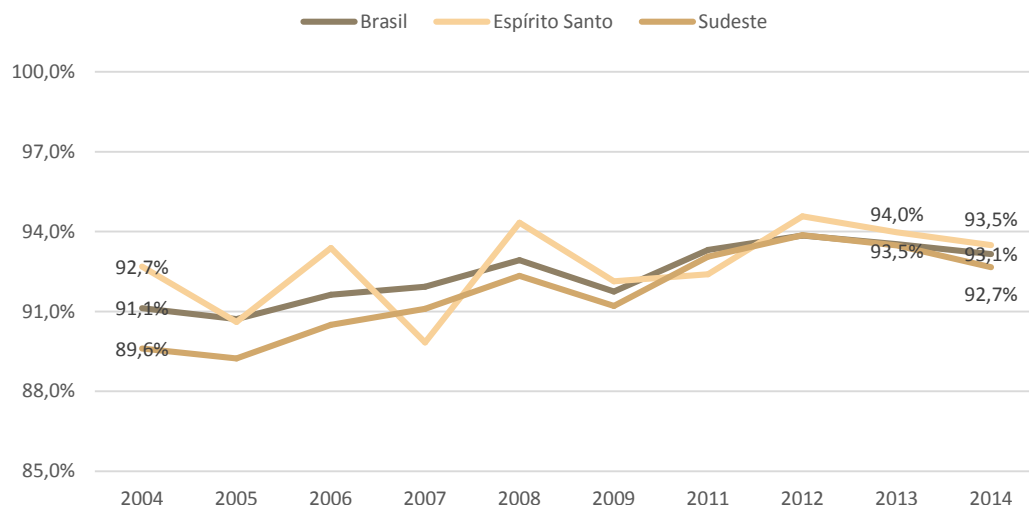
População ocupada por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



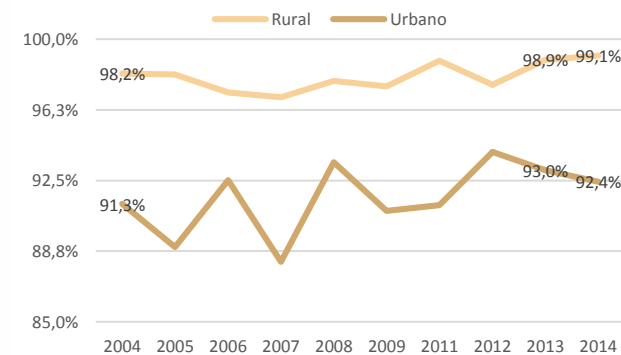
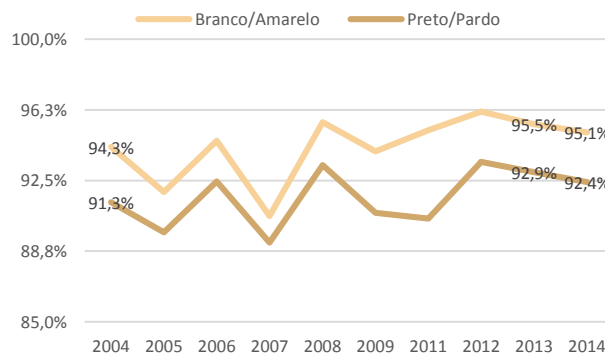
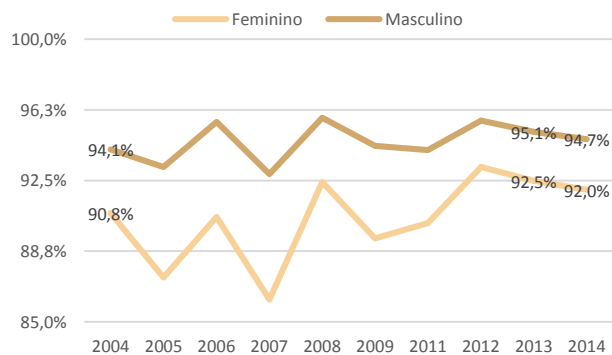
Taxa de ocupação (15 anos ou mais). Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A taxa de ocupação equivale a participação das pessoas ocupadas em relação ao total de pessoas economicamente ativas em um período. Em 2014, a taxa de ocupação para o Espírito Santo (93,5%) ficou acima dos valores igualmente apresentados pela região Sudeste (92,7%) e Brasil (93,1%). O Espírito Santo apresentou trajetória bastante volátil ao longo do período analisado, principalmente por conta da evolução deste indicador na área urbana do estado e entre as mulheres. A análise por cor ou raça registrou maior ocupação para os indivíduos de cor branca em todo o período. Os homens também registraram taxa de ocupação superior às mulheres em todo o período, mas a diferença, que chegou a seu máximo em 2007 (6,7 p.p), foi de (2,7 p.p.) em 2014.

Taxa de ocupação por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014

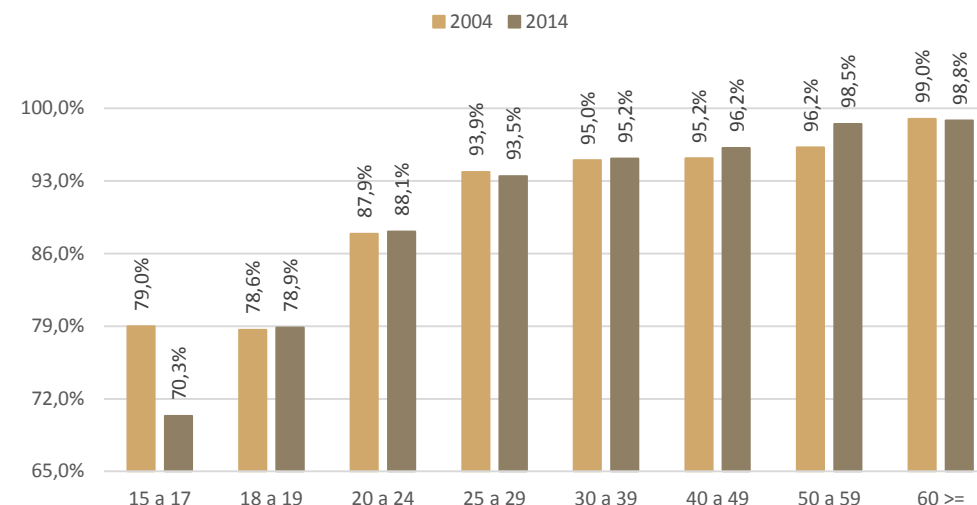


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



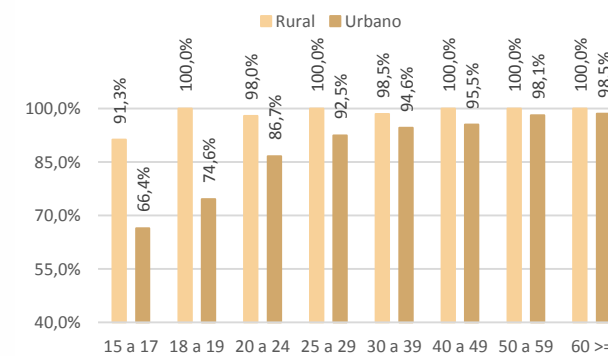
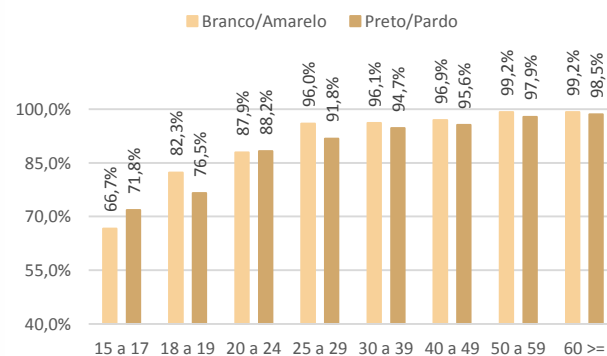
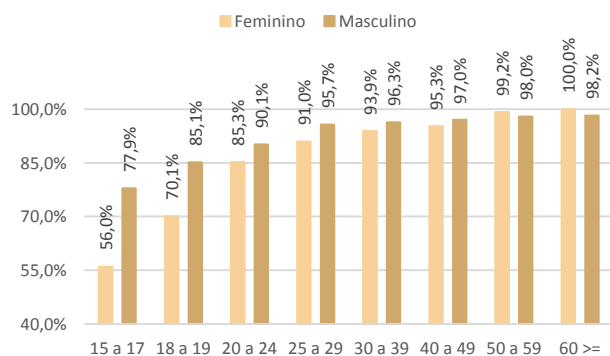
Esta seção apresenta a taxa de ocupação por faixa etária. Entre 2004 e 2014 pouco se alterou no padrão etário do indicador, que apresenta uma correlação positiva com o aumento da idade. Ou seja, quanto maior for a idade da pessoa que está economicamente ativa, maior é a sua probabilidade de estar ocupada. Vale destacar a queda na taxa de ocupação ocorrida principalmente na faixa etária mais jovem (de 15 a 17 anos de idade), que passou de 79,0% em 2004 para 70,3% em 2014. Quando se compara a taxa de ocupação pelo recorte de sexo, observa-se que as mulheres têm uma taxa de ocupação menor em quase todas as faixas etárias, com exceção das faixas entre 50 anos ou mais. Em relação à cor ou raça, o que se observa é uma ocupação maior de brancos/amarelos em todas as faixas etárias, com a maior diferença em relação aos Pretos/Pardos na faixa entre 18 e 19 anos. Por fim, a taxa de ocupação é maior na área rural, com taxas próximas a 100% em quase todas as faixas etárias, comportamento que pode estar associado a seleção amostral desta população.

**Taxa de ocupação segundo faixas etárias.
Espírito Santo, 2004 e 2014**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

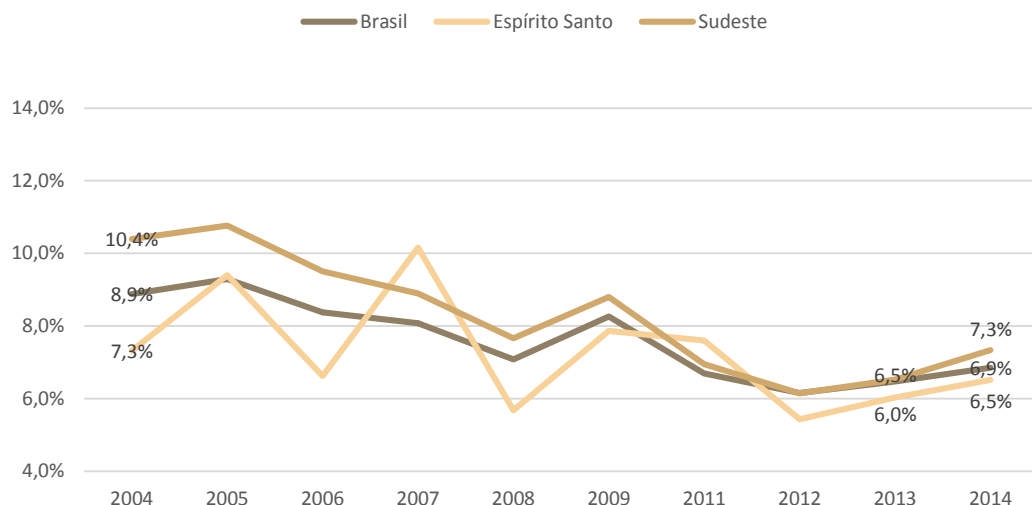
**Taxa de ocupação segundo faixa etária por gênero, cor ou raça e situação do domicílio.
Espírito Santo, 2014**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



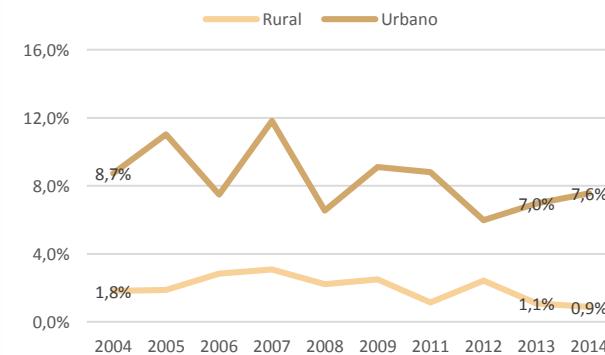
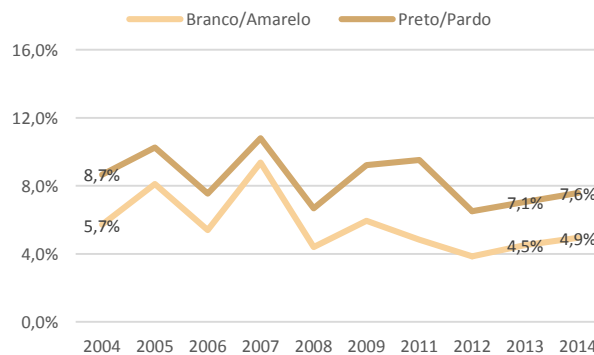
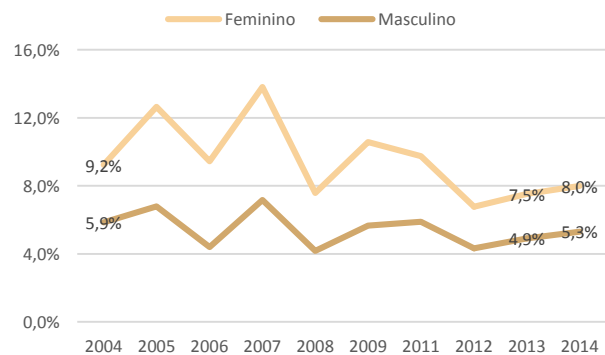
Taxa de desemprego (15 anos ou mais). Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A taxa de desemprego, ou taxa de desocupação, é calculada como a razão das pessoas de 15 anos ou mais de idade que estão procurando emprego na semana de referência da pesquisa pelo total de pessoas economicamente ativas. A taxa de desemprego é reflexo da taxa de ocupação uma vez que, somadas as pessoas ocupadas e as desocupadas tem-se o total de pessoas economicamente ativas. Entre 2013 e 2014, o total de desempregados no Espírito Santo passou de 119 mil pessoas para 138 mil pessoas, gerando um aumento da taxa de desemprego de 6,0% para 6,5% nesse período. Essa taxa registrada para o estado, apesar do aumento, ainda é inferior à observada na região sudeste (7,3%) e na média brasileira (6,9%). No Espírito Santo em 2014, nota-se uma taxa maior de desemprego para a população feminina (8,0%) em relação à masculina (5,3%). No tocante a cor ou raça, o desemprego é maior entre as pessoas de cor ou raça Preta/Parda (7,6%) e, por fim, segundo situação de domicílio se observa uma aceleração do desemprego na zona urbana (7,6%).

Taxa de desemprego por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014

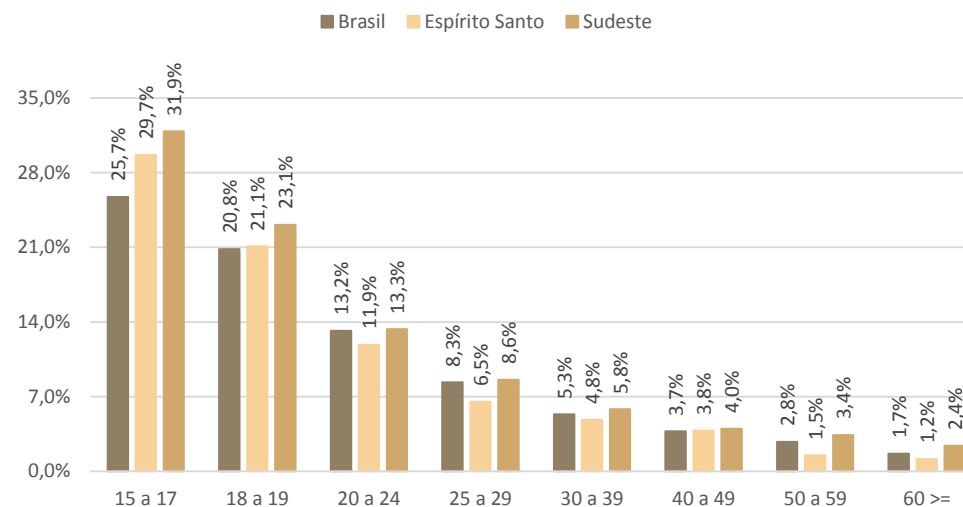


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



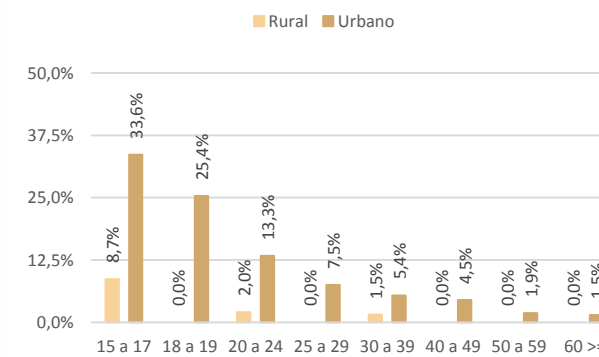
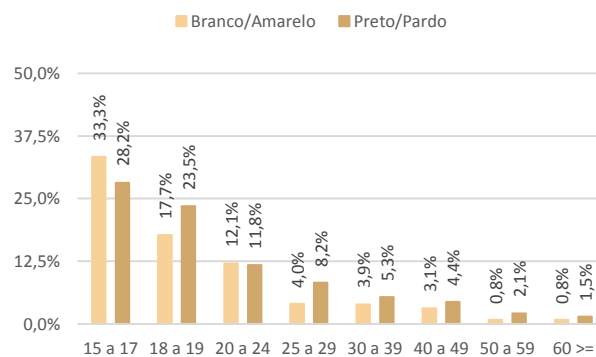
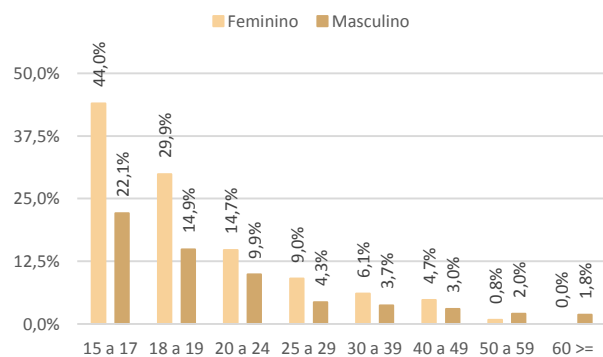
A distribuição da taxa de desemprego por faixa etária demonstra taxas maiores nos grupos etários mais jovens, decrescendo à medida que a idade avança. A taxa de desemprego dos 15 aos 29 anos apresentam resultados iguais ou acima da média do desemprego observado em todas as localidades analisadas. Na faixa dos 20 aos 29 anos e em comparação com o Brasil e a região Sudeste, o Espírito Santo apresenta as menores taxas de desemprego sendo 11,9% entre 20 a 24 anos e 6,5% entre 25 e 29 anos. Por outro lado, a despeito do maior índice de desemprego nas faixas de 15 a 19 anos, superiores a 20% em todas as regiões, o estado ocupa uma posição intermediária entre a média nacional e da região Sudeste. Se analisado o comportamento do desemprego por gênero no estado, observa-se índices mais elevados entre as mulheres jovens. Cerca de 3 a cada 10 mulheres entre 18 e 19 continuam desempregadas (29,9%). No que se refere à cor ou raça, apenas nas faixas de 15 a 17 anos e de 20 a 29 anos o índice de desemprego de Brancos/Amarelos é superior ao dos Pretos/Pardos. Por fim, o desemprego está concentrado principalmente na zona urbana nas faixas entre 15 a 29 anos.

Taxa de desemprego segundo faixas etárias. Espírito Santo, 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

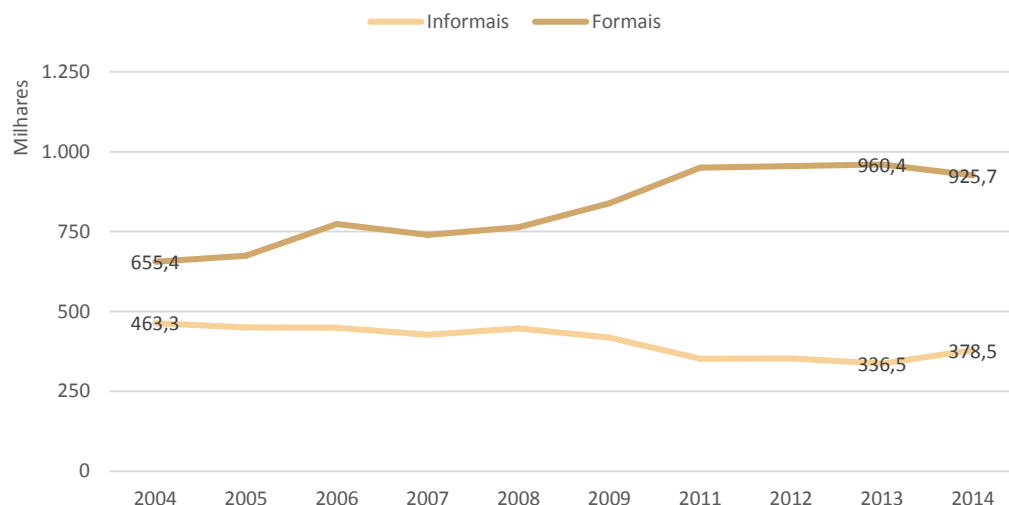
Taxa de desemprego segundo faixas etárias por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



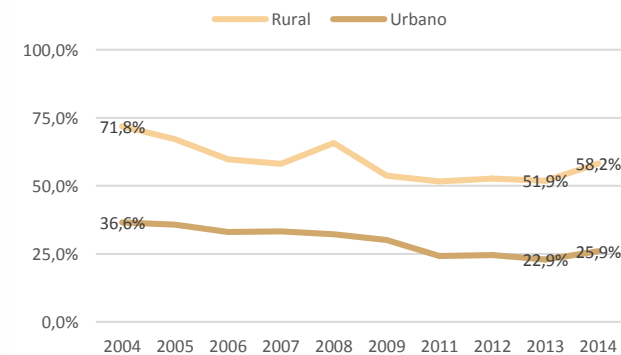
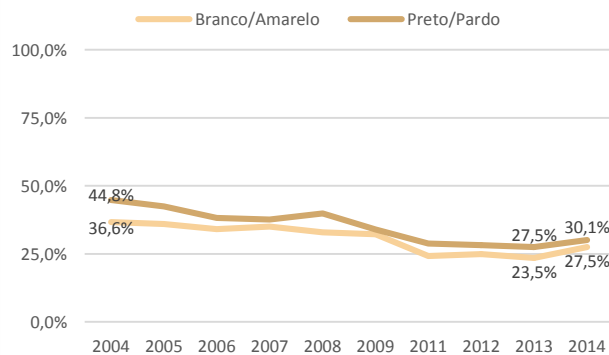
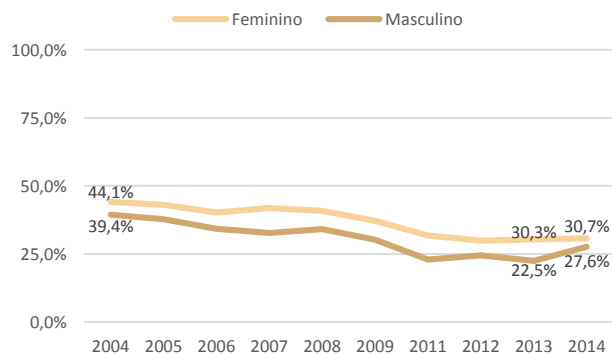
Número de pessoas empregadas por setor formal (15 anos ou mais). Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A formalização representa um fator importante para a qualidade do emprego, com os direitos e deveres do trabalhador garantidos pela legislação vigente. Nesta seção consideramos o grau de formalização dos empregados, ou seja, desconsidera-se no cálculo do índice os autônomos, ou seja, os empregadores, conta própria e produtores para consumo próprio. Dessa forma, o critério adotado para formalização é a assinatura da carteira de trabalho. Na década dos anos 2000, o mercado de trabalho nacional observou um forte aumento da formalização do emprego. No Espírito Santo isso não foi diferente, visto que, além do aumento de 270 mil trabalhadores formais nos últimos 10 dez anos houve diminuição de 85 mil trabalhadores sem carteira assinada. Apesar da diminuição da informalidade, nos últimos quatro anos, esse processo parece ter estagnado, com um aumento de 42 mil empregados informais na passagem de 2013 para 2014. No estado, o índice de informalidade é maior na população feminina (30,7%), entre pretos/pardos e na zona rural cujo índice aponta que mais da metade dos empregados nesta área (58,2%) não possuem carteira assinada.

Grau de Informalidade do emprego por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014

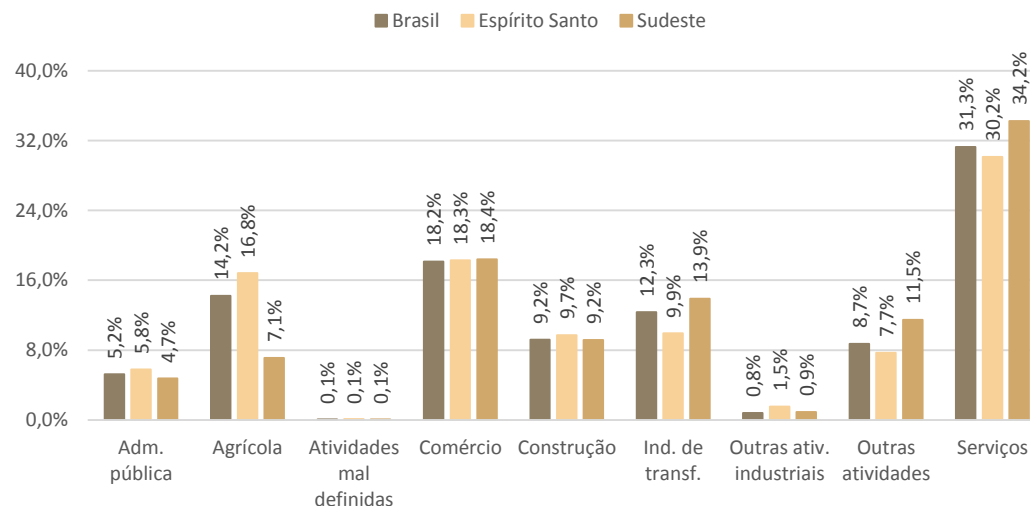


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



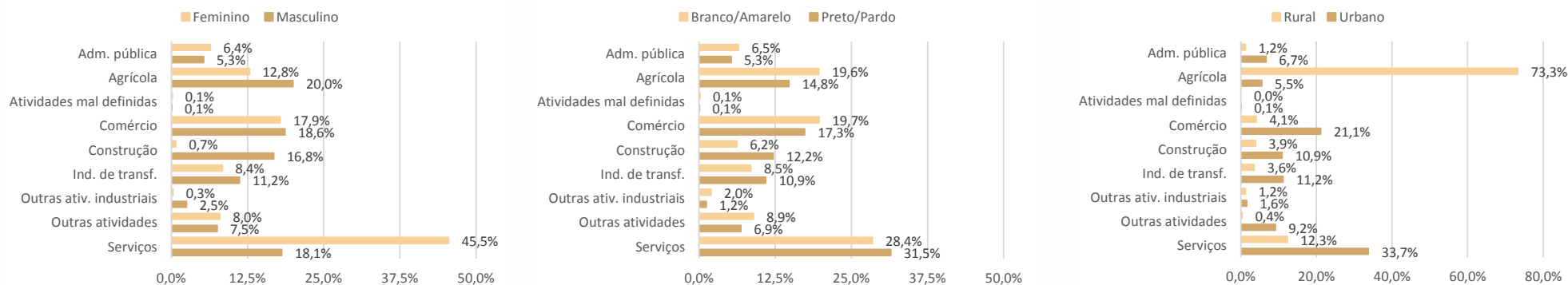
A distribuição dos ocupados segundo atividade econômica é um indicativo da estrutura produtiva, demonstrando a capacidade de empregabilidade de cada atividade. Nas três localidades analisadas, a atividade de Serviços é a que mais emprega, com participação superior a 30% das pessoas ocupadas, seguida pela atividade de Comércio, com participação próxima a 18%. No Espírito Santo há uma importância do segmento agrícola, que responde por quase 17% da população ocupada, percentual acima da média nacional e quase 10 pontos percentuais acima da região sudeste. Entre a população feminina no estado, as atividades que mais empregam são: serviços que absorvem quase a metade desse segmento populacional (45,5%), seguido pelo Comércio (17,9%) e do setor agrícola (12,8%). No caso da população masculina, a principal atividade é a Agrícola (20,0%), seguida pelos Serviços (18,1%) e pela Construção (16,8%). Em termos de cor ou raça, há uma distribuição mais homogênea entre Brancos/Amarelos e Pretos/Pardos, com uma participação maior de Pretos/Pardos em atividades de Serviços (31,5%) e uma participação superior de Brancos/Amarelos nas atividades de Comércio (19,7%) e agrícola (19,6%).

Distribuição da ocupação segundo atividade econômica. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Distribuição da ocupação segundo ramo de atividade por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2014

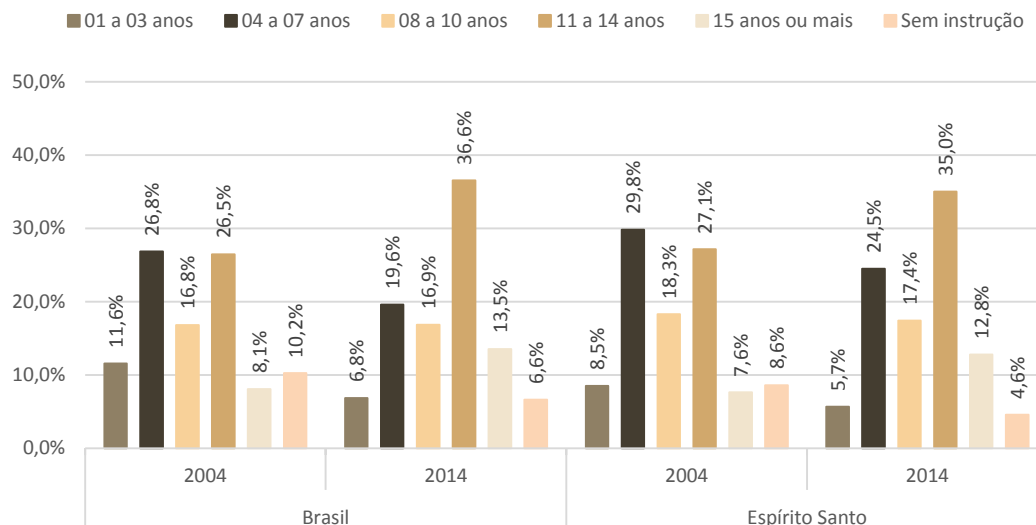


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



Distribuição da população ocupada segundo escolaridade

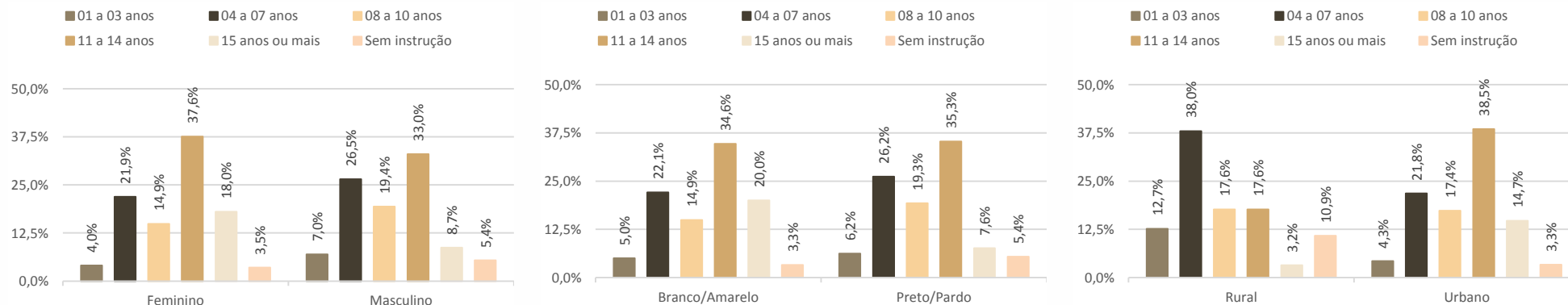
Distribuição da população ocupada (15 anos ou mais) segundo anos de estudo. Brasil e Espírito Santo, 2004 e 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

De maneira geral, muitos estudos em nível mundial demonstraram uma correlação positiva entre maiores níveis de escolaridade e o grau de desenvolvimento das nações. As teorias econômicas, principalmente as que tratam do capital humano, versam sobre os impactos positivos da educação sobre a produtividade e, conseqüentemente, sobre o crescimento. Nesse contexto, nos últimos 10 anos o perfil educacional se alterou, tanto no Brasil quanto no Espírito Santo. No caso brasileiro, o aumento da participação das pessoas ocupadas com 11 a 14 anos de estudo de 26,5% para 36,6%, demonstra uma melhora no perfil educacional do país. No Espírito Santo, esse percentual passou de 27,1% em 2004 para 35,0% em 2014. Destaca-se também a redução da população ocupada sem instrução (de 8,6% para 4,6%) e o aumento da parcela da população com 15 anos ou mais de estudo (de 7,6% para 12,8%). Considerando a faixa de escolaridade de 15 anos ou mais de estudo, é possível notar uma participação maior de mulheres (18,0%) e nas faixas com maior escolaridade, predominância de brancos/amarelos (20,0%) e residentes na zona urbana (14,7%).

Distribuição da população ocupada segundo anos de estudo por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2014

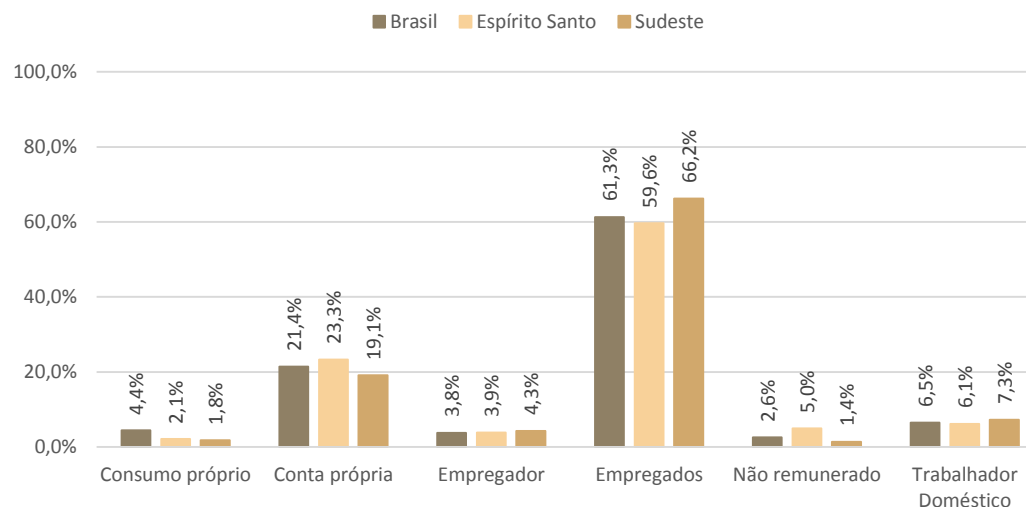


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



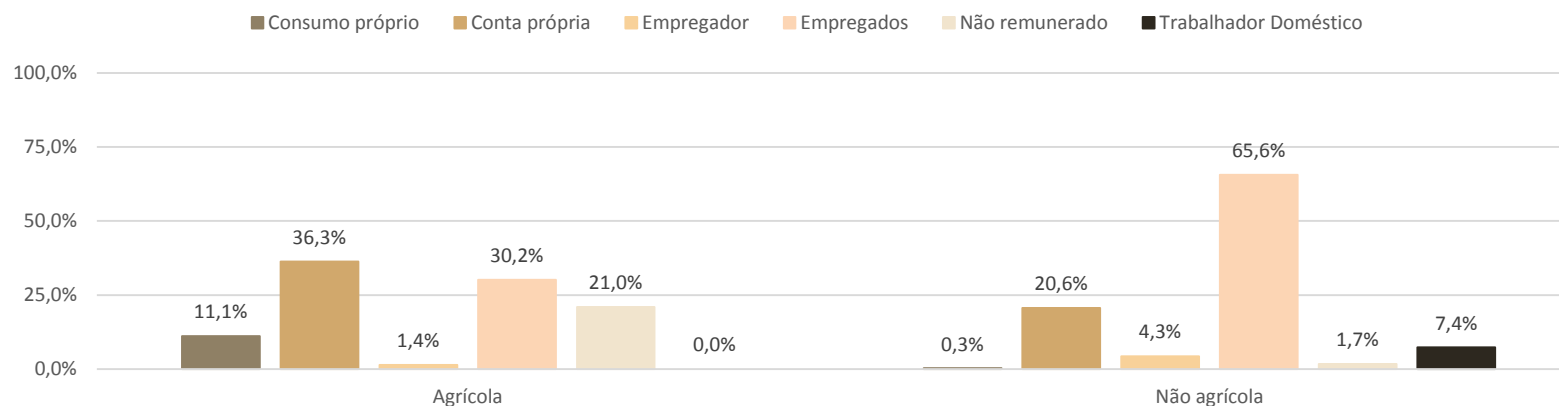
A posição na ocupação fornece informações sobre os papéis assumidos pela população ocupada no mercado de trabalho. Em 2014, a maior parte das pessoas são ocupadas na posição de empregados, com maior participação na região sudeste, com 66,2% da população ocupada nesta condição. O Espírito Santo tem uma participação superior na categoria Conta própria, com 23,3% da população ocupada nesta condição. No estado, é na atividade agrícola que se concentram a maior concentração de pessoas ocupadas por conta própria, concentrando 36,3% das pessoas neste tipo de atividade. No caso de atividades não agrícolas, a condição predominante é a de empregados (65,6%), seguido pelas pessoas que trabalham por conta própria que representam 20,6% do total de pessoas ocupadas.

Distribuição das pessoas ocupadas (15 anos ou mais) segundo posição de ocupação. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

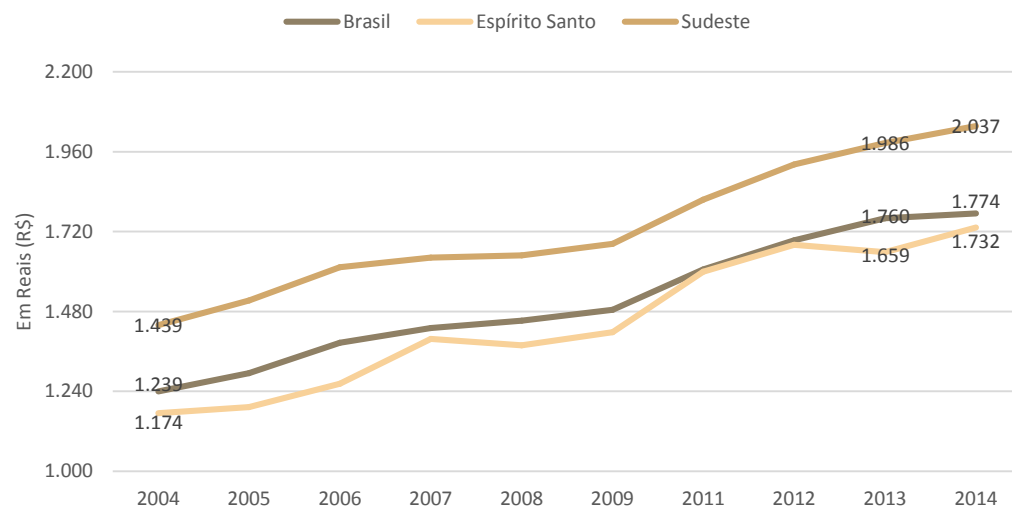
Distribuição das pessoas ocupadas (15 anos ou mais) segundo posição na ocupação e ramo de atividade. Espírito Santo, 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



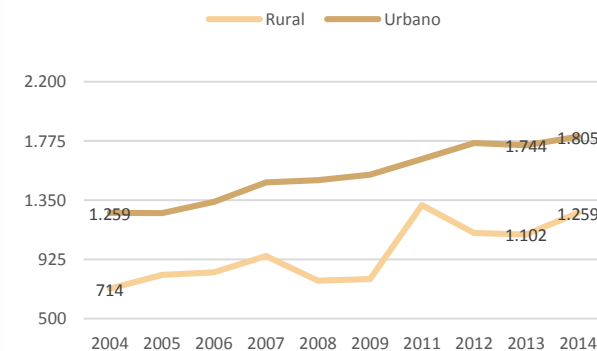
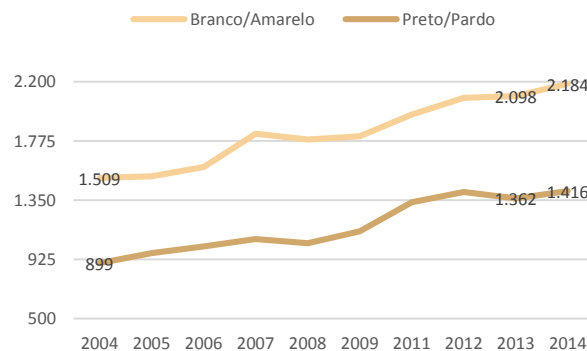
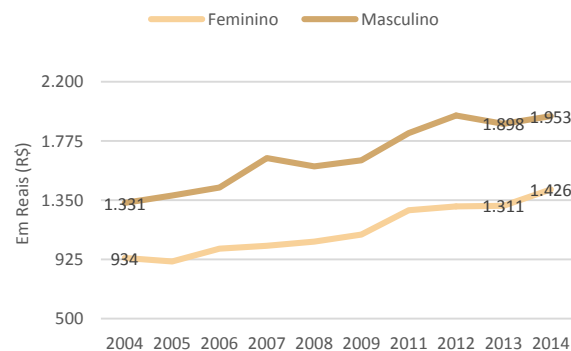
Renda real média de todos os trabalhos (com rendimento e 15 anos ou mais de idade). Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A renda média real de todos os trabalhos é uma medida da evolução do poder de compra da população ocupada. Em 2014, nota-se que a média do rendimento no Espírito Santo (R\$ 1.732), após aumentar 4,4% em relação a 2013, continua inferior à média brasileira (R\$ 1.774) e da região sudeste (R\$ 2.037). Em 10 anos o aumento do poder de compra foi de 47,6% no Espírito Santo, crescimento superior as médias do Brasil (43,2%) e da região Sudeste (41,6%). Em termos de gênero, os rendimentos da população masculina permanecem superior à da população feminina em toda série, com uma pequena redução da diferença de rendimentos na passagem de 2013 para 2014. Com esse resultado, a média de rendimento dos homens é 36,9% superior ao rendimento das mulheres. As pessoas brancas/amarelas também possuem rendimentos maiores (54,2%) do que aqueles registrados entre a população Preta/parda. Por fim, o rendimento recebido na área urbana também é superior (43,4%) àquele recebido na área rural.

Renda média de todos os trabalhos (com rendimento e 15 anos ou mais de idade) por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2004 a 2014

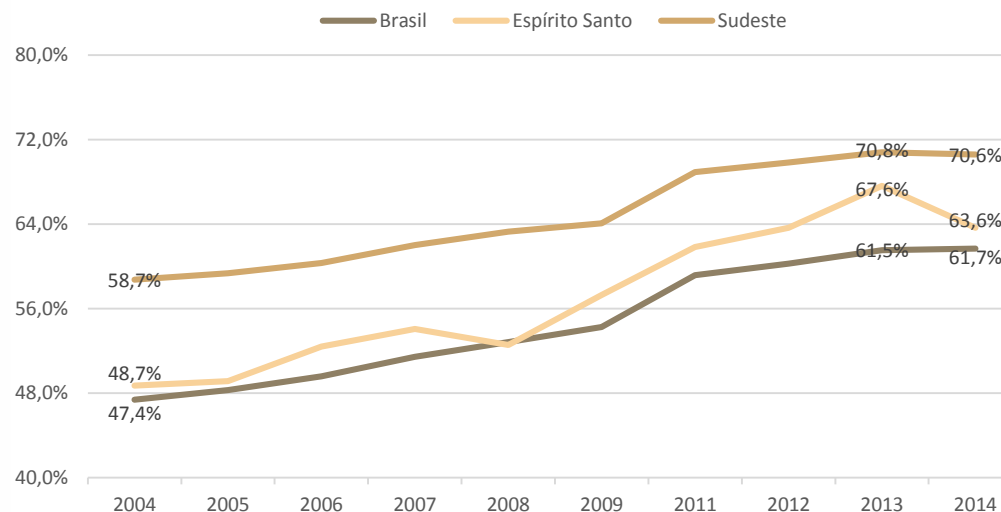


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



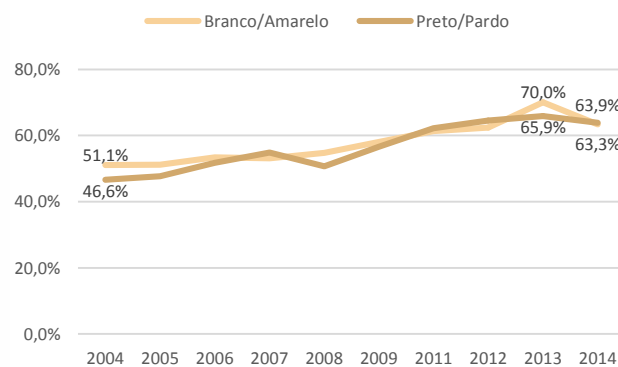
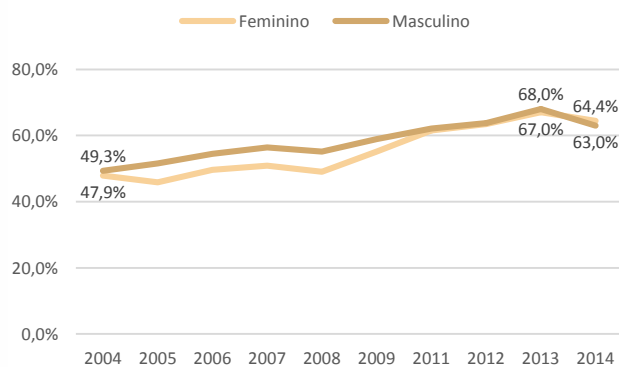
A contribuição previdenciária para os ocupados representa o percentual da população ocupada que contribui para previdência. Há uma correlação positiva entre a formalização e o grau de contribuição previdenciária e no caso do Espírito Santo, a queda na formalização em 2014 repercutiu no grau de cobertura previdenciária que passou de 67,6% em 2013 para 63,6% em 2014. O grau de cobertura previdenciária no Espírito Santo permanece, em 2014, superior à média brasileira (61,7%) e inferior à média da região Sudeste (70,6%). No Espírito Santo, em termos de gênero e cor ou raça não existem diferenças consideráveis entre o grau de cobertura previdenciária. A maior discrepância ocorre entre as zonas rural e urbana, cujos níveis de cobertura previdenciária registraram uma diferença de quase 40 pontos percentuais no ano de 2014, apesar do aumento ocorrido no indicador da área rural no ano de 2013.

**Pessoas com cobertura previdenciária (15 anos ou mais).
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014**

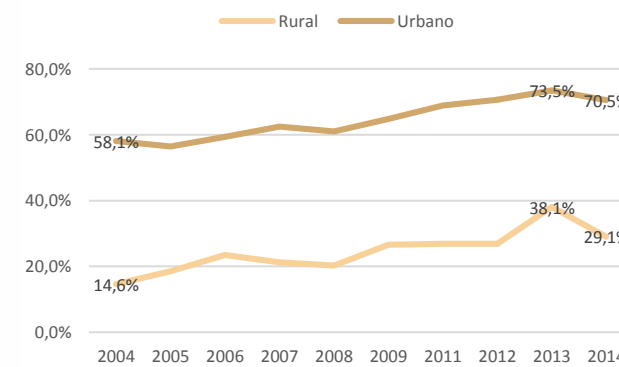


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

**Pessoas com cobertura previdenciária por gênero, cor ou raça e situação do domicílio.
Espírito Santo, 2004 a 2014**

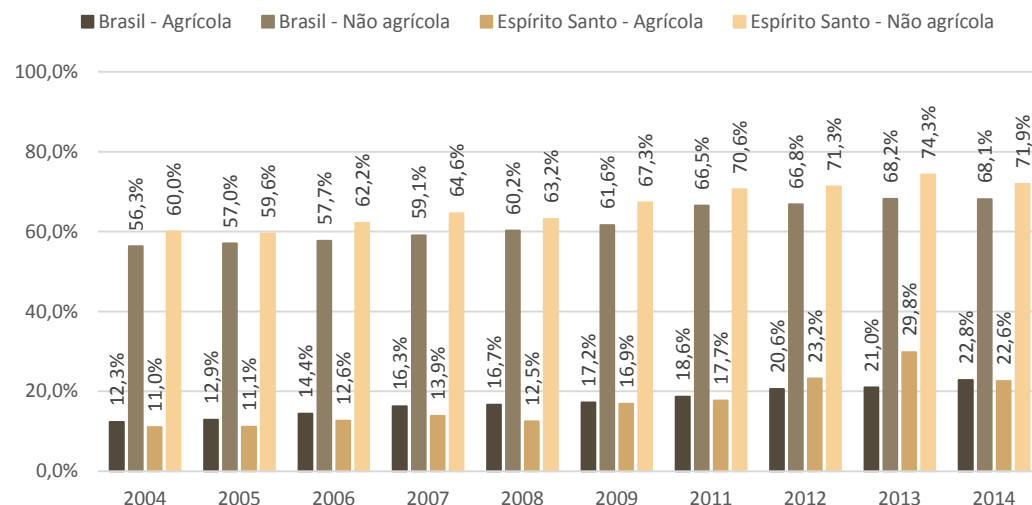


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).





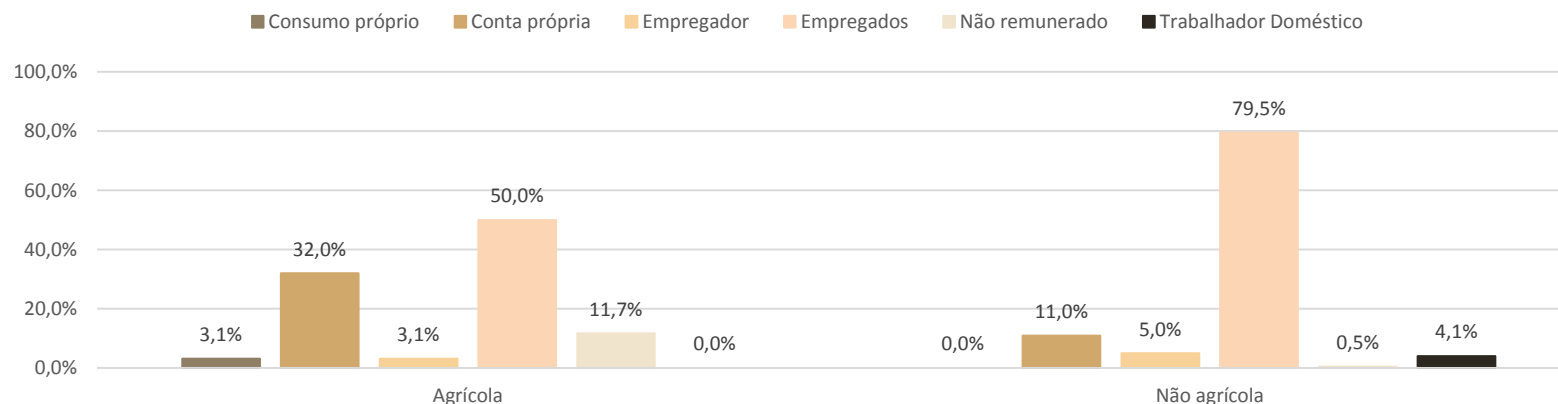
Pessoas com cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola (15 anos ou mais). Brasil e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A cobertura previdenciária apresentou maior incidência para as atividades não agrícolas do que para as atividades agrícolas, tanto para o Espírito Santo como para o Brasil, em todo o período analisado. O Espírito Santo apresentou crescimento da cobertura previdenciária tanto para a atividade agrícola, passando de 11,0% em 2004 para 22,6% em 2014, quanto para a atividade não agrícola, passando de 60,0% em 2004 para 71,9% em 2014. No estado em 2014, entre as atividades agrícolas, a maior contribuição ocorreu na categoria de Empregados (50,0%), seguidas pelas categorias Conta Própria (32,0%) e Não Remunerado (11,7%). Em relação às atividades não agrícolas, também na categoria dos Empregados ocorre a maior parcela de contribuição (79,5%), seguida da categoria Conta Própria (11,0%).

Cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola por ocupação. Espírito Santo, 2014

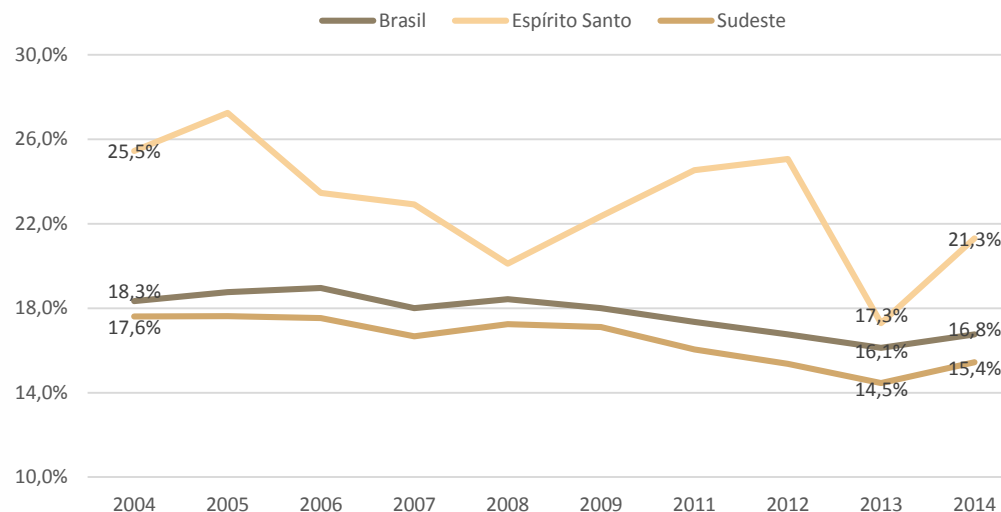


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



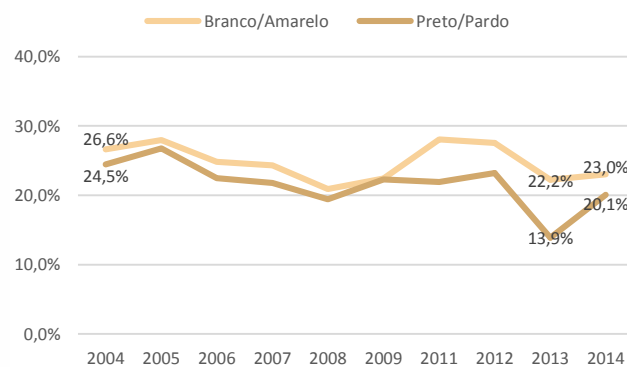
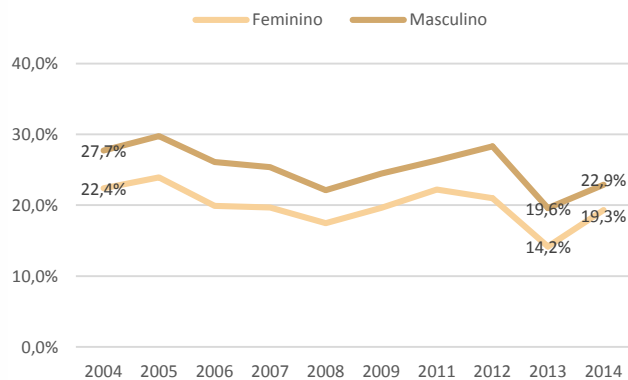
A porcentagem de pessoas sindicalizadas no Espírito Santo, ao longo de todo o período analisado, se mostrou superior aos valores registrados pela região Sudeste e Brasil, com sua trajetória mais estável ao longo do tempo. O percentual de pessoas ocupadas e sindicalizadas no Espírito Santo alcançou 21,3% em 2014, após a queda observada em 2013. Ademais, neste ano, a sindicalização foi maior entre os homens (22,9%) do que entre as mulheres (19,3%), superior para os autodeclarados brancos/amarelos (23,0%) em relação aos pretos/pardos (20,1%) e o meio rural apresentou taxa de sindicalização de 34,6%, enquanto no meio urbano esta taxa foi de 18,7%.

**Grau de sindicalização (15 anos ou mais).
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014**

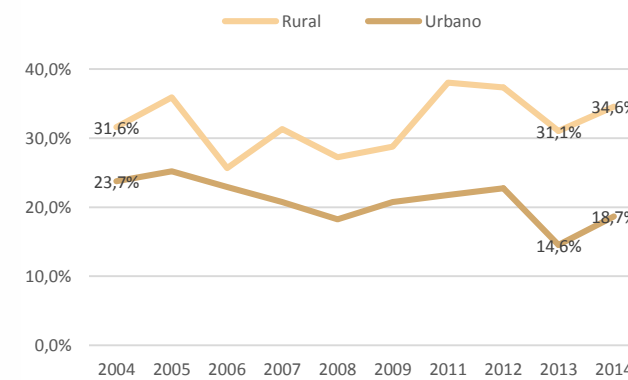


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

**Grau de sindicalização por gênero, cor ou raça e situação do domicílio.
Espírito Santo, 2004 a 2014**

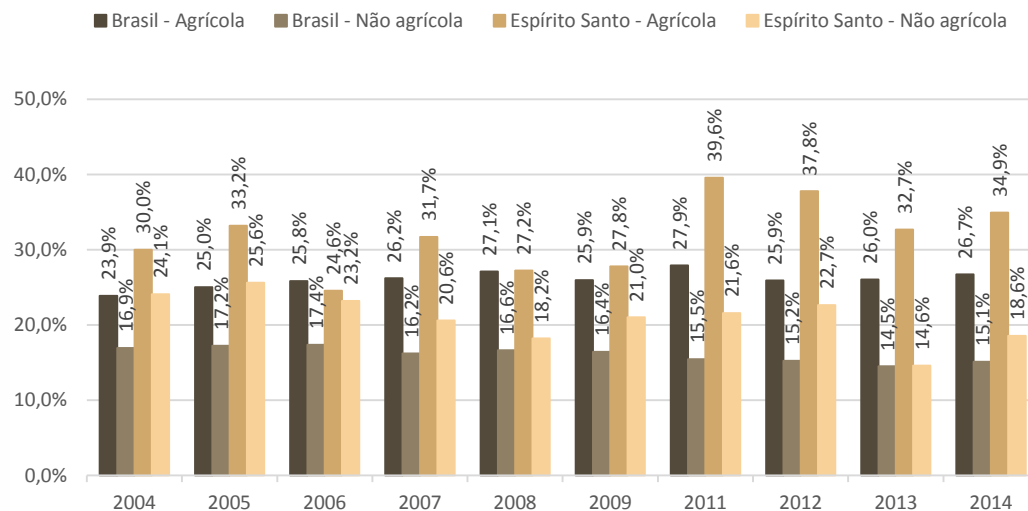


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).





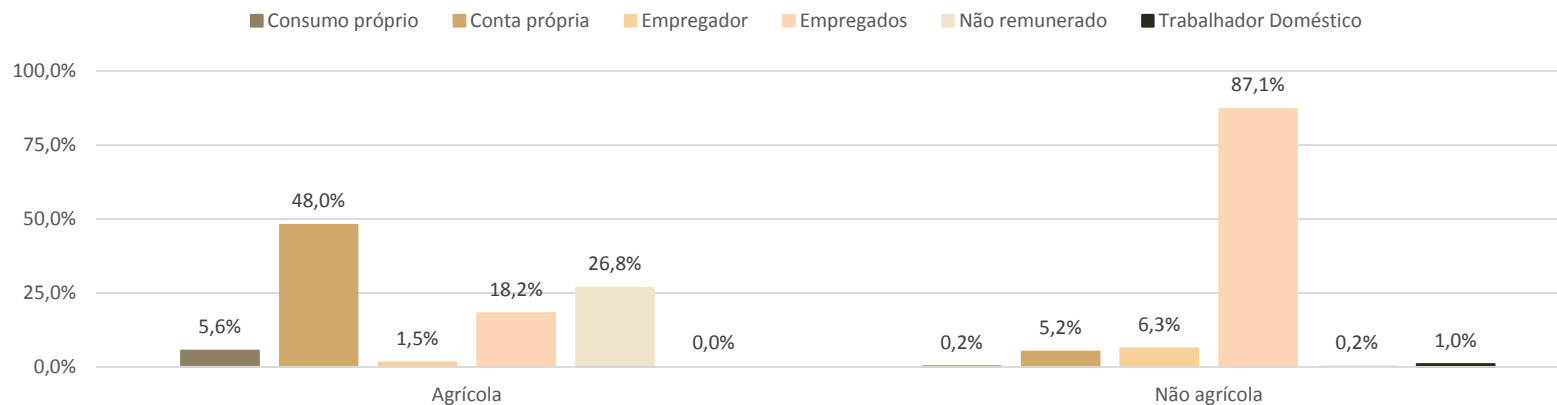
Pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A análise de sindicalização por atividade agrícola e não agrícola aponta para um aumento da sindicalização de 2014 em relação a 2013, nas atividades agrícolas no Espírito Santo. O maior percentual de pessoas sindicalizadas na atividade agrícola ocorreu em 2011, registrando 39,6% no Espírito Santo e 27,9% no Brasil, passando em 2014 para 34,9% e 26,7%, respectivamente. Também se observou um aumento na sindicalização das atividades não agrícolas capixabas, passando de 14,6% em 2013 para 18,6% em 2014; o mesmo ocorrendo no Brasil, passando de 14,5% em 2013 para 15,1% em 2014. No Espírito Santo em 2013, a categoria dos Empregados correspondeu a 87,1% do total dos sindicalizados no setor não agrícola, enquanto no setor agrícola a maior participação está na categoria Conta própria (48,0%).

Pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola por ocupação. Espírito Santo, 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



ARRANJOS FAMILIARES

Entende-se por arranjo familiar o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, ou seja, as famílias, ou o conjunto de pessoas ligadas por dependência doméstica ou normas de convivência¹, ou a pessoa que mora sozinha (IBGE, 2013)². Segundo Amazonas e Braga (2006)³, há uma grande diversidade de tipos de arranjos familiares, apesar do predomínio da família nuclear, embora este raramente perdure. As transições ocorridas nos âmbitos cultural, econômico, político e social têm afetado essa instituição de uma forma, talvez, jamais vista na História. Entre elas, elencamos: as mudanças demográficas, em especial a maior longevidade humana; a participação crescente da mulher no mercado de trabalho; o divórcio e as organizações familiares distintas da família nuclear tradicional; o controle sobre a procriação a partir dos anticoncepcionais; as transformações ocorridas nos papéis parentais e de gênero.

A análise dos arranjos familiares com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) confirma que as organizações familiares têm se modificado nos últimos anos. O modelo tradicional de família composto por casal com filhos, sob chefia masculina, vem perdendo espaço para arranjos com maior diversificação na sua composição.

Entre 2004 e 2014, a representatividade de pessoas que residiam sozinhas e de casais sem filho no conjunto dos arranjos familiares do Espírito Santo aumentou em 4,2 p.p. e 5,6 p.p., respectivamente, enquanto que a de casais com 2 filhos e com 3 ou mais filhos sofreu uma redução de -5,8 p.p. e -6,1 p.p., respectivamente. De uma maneira

geral, a configuração dos arranjos familiares do Espírito Santo (2014) acompanha o que ocorre no Sudeste e no Brasil, sendo que o percentual de casais com 1 filho é um pouco maior no estado.

Além do crescimento dos arranjos não tradicionais, merece destaque a queda expressiva no número de filhos entre os arranjos familiares típicos (formados por casais). Na última década, a proporção de casais com 2 filhos e com 3 ou mais filhos no Espírito Santo caiu -7,7 p.p. e -8,7 p.p., respectivamente. Por outro lado, a proporção de casais sem filho e com 1 filho cresceu 9,9 p.p. e 6,5 p.p., respectivamente.

Somado aos aspectos econômicos e sociais já citados, a mudança recente no papel da mulher na sociedade também contribui para o novo modelo familiar. No Espírito Santo houve um aumento substancial no número de mulheres chefes de família (7,4 p.p. entre 2004 e 2014). O número de mulheres sozinhas e solteiras com 1 ou mais filhos também aumentou (2,0 p.p. e 1,3 p.p., respectivamente).

Analisando os arranjos familiares com base nos níveis de instrução, verifica-se que os casais sem filho e com 1 filho configuram os dois arranjos mais representativos em qualquer classificação de nível de instrução. Os resultados confirmam, ainda, a percepção comum de que ocorre um aumento no percentual de arranjos formados por casais com 1 filho à medida que se aumenta o número de anos de instrução, sofrendo uma redução ao chegar na classe de maior instrução (15 anos ou mais de estudo), embora esse arranjo ainda seja predominante (23,5%) no conjunto.

¹ Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e, por normas de convivência, as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica – ver referência na nota nº 2.

² IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2013. Glossário. Série Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 32. Rio de Janeiro: 2013.

³ AMAZONAS, M. C. L. A.; BRAGA, M. G. R. **Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas**. Rio de Janeiro: Ágora, 2006. vol. 9, n. 2, p. 177-191.

Na configuração dos arranjos familiares segundo a ocupação do chefe de família, a classe ocupacional formada pelos trabalhadores domésticos se diferencia das demais por apresentar como mais representativos os arranjos formados por solteiros com 1 filho (29,4%) e solteiros com 2 ou mais filhos (34,1%) em 2014. Em todas as outras ocupações analisadas os arranjos formados por casais prevalecem.

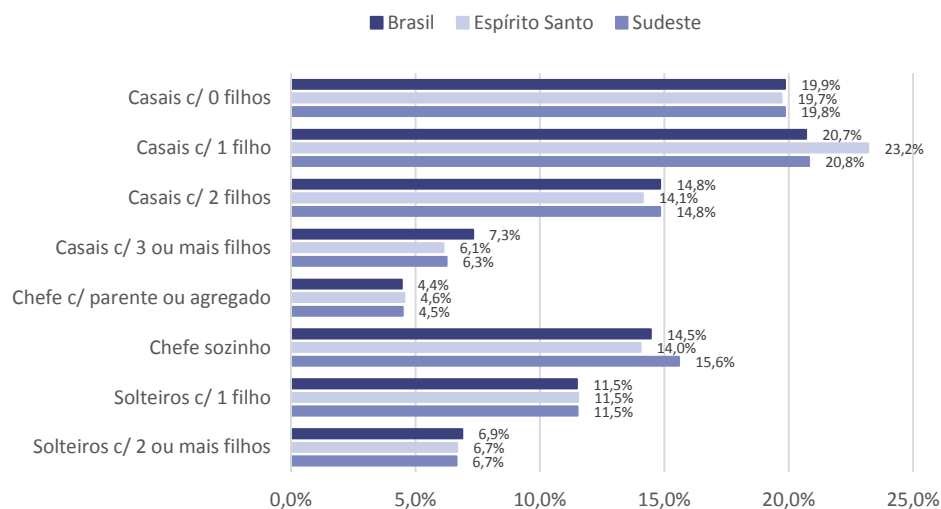
A configuração dos arranjos familiares segundo classes econômicas nos permite uma análise de certa forma convergente em relação aos níveis de instrução. As famílias com maior renda, caracterizadas como classe econômica AB, são compostas principalmente por casais sem filho (29,1%), chefes sozinhos (24,7%) e casais com 1 filho (21,6%), nesta ordem. À medida em que a renda das famílias diminui, passamos a observar um aumento na proporção de arranjos com mais de um filho. A classe com a menor renda, definida como E, possui a maior proporção de famílias constituindo-se de casais com três ou mais filhos (17,2%).

A configuração dos arranjos familiares do Espírito Santo, em consonância com a realidade brasileira, aponta para uma maior diversidade de composições familiares em relação ao modelo tradicional. A perspectiva é de que esse processo continue em curso, a partir da manutenção da tendência de queda na fecundidade, da participação feminina cada vez maior no mercado de trabalho, das mudanças nos papéis parentais e de gênero, dentre outros aspectos. No entanto, quando se analisa os arranjos familiares com base nos níveis de instrução, ocupações e classes econômicas, os padrões familiares permanecem, especialmente quanto ao número de filhos.





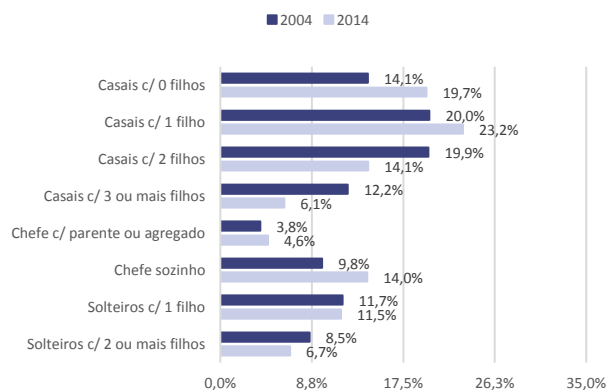
Arranjos familiares. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2014



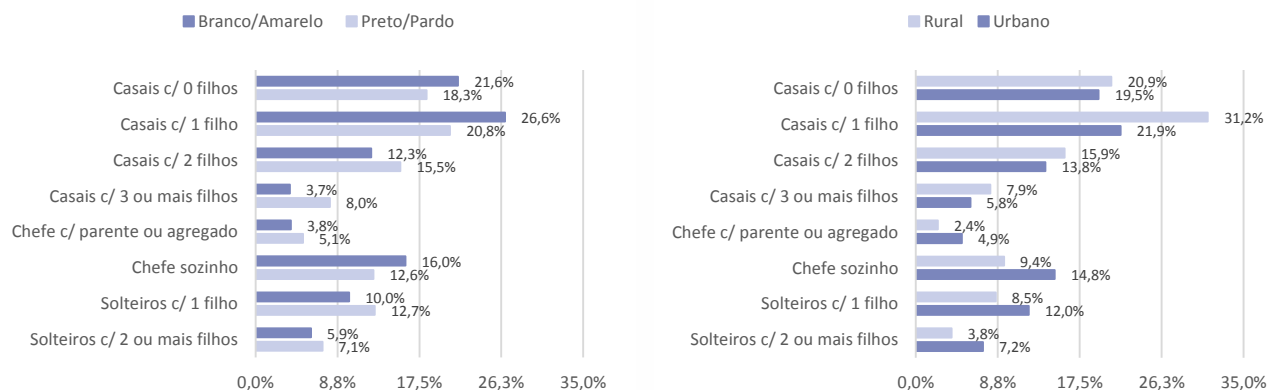
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Na amostra pesquisada envolvendo todos os arranjos familiares do Espírito Santo (2014), a maior proporção foi representada por casais com 1 filho (23,2%), assim como na região Sudeste (20,8%) e no Brasil (20,7%), seguidos pelos casais sem filhos (19,7%) e pelos casais com 2 filhos (14,1%). No ano anterior (2013), essa terceira posição era ocupada pelo chefe sozinho, que sofreu uma ligeira queda no período. Na última década (2004 a 2014) verificou-se queda na proporção de solteiros com 1 filho (-0,2 p.p.), solteiros com 2 ou mais filhos (-1,8 p.p.), casais com 2 filhos (-5,8 p.p.) e casais com 3 ou mais filhos (-6,1 p.p.). Por outro lado, houve aumento na participação dos arranjos familiares dos chefes sozinhos (+4,2 p.p.), chefes com parentes ou agregados (+0,8 p.p.), casais com 1 filho (+3,2 p.p.) e casais sem filho (+5,6 p.p.). Analisando os arranjos por cor ou raça, observa-se que os pretos/pardos apresentam configuração familiar com maior número de filhos que os brancos/amarelos. Quanto à situação do domicílio, os resultados mostram que os arranjos familiares formados por solteiros são mais representativos na área urbana, enquanto que os formados por casais são mais representativos na zona rural.

Arranjos familiares. Espírito Santo, 2004 e 2014



Arranjos familiares por cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2014

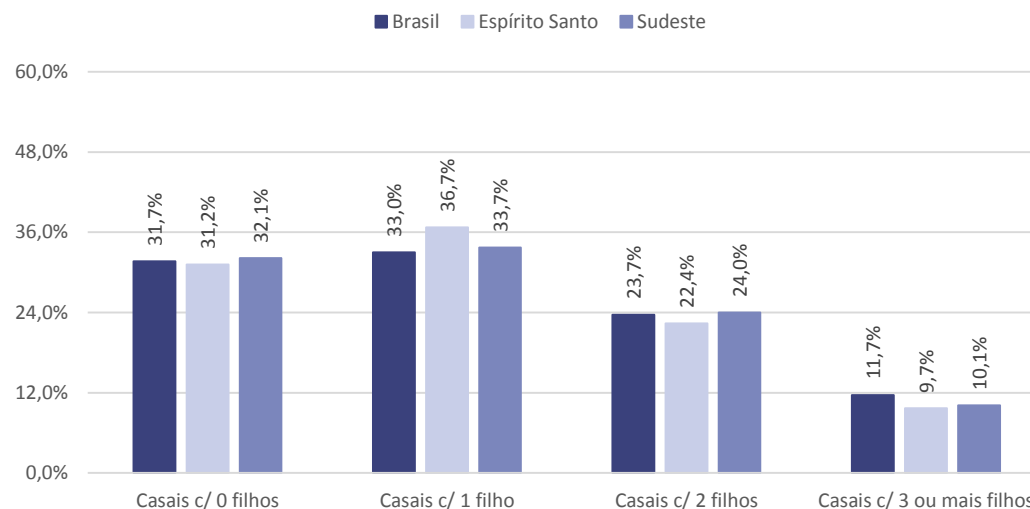


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



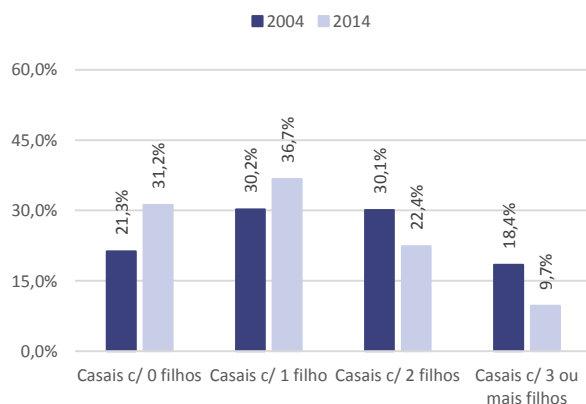
No subconjunto que envolve apenas os arranjos formados por casais, denominado arranjo familiar típico, os mais representativos no Espírito Santo são os casais com 1 filho (36,7%), seguido dos casais sem filhos (31,2%), refletindo o comportamento verificado na região Sudeste e no Brasil. No entanto, enquanto a proporção de casais com 1 filho no estado é maior em relação a Sudeste e Brasil, a proporção de casais sem filhos é ligeiramente menor. Entre 2004 e 2014, a proporção de casais sem filhos teve um acréscimo de 9,9 p.p. (de 21,3% para 31,2%) e a de casais com 1 filho 6,5 p.p. (de 30,2% para 36,6%). Por outro lado, a proporção de casais com 2 filhos e com 3 ou mais filhos apresentou queda de -7,7 p.p. e -8,7 p.p., respectivamente. Em 2014, a proporção mais significativa de casais sem filhos e com apenas 1 filho encontrava-se entre os de cor ou raça branca/amarela, respectivamente 33,7% e 41,4%. Em relação à situação do domicílio, observa-se maior proporção de casais sem filho e casais com 2 filhos na zona urbana (32,0% e 22,7%, respectivamente). Já os arranjos formados por casais com 1 filho e com 3 ou mais filhos têm maior representatividade na zona rural (41,1% e 10,5%, respectivamente).

Arranjo familiar típico. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2014

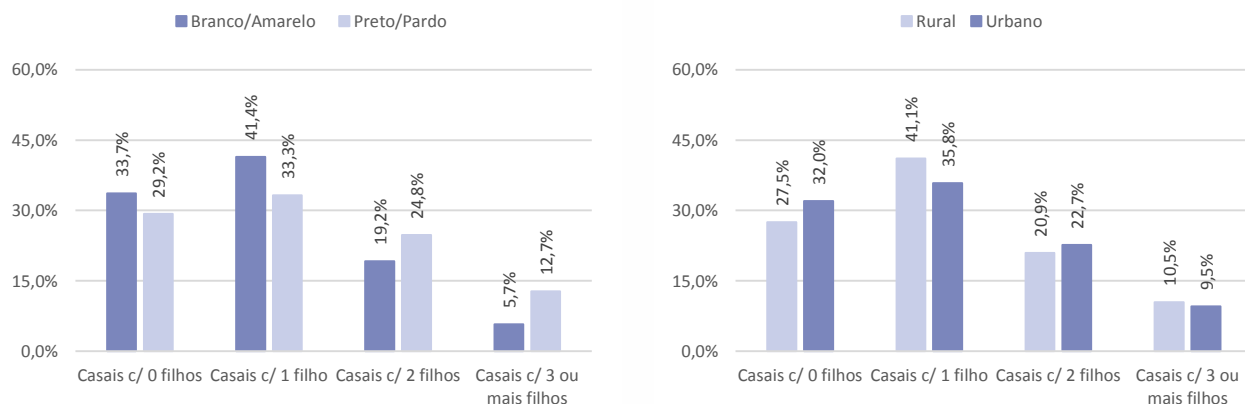


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Arranjo familiar típico. Espírito Santo, 2004 e 2014



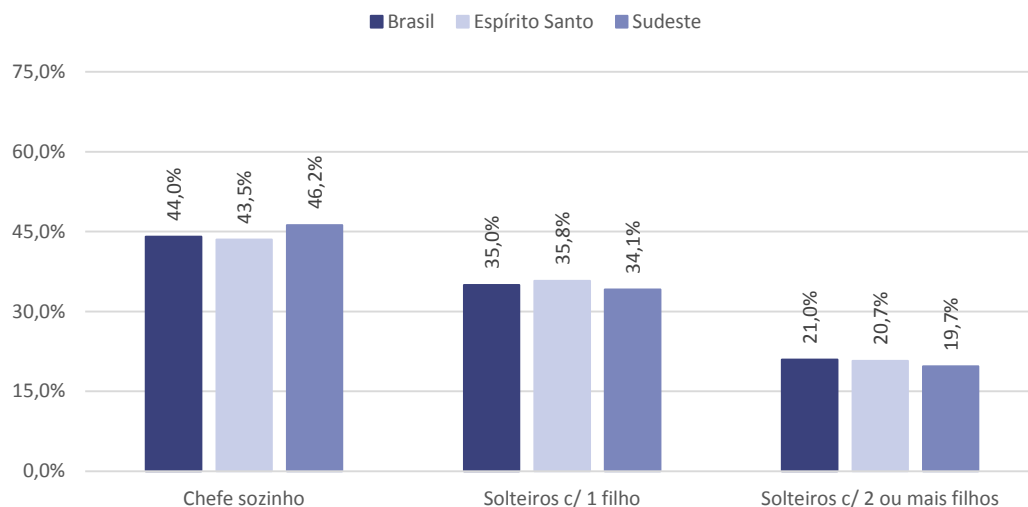
Arranjo familiar típico por cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



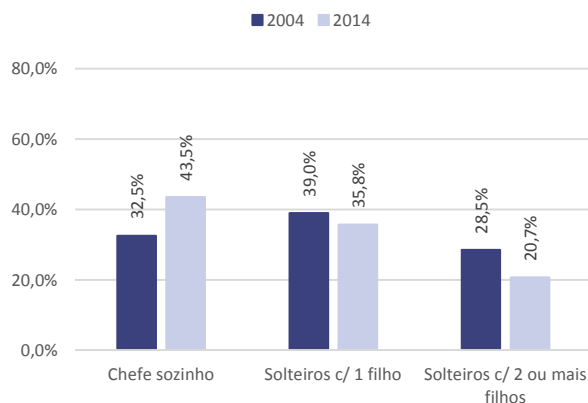
Arranjo familiar mononuclear. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2014



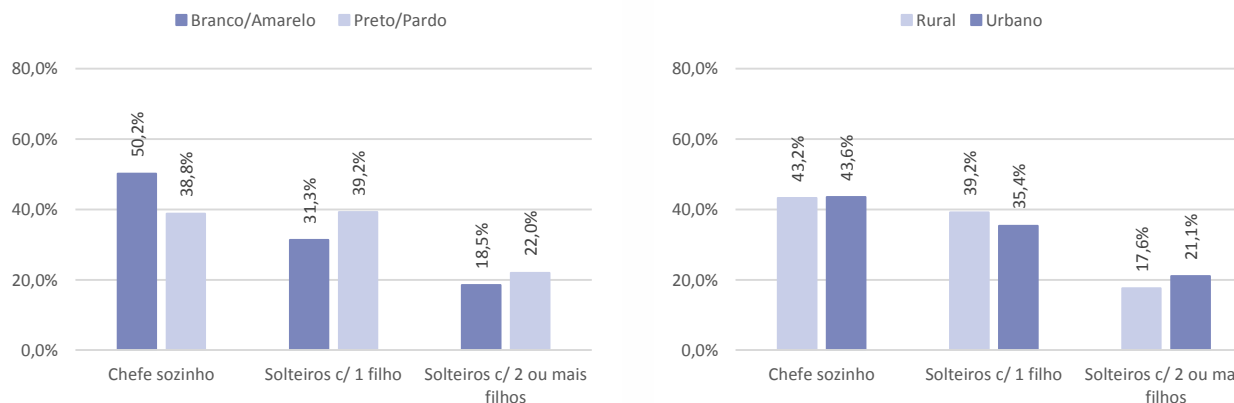
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

No subconjunto formado apenas pelos chefes de família sem cônjuge, denominado famílias mononucleares, as pessoas que residiam sozinhas no Espírito Santo em 2014 representavam 43,5% do total, os solteiros com um filho 35,8% e os solteiros com dois ou mais filhos 20,7%. A proporção de chefes sozinhos no Espírito Santo é inferior ao apresentado por Brasil e Sudeste, ao contrário da proporção de solteiros com 1 filho, que é ligeiramente superior em relação a ambos. Em uma década (2004 a 2014) verificou-se uma queda de -7,8 p.p. no número de solteiros com 2 ou mais filhos, enquanto que o número de sozinhos aumentou em 11,0 p.p. no mesmo período. Os chefes sozinhos têm maior representatividade entre a população branca/amarela (50,2%) e os solteiros com 1 filho e com 2 ou mais filhos entre a população preta/parda (39,2% e 22,0%, respectivamente). Quanto à situação do domicílio, observa-se certo equilíbrio na proporção de chefes sozinhos entre os residentes nas zonas rural e urbana (43,2% e 43,6%, respectivamente). Os solteiros com 1 filho são mais representativos na zona rural (39,2%) e os solteiros com 2 ou mais filhos na zona urbana (21,1%).

Arranjo familiar mononuclear. Espírito Santo, 2004 e 2014



Arranjo familiar mononuclear por cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2014

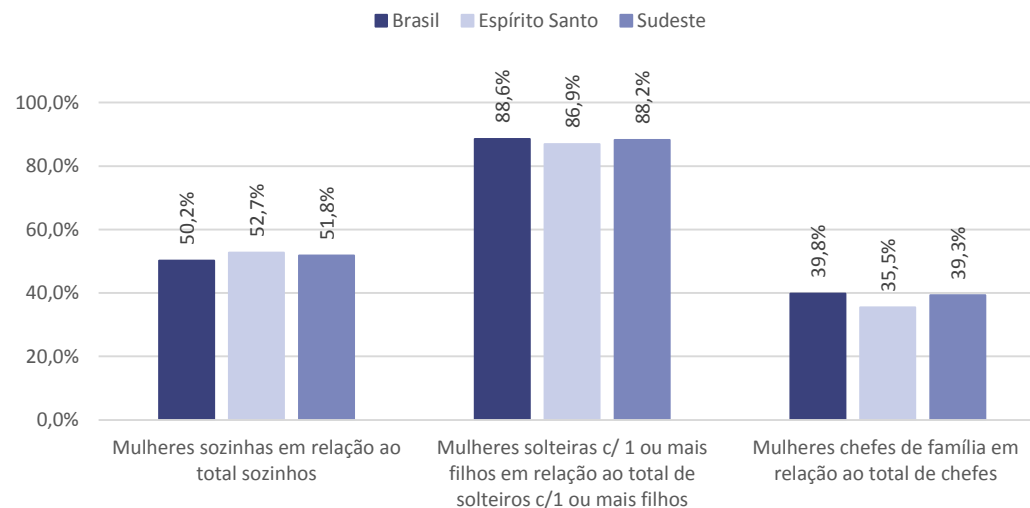


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



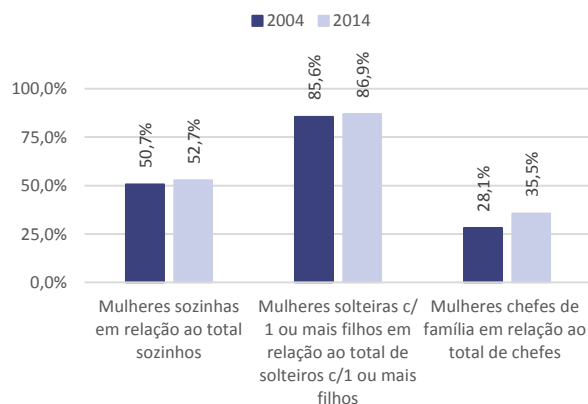
Do total de chefes de família no Espírito Santo em 2014, aproximadamente 35,5% eram mulheres, percentual inferior ao apresentado por Sudeste (39,3%) e Brasil (39,8%). Em relação ao total de pessoas que residem sozinhas no estado, 52,7% eram mulheres. Além disso, verificou-se que entre todos os solteiros com 1 ou mais filhos, o filho fica com a mãe em 86,9% dos casos. Entre 2004 e 2014, a ocorrência de mulheres chefes de família no Espírito Santo cresceu 7,4 p.p. O número de mulheres sozinhas e de mulheres solteiras com 1 ou mais filhos também cresceu na última década, mas em proporção menor, 2,0 p.p. e 1,3 p.p., respectivamente. Em 2014, a proporção de mulheres chefes de família mostrou-se menor entre as mulheres brancas/amarelas (33,3%) e entre as mulheres residentes na zona rural (18,5%). Já a proporção de mulheres sozinhas mostrou-se maior entre as mulheres brancas/amarelas (58,0%) e entre as residentes na zona urbana (54,4%). As solteiras com 1 ou mais filhos possuem maior representatividade na zona urbana (88,3%) e entre as mulheres de cor ou raça branca/amarela (87,8%). Este último caso, no entanto, pouco se difere do percentual encontrado entre as mulheres de cor ou raça preta/parda (86,3%).

Características das mulheres chefes de família. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2014

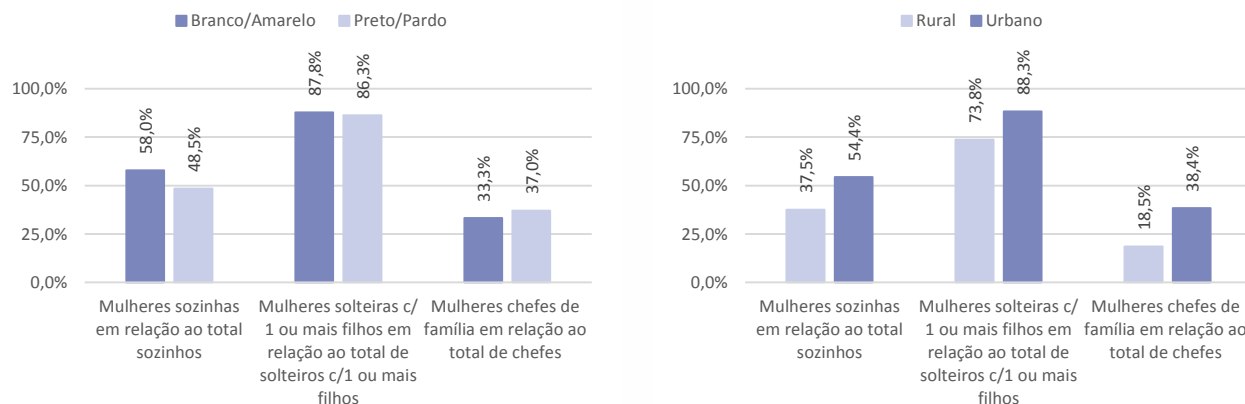


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Características das mulheres chefes de família. Espírito Santo, 2004 e 2014



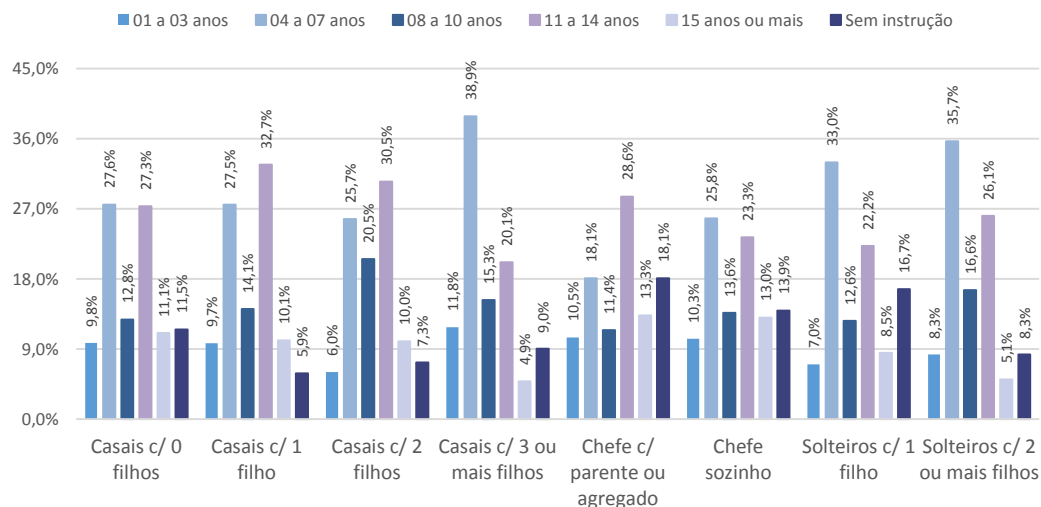
Características das mulheres chefes de família por cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

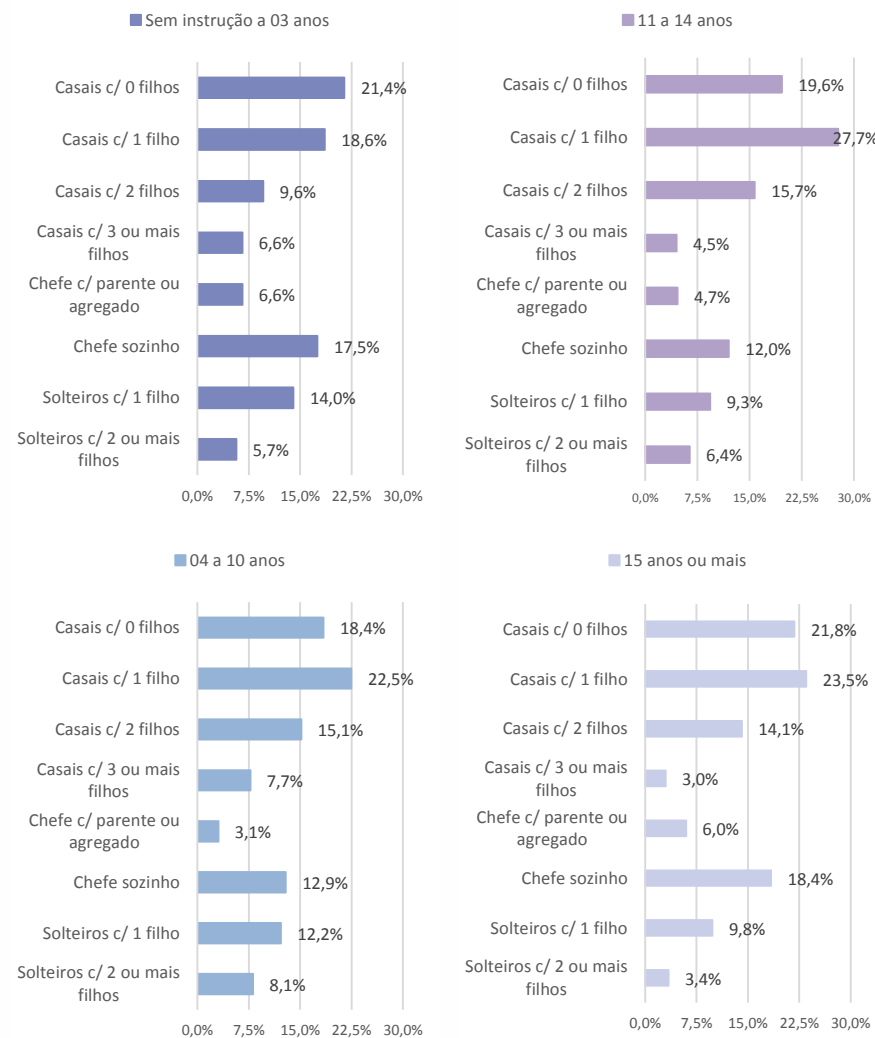


Configuração dos níveis de instrução segundo arranjos familiares. Espírito Santo, 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Configuração de arranjos familiares segundo níveis de instrução. Espírito Santo, 2014

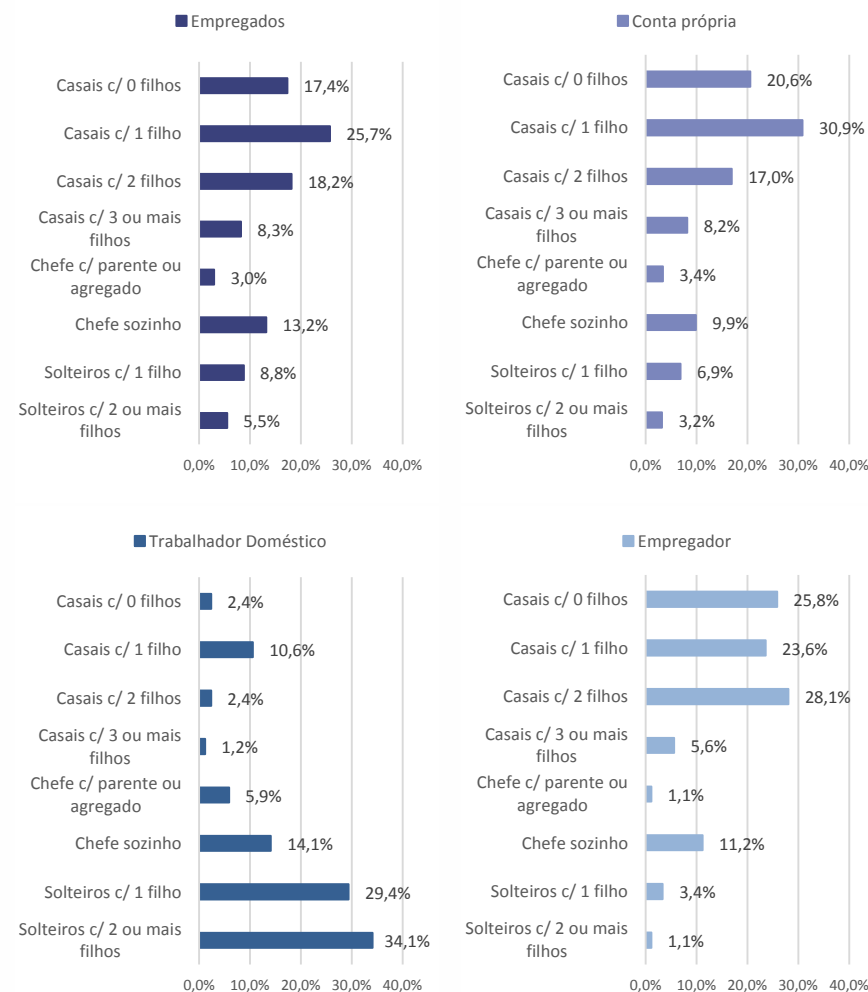


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Os arranjos com maior proporção de pessoas com ensino superior (15 anos ou mais) foram os formados pelos chefes com parente ou agregado (13,3%) e pelos chefes sozinhos (13,0%). O nível de instrução 11 a 14 anos de estudo é mais representativo entre os casais com 1 filho (32,7%); 8 a 10 anos de estudo entre os casais com dois filhos (20,5%); 4 a 7 anos de estudo entre os casais com 3 ou mais filhos (38,9%). Os arranjos com a maior proporção de pessoas sem instrução foram os formados pelos chefes com parente ou agregado (18,1%) e pelos solteiros com 1 filho (16,7%). Analisando a configuração dos arranjos por cada nível de instrução, verifica-se que entre os arranjos com maior escolaridade (15 anos ou mais de estudo) os mais representativos foram casais com 1 filho (23,5%), seguido dos casais sem filhos (21,8%). Entre os menos instruídos (até 3 anos de estudo) os mais representativos foram casais sem filho (21,4%) e casais com 1 filho (18,6%). Com relação aos níveis de instrução 4 a 10 anos e 11 a 14 anos de estudo, em ambos os arranjos mais significativos, nesta ordem, foram os formados pelos casais com 1 filho (22,5% e 27,7%) e casais sem filhos (18,4% e 19,6%).

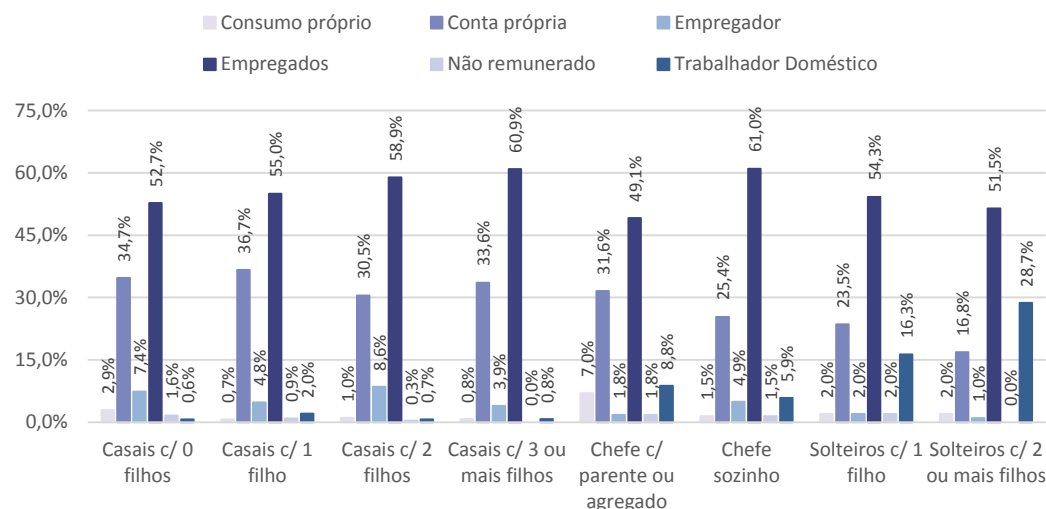


Configuração dos arranjos familiares segundo ocupações. Espírito Santo, 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Configuração das ocupações segundo arranjos familiares. Espírito Santo, 2014

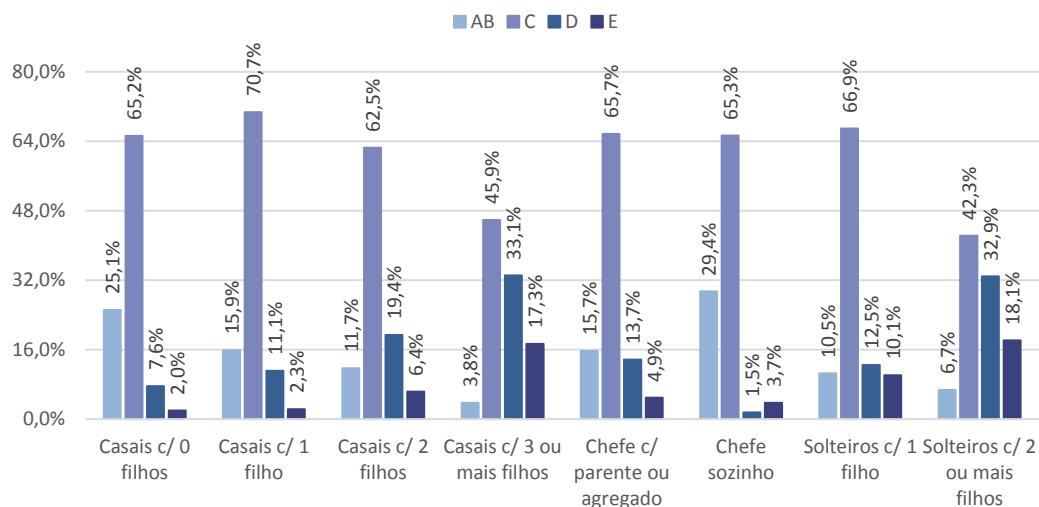


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Em todos os arranjos familiares do Espírito Santo, a ocupação mais frequente entre os chefes de família foi a de empregado (acima de 49,1%, percentual registrado pelos chefes com parente ou agregado). Também merece destaque a ocupação por conta própria, que é a segunda mais representativa entre os arranjos (acima de 30% na maioria dos arranjos). Os arranjos formados por solteiros com 1 filho e solteiros com 2 ou mais filhos se destacam dos demais pela porcentagem mais alta de domésticos (16,3% e 28,7%, respectivamente). A proporção de empregadores foi maior entre os casais com 2 filhos (8,6%) e casais sem filhos (7,4%). Ao analisar a distribuição dos arranjos por cada tipo específico de ocupação, observa-se que entre os trabalhadores domésticos o arranjo de maior representatividade foi o dos solteiros com 2 ou mais filhos (34,1%), seguido dos solteiros com 1 filho (29,4%). Entre os empregadores, destaque para os arranjos formados por casais: sem filhos (25,8%), com 1 filho (23,6%) e com 2 filhos (28,1%). Nas outras ocupações, empregado e conta própria, predominou o arranjo familiar formado por casal com 1 filho, 25,7% e 30,9%, respectivamente.



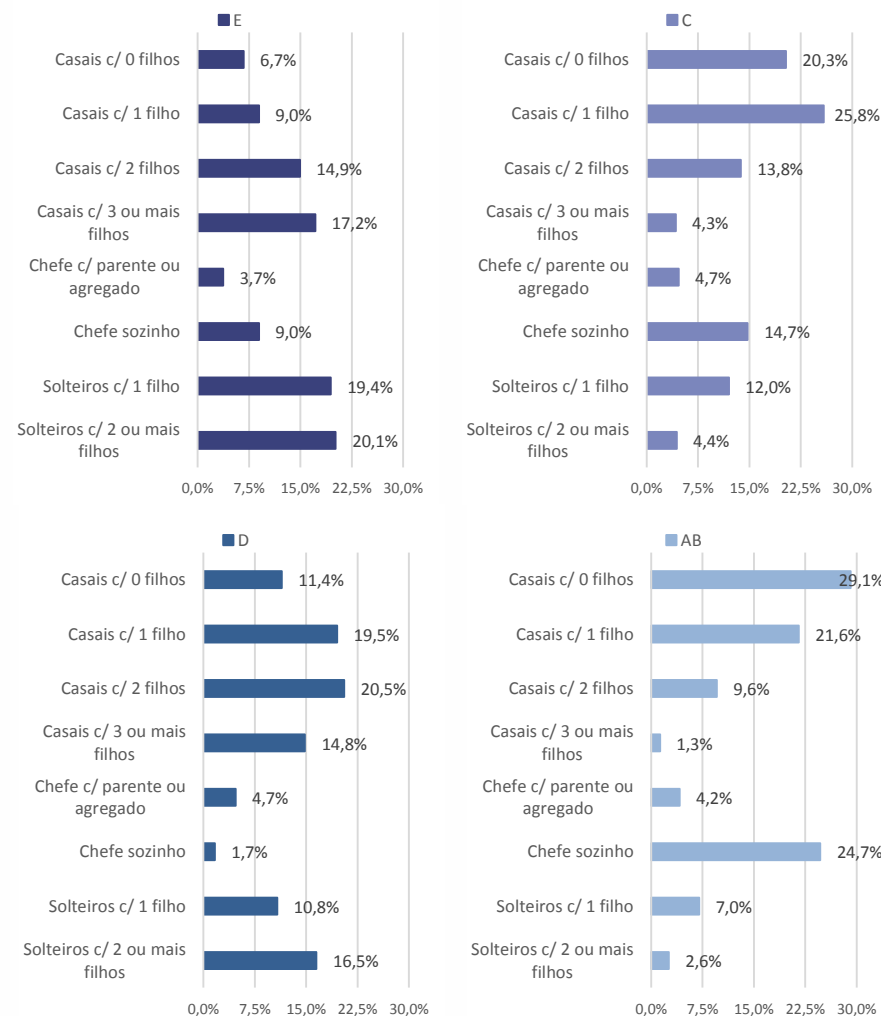
Configuração das classes econômicas segundo arranjos familiares. Espírito Santo, 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A classe econômica C se destaca como a mais representativa em todos os arranjos familiares, sendo que a maior proporção da classe se verifica entre os casais com 1 filho (70,7%) e a menor entre os solteiros com 2 ou mais filhos (42,3%). Quanto às demais, a maior proporção da classe AB está entre os chefes sozinhos (29,4%); da classe D entre os casais com 3 ou mais filhos (33,1%); e da classe E entre os solteiros com 2 ou mais filhos (18,1%). Analisando a distribuição percentual dos arranjos familiares por cada classe econômica individualmente, observa-se que para a classe E os arranjos mais representativos foram os formados por solteiros: com 1 filho (19,4%) e com 2 ou mais filhos (20,1%). Para a classe D, foram os arranjos formados por casais com 1 filho (19,5%) e casais com 2 filhos (20,5%). Na classe C, destaque para os arranjos formados por casais sem filhos (20,3%) e casais com 1 filho (25,8%). Na classe AB a maioria foi formada pelos casais sem filhos (29,1%) e pelos chefes sozinhos (24,7%).

Configuração dos arranjos familiares segundo classes econômicas. Espírito Santo, 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



APÊNDICE METODOLÓGICO

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foi implantada progressivamente no Brasil a partir de 1967. Trata-se de um conjunto de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento, habitação, migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no conjunto de acordo com as necessidades de informação para o País.

A periodicidade dos levantamentos é anual, com realização no último trimestre de cada ano. A pesquisa foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A abrangência geográfica da PNAD, prevista desde o seu início para ser nacional, foi alcançada gradativamente. Até o ano de 2003, a abrangência geográfica da PNAD excluía somente a área rural de parte da Região Norte, que compreendia as seguintes Unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Portanto, no período de análise desta Síntese de Indicadores Sociais (2004 – 2014), a abrangência da PNAD engloba todo o território nacional para todo os anos.

A expansão da amostra é realizada com pesos definidos por meio dos dados do Censo Demográfico, o qual serve de marco para a classificação da situação do domicílio. Com isso, as estatísticas perdem um pouco de precisão à medida que os resultados obtidos

se afastam dos anos de realização dos Censos. Em função disso, com a realização do Censo Demográfico de 2010 foram revisadas as projeções e estimativas populacionais e as pesquisas dos anos seguintes foram geradas levando em consideração esta revisão. Além disso, foi feita a reponderação dos pesos para as Pesquisas de 2001 a 2012, com o objetivo de melhorar a acurácia dos dados, sendo assim, um leitor mais interessado, que resolva comparar os resultados desta Síntese com os das Sínteses anteriores a de 2013 pode encontrar algumas pequenas diferenças em indicadores que contemplam número absolutos, uma vez que a reponderação não afeta taxas.

No ano de 2014, o IBGE visitou 151.290 domicílios para a realização da PNAD. Deste universo, um total de 119.000 domicílios tiveram a entrevista realizada. Nestes domicílios, foram coletadas informações de 362.627 pessoas que compuseram a amostra da pesquisa. No Espírito Santo a pesquisa possui cobertura de 3.079 domicílios, sendo que a entrevista foi realizada em 2.248 deles. Destes domicílios em que a entrevista foi realizada, 1.920 estão situados na zona urbana e 328 na zona rural dos municípios, com informações de 6.626 indivíduos, sendo 5.597 residentes da zona urbana e 1.029 da zona rural. Para a expansão da amostra no Espírito Santo, um domicílio ou indivíduo da amostra corresponde a 587 ou 588 domicílios ou indivíduos da população.



GLOSSÁRIO

Recortes utilizados:

Cor ou raça: População de cor amarela/branca ou preta/parda.

Gênero: Masculino (homem) e feminino (mulher).

Situação do domicílio: Indivíduo, família ou domicílio localizado em área urbana ou rural.

Renda domiciliar em salários mínimos (SM): Menor ou igual a 3 SM ou maior do que 3 salários mínimos.

➤ DEMOGRAFIA

- **Crianças de 0 a 4 anos a cada dez mulheres de 15 a 49 anos:** Proporção de crianças de 0 a 4 anos a cada 10 mulheres em idade reprodutiva ou fértil.
- **Emigrantes:** Pessoas residentes nas demais Unidades da Federação e que moravam no Espírito Santo cinco anos antes da data de referência da pesquisa.
- **Estrutura etária:** Distribuição populacional por faixa etária e sexo, em relação ao total da população.
- **Idade média:** A média da idade dos indivíduos da população.
- **Imigrantes:** Pessoas residentes no Espírito Santo que moravam nas demais Unidades da Federação cinco anos antes da data de referência da pesquisa.
- **Índice de envelhecimento:** Relação existente entre o número de idosos e a população jovem. É expresso em número de residentes com 60 ou mais anos por 100 residentes de 0 a 14 anos.
- **Migração Líquida:** Diferença entre Imigrantes e Emigrantes.
- **População residente:** Número de habitantes residentes em uma determinada área geográfica com base nos dados anuais da PNAD.
- **Razão de dependência:** Razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos de idade e 60 anos de idade ou mais) e população potencialmente ativa (15 a 59 anos de idade).
- **Razão de dependência idoso:** Razão entre a população considerada inativa idosa (60 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 59 anos de idade).
- **Razão de dependência jovem:** Razão entre a população considerada inativa jovem (0 a 14 anos de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 59 anos de idade).
- **Razão de sexo:** Razão entre o número de homens e o número de mulheres em uma população. É expresso em número de homens a cada 100 mulheres.
- **Taxa de crescimento populacional:** Percentual de incremento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico no período considerado. O valor da taxa refere-se à média anual obtida para um período de anos compreendido entre dois momentos.
- **Taxa de urbanização:** Percentual de pessoas que vivem na zona urbana em relação ao total da população.

➤ DOMICÍLIOS

- **Percentual de domicílios adequados:** Percentual de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente da rede geral de distribuição, escoamento sanitário adequado, coleta de lixo e densidade de morador por dormitório menor ou igual a dois.
- **Percentual de domicílios com abastecimento de água da rede geral de distribuição:** Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes cujo serviço de fornecimento de água é proveniente de rede geral de distribuição.
- **Percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto:** Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes com forma de escoadouro do banheiro ou sanitário em rede coletora de esgoto ou pluvial, ou em fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial.
- **Percentual de domicílios com coleta de lixo:** Percentual de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo direta ou indireta.
- **Percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado:** Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário adequado (forma de escoadouro do banheiro ou sanitário: em rede coletora de esgoto ou pluvial, em fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial, ou em fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial).
- **Percentual de domicílios com esgotamento sanitário inadequado:** Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário inadequado (forma de escoadouro do banheiro ou sanitário: fossa rudimentar, vala, direto para o rio, lago ou mar e outra forma).
- **Percentual de domicílios com iluminação elétrica:** Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes com forma de iluminação do domicílio por meio elétrico (de rede, gerador, solar).
- **Percentual de domicílios com telefonia celular:** Percentual de domicílios particulares e permanentes com serviço de telefonia celular.
- **Percentual de domicílios com telefonia fixa:** Percentual de domicílios particulares e permanentes com serviço de telefonia fixa.
- **Percentual de domicílios cuja condição de ocupação seja próprio, alugado ou cedido:** Percentual de domicílios particulares permanentes cuja condição de ocupação é própria (já pago ou ainda pagando), alugado ou cedido (para o domicílio cedido gratuitamente por empregador ou outra forma).
- **Percentual de domicílios por existência de alguns bens duráveis:** Percentual de domicílios particulares permanentes por existência de bens duráveis: computador, computador com internet, geladeira, máquina de lavar e televisão.
- **Total de domicílios:** Refere-se ao número de domicílios particulares utilizados de forma permanente como residência.

➤ DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

- **Coefficiente de Gini:** Medida do grau de concentração de uma distribuição, dentro de uma população, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).
- **Percentual de pessoas extremamente pobres:** Percentual de pessoas que residem em domicílios, cuja renda domiciliar per capita, deflacionada para setembro de 2014, se situava abaixo da linha de indigência definida pelo IETS (www.iets.org.br).
- **Percentual de pessoas na classe AB:** Percentual de pessoas que residem em domicílios, cuja renda domiciliar per capita, deflacionada para setembro de 2014, se situava acima de R\$1711,33 na zona urbana e R\$1.557,20 na zona rural.
- **Percentual de pessoas na classe C:** Percentual de pessoas que residem em domicílios, cuja renda domiciliar per capita, deflacionada para setembro de 2014, se situava entre R\$396,98 e R\$1.711,33 na zona urbana e entre R\$361,22 e R\$1557,20 na zona rural.
- **Percentual de pessoas na classe D:** Percentual de pessoas que residem em domicílios, cuja renda domiciliar per capita, deflacionada para setembro de 2014, se situava entre R\$210,63 e R\$396,97 na zona urbana e entre R\$179,76 e R\$361,21 na zona rural.
- **Percentual de pessoas pobres:** Percentual de pessoas que residem em domicílios, cuja renda domiciliar per capita, deflacionada para setembro de 2014, se situava abaixo da linha de pobreza definida pelo IETS (www.iets.org.br).

- **Renda média domiciliar per capita real:** Renda domiciliar média per capita deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a preços de setembro de 2014.
- **Renda média real de todas as fontes:** Renda mensal média proveniente de todas as fontes das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas, deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a preços setembro de 2014.

➤ EDUCAÇÃO

- **Alocação do tempo dos jovens com idade entre 15 e 29 anos:** Distribuição do tempo dos jovens com idade entre 15 e 29 anos entre trabalho, estudo, trabalho e estudo.
- **Escolaridade média:** Média aritmética do número de anos de estudo completos dentro de uma população.
- **Frequência escolar:** Percentual de pessoas de um grupo populacional que frequentam escola.
- **Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 11 anos de estudo:** Percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo dentro da população de 25 anos ou mais.
- **Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 15 anos de estudo:** Percentual de pessoas com 15 anos ou mais de estudo dentro da população de 25 anos ou mais.
- **Taxa de analfabetismo:** Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade que se declararam incapazes de ler e escrever.

- **Taxa de analfabetismo funcional:** Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade que possuem menos de 4 anos de estudo completos.
- **Taxa de retenção:** Percentual de pessoas que abandonaram os estudos em uma etapa específica de ensino em relação ao total de pessoas que continuaram estudando.

➤ MERCADO DE TRABALHO

- **Grau de sindicalização:** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade e filiadas a algum sindicato em qualquer trabalho na semana de referência.
- **Número de pessoas empregadas por setor formal:** Distribuição do total de empregados de 15 anos ou mais de idade, segundo a forma de inserção no mercado, sendo: empregados formais aqueles que possuem carteira de trabalho assinada; e trabalhadores informais, aqueles que não possuem carteira de trabalho assinada.
- **Número de pessoas ocupadas:** Número de pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência da pesquisa.
- **Percentual de crianças ocupadas de 10 a 14 anos em relação ao total ocupado:** População de crianças de 10 a 14 anos de idade ocupada em relação à população ocupada total.
- **Pessoas com cobertura previdenciária:** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade, em todas as atividades e que

contribuíram para o instituto de previdência, federal, estadual ou municipal, em qualquer trabalho na semana de referência.

- **População economicamente ativa:** Pessoas de 15 anos ou mais de idade que se encontram ocupadas ou que tomaram alguma providência para encontrar emprego na semana de referência da pesquisa.
- **População em idade ativa:** Pessoas com 15 anos ou mais de idade.
- **População não economicamente ativa:** Pessoas com 15 anos ou mais de idade que não trabalham e não tomaram alguma providência para encontrar emprego na semana de referência da pesquisa.
- **Renda real média de todos os trabalhos:** Renda mensal média proveniente de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento, deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a preços de setembro de 2014.
- **Taxa de atividade:** Porcentagem de pessoas economicamente ativas de 15 anos ou mais de idade em relação ao total de pessoas em idade ativa.
- **Taxa de desemprego:** Porcentagem de pessoas desocupadas de 15 anos ou mais de idade em relação ao total de pessoas economicamente ativas. Sendo definido como desocupadas as pessoas sem emprego, mas que tomaram alguma providência para arrumar emprego na semana de referência.

- **Taxa de ocupação:** Porcentagem de pessoas ocupadas em relação às pessoas economicamente ativas, considerando aqueles com 15 anos ou mais de idade.

➤ ARRANJOS FAMILIARES

- **Arranjos familiares:** Porcentagem de pessoas ou um grupo de pessoas que residem em uma mesma família, sendo que esta pode ser organizada da seguinte forma:
 - **Típico:** Famílias que apresentam chefe e cônjuge (casal) na sua estrutura familiar;
 - **Mononuclear:** Famílias com estrutura familiar sem cônjuge.
- **Característica das mulheres chefes de família:** Proporção de mulheres chefes de família em relação ao total de famílias; proporção de mulheres que residem sozinhas em relação ao total de pessoas que moram sozinhas; proporção de mulheres solteiras com filho em relação ao total de solteiros com filho.



www.ijsn.es.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Economia e Planejamento

